

ANUÁRIO
DO
INSTITUTO RIO-BRANCO

1970

34.014.25(053) 1940
P 823 a
Cx. 1

INSTITUTO RIO-BRANCO

1970

Diretor:

EMBAIXADOR GERALDO EULÁLIO DO NASCIMENTO E SILVA

Coordenador de Cursos:

MINISTRO JORGE ALBERTO DE SEIXAS CORRÊA

Chefe da Secretaria

CONSELHEIRO OTHON GUIMARÃES

Coordenador de Cursos e dos Ciclos de Conferências em Brasília:

CONSELHEIRO ARNALDO RIGUEIRA

Chefe da Seção de Administração

NAURA TEIXEIRA LOPES DA CRUZ

Chefe da Seção de Pesquisas e Publicações:

MARIA VILHENA FABIANO DE ARAÚJO

Chefe da Seção Técnico-Pedagógica:

MARTHA FREIRE PEREIRA PINTO

Secretárias do Diretor:

MARTHA FREIRE PEREIRA PINTO

LUCY SOARES CARNEIRO

HISTÓRICO

O Instituto Rio-Branco foi criado pelo Decreto-lei nº 7.473, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, em 18 de abril de 1945, quando se encontrava interinamente à frente do Ministério das Relações Exteriores o Embaixador José Roberto de Macedo Soares.

Fundado na semana das comemorações do Centenário do Barão do Rio-Branco, como centro de investigações e ensino do Itamaraty, o Instituto representava a concretização de proposta formulada no ano anterior pelo então Primeiro Secretário Jorge Latour, Presidente da Comissão Preparatória daquelas comemorações. Tal proposta, apresentada em memorandum de 4 de maio de 1944, fôra submetida pelo Chefe do Departamento de Administração, o então Ministro Carlos Alves de Souza Filho, ao Ministro Oswaldo Aranha, que autorizara o início da execução do plano sugerido.

As primeiras atividades do Instituto tiveram a forma de cursos de extensão destinados, quer ao aperfeiçoamento dos funcionários da carreira de Diplomata, quer a difundir conhecimentos relativos à geografia e à cartografia do Brasil.

O Decreto-lei nº 9.032, de 6 de março de 1946, baixado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, por iniciativa do Ministro João Neves da Fontoura, veio conferir ao Instituto Rio-Branco, com exclusividade, a missão de recrutar e selecionar os aspirantes ao serviço externo do país, ao mesmo tempo em que o dotava de instrumentos para a execução das tarefas relacionadas com a formação e o adestramento dos funcionários diplomáticos. Criava o referido Decreto-lei o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas. A admissão à carreira passava a efetuar-se tão-somente na classe inicial, com base no merecimento intelectual dos candidatos e através de processo competitivo: seja o concurso de provas, seja o Curso de Preparação, ambos a cargo do Instituto.

Mantinha-se, pois, o concurso de provas — que tão bons resultados já dera — mas saía êle da esfera do Departamento

Administrativo do Serviço Público e passava para a responsabilidade do Instituto. Em vista, porém, da dificuldade para obtenção, dentro do sistema educacional existente, do treinamento de caráter profissional requerido dos candidatos, estabelecia-se o Curso de Preparação. Nêle se ingressaria através de concurso de habilitação — exame vestibular — no qual seriam aferidas as condições básicas que deveriam preencher os candidatos para receberem, no Curso, a formação profissional exigida.

O Decreto-lei nº 9.032 constituiu, assim, um marco de grande importância no processo de institucionalização e democratização da carreira de Diplomata. Ao Instituto Rio-Branco deu posição chave nesse processo, imprimindo-lhe a orientação que caracterizou suas atividades nos vinte anos que se seguiram.

Considerando a conveniência de alargar a área geográfica de recrutamento dos candidatos e, ao mesmo tempo, facilitar a sua seleção por meio da descentralização parcial do Exame Vestibular, foi baixado o Decreto nº 45.535, de 5 de março de 1959, que permitiu o processamento do referido Exame em duas etapas: provas de seleção prévia realizadas, concomitantemente e com caráter eliminatório, no Rio de Janeiro e nas capitais de maior densidade demográfica da União; e provas vestibulares finais efetuadas no Rio de Janeiro.

A Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, criou, no Instituto Rio-Branco, o Curso de Altos Estudos e estabeleceu o princípio de que, decorridos cinco anos de sua instalação, só poderão ser promovidos a Ministro de Primeira classe ou comissionados na função de Embaixador os Ministros de Segunda classe que tiverem concluído aquele Curso.

ORGANIZAÇÃO ATUAL

O Instituto Rio-Branco é órgão integrante do Ministério das Relações Exteriores e está diretamente subordinado ao Ministro de Estado. Criado pelo Decreto-lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945, alterado pelo Decreto-lei nº 8.461, de 26 de dezembro do mesmo ano, dêle se ocupam o Decreto-lei nº 9.032, de 6 de março de 1946, a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, e a Lei nº 5.131, de 1º de outubro de 1966. Possui Regimento e Regulamento próprios, aprovados, respectivamente, pelos Decretos nº 24.883, de 28 de abril de 1948, e nº 60.355, de 10 de março de 1967.

O Instituto Rio-Branco tem por finalidade:

- I — o recrutamento, a seleção e a formação de pessoal para a carreira de Diplomata e outras carreiras do Serviço Exterior Brasileiro;
- II — o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do Ministério das Relações Exteriores;
- III — a realização, por iniciativa própria ou em mandato universitário, de cursos especiais dentro do âmbito de seus objetivos;
- IV — a difusão, mediante ciclos de conferências e cursos de extensão, de conhecimentos relativos aos problemas nacionais e internacionais;
- V — a realização de pesquisas, seja por iniciativa própria, dentro do âmbito de seus objetivos, seja, em colaboração com a Comissão de Planejamento Político e a Divisão de Documentação, quando se tratar de assuntos relacionados com outras finalidades do Ministério.

O Instituto, sob a chefia do Diretor, está organizado em Secretaria e Cursos.

O Diretor é nomeado pelo Presidente da República e escolhido pelo Ministro de Estado, por indicação do Secretário Geral, dentre os Ministros de Primeira e Segunda Classe, inclusive os aposentados. Cabe ao Diretor administrar e representar o Instituto, bem como propor ao Ministro de Estado as providências e modificações que a experiência aconselhar em relação a programas, funcionamento dos cursos, realização de concursos e demais atividades.

Antes de serem submetidos à aprovação do Ministro de Estado, os programas de estudos e atividades são levados pelo Di-

retor à apreciação da Comissão de Programas e Estudos, à qual compete emitir parecer sobre o mérito dos mesmos. Essa Comissão é presidida pelo Secretário Geral de Política Exterior e dela fazem parte os Secretários Gerais Adjuntos, os Chefes de Departamento, o Diretor do Instituto, o Ministro-Assistente do Comando da Escola Superior de Guerra e três especialistas em assuntos internacionais, indicados pelo Diretor do Instituto e designados pelo Ministro de Estado para períodos de dois anos (1).

A Secretaria tem um Chefe designado pelo Ministro de Estado dentre os diplomatas das categorias de Ministro de Segunda Classe e Primeiro Secretário. Compreende três Seções: de Administração, Técnico-Pedagógica e de Pesquisas e Publicações.

Cabe ao Instituto manter os seguintes cursos:

- 1) Curso de Preparação à Carreira de Diplomata;
- 2) Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas;
- 3) Curso de Altos Estudos;
- 4) Cursos Especiais;
- 5) Cursos de Extensão.

O Instituto poderá organizar outros cursos e estabelecer programas de estudos a serem cumpridos em outras instituições de ensino, nacionais ou estrangeiras, com elas celebrando convênios, se necessário.

Compete ainda ao Instituto organizar concursos de provas para a carreira de Diplomata e outras carreiras do Serviço Exterior Brasileiro.

CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA DE DIPLOMATA

EXAME VESTIBULAR

A admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata se faz mediante aprovação em Exame Vestibular, realizado em três fases: a) provas de seleção prévia; b) exames de sanidade e capacidade física e psíquica, investigação social e entrevista; c) provas vestibulares finais.

As provas de seleção prévia se realizam, concomitantemente, na Capital Federal, na sede do Instituto Rio-Branco e nas capitais de vários Estados da União; os exames e provas das demais fases

(1) A Comissão de Programas e Estudos foi criada pelo Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 1, de 21 de setembro de 1961, alterado pelo Decreto nº 60.355, de 10 de março de 1967.

se efetuam na sede do Instituto Rio-Branco. Aos candidatos residentes fora do Estado da Guanabara que se habilitam nas provas de seleção prévia o Instituto Rio-Branco provê transporte e hospedagem, para se submeterem aos demais exames e provas.

Anualmente, o Instituto Rio-Branco publica, no *Diário Oficial*, edital de abertura de inscrições para o Exame Vestibular e baixa as instruções que o regerão. São requisitos para a inscrição: a) ser brasileiro nato; b) contar no mínimo 19 e no máximo 30 anos de idade; c) ser eleitor e estar quite com as obrigações militares; d) ter idoneidade moral, apresentando fôlha corrida e atestado de antecedentes; e) estar vacinado contra a varíola, apresentando atestado fornecido pela Saúde Pública; f) ter concluído, pelo menos, a segunda série de curso de graduação de escola superior, oficial ou reconhecida, ou de universidade estrangeira, neste caso, desde que comprovada a equivalência com os correspondentes estudos no Brasil. Por ocasião da inscrição, bastará a apresentação de atestado de matrícula na segunda série, mas será essencial prova de conclusão daquela série acadêmica para a efetivação da matrícula no Curso de Preparação. São admitidos candidatos de ambos os sexos. Quando o candidato for casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, sua inscrição dependerá de autorização especial do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

As provas de seleção prévia, destinadas a medir o grau de maturidade e o nível mínimo de conhecimentos que os candidatos devem possuir para se submeterem às provas vestibulares finais, são em número de três: Português; Francês; Inglês. Cada uma dessas provas é eliminatória; não lhes é atribuída nota e o seu resultado é indicado apenas por *aprovado* ou *reprovado*.

Os candidatos habilitados nas provas de seleção prévia são submetidos a exames de sanidade e capacidade física e psíquica, a cargo de entidade oficial ou oficializada, ou de junta médica de especialistas, à escolha do Diretor do Instituto Rio-Branco. É também realizada rigorosa investigação dos costumes e do conceito corrente dos candidatos. Os exames e a investigação têm efeito eliminatório.

Cabe a uma comissão designada pelo Diretor do Instituto efetuar aquela investigação e entrevistar cada candidato. Com base nos resultados dos exames, da investigação e da entrevista, a Comissão emite, a respeito de cada candidato, parecer sobre sua aptidão para a carreira diplomática e sobre a conveniência de sua admissão às provas vestibulares finais. Quando a comissão conclui contrariamente à admissão do candidato, o Diretor submete o respectivo expediente, com o seu parecer, à decisão do Mi-

nistro de Estado. De igual forma procede o Diretor caso discorde de parecer favorável da Comissão.

As provas vestibulares finais destinam-se a completar o processo de seleção do Exame Vestibular e a aferir conhecimentos básicos indispensáveis aos estudos a serem realizados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Essas provas versam sobre as seguintes matérias: Português; Francês; Inglês; Geografia; História do Brasil; História Mundial e Direito. As provas de Francês e de Inglês são escritas e orais; as das demais matérias, apenas escritas.

Tôdas as matérias são eliminatórias. São considerados aprovados os candidatos que obtêm a nota mínima de 50 pontos em cada matéria e a média global mínima de 60 pontos. Os candidatos aprovados ficam habilitados a matricular-se no 1º Ano do Curso de Preparação, de acôrdo com a classificação final e dentro do número de vagas fixado pelo edital de abertura de inscrições. O Exame vestibular só é válido para matrícula no C.P.C.D. no ano letivo imediato.

ORGANIZAÇÃO DO CURSO

O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.), ministrado em dois anos, é gratuito e de frequência obrigatória.

O Curso obedece a planejamento global, no qual se integram os programas das diversas matérias, inclusive os do Exame Vestibular. Para fins de coordenação, as matérias estão agrupadas em departamentos. O plano de estudo do C.P.C.D. figura no quadro da página 13.

O escalonamento das matérias, em grau crescente de conteúdo profissional, é feito de forma a que as disciplinas de uma fase possam servir de embasamento aos estudos da fase seguinte. O plano de estudos obedece, assim, a pressupostos e objetivos correspondentes a cada departamento:

Português — Os alunos devem trazer do Exame Vestibular sólido conhecimento da língua e possuir capacidade de expressão clara e correta. No Curso, a cadeira de Português não se rege pelo sistema de aulas; é realizado um controle sistemático dos conhecimentos do idioma através da apreciação, sob os aspectos gramaticais e estilísticos, das provas e trabalhos escolares de outras matérias.

C. P. C. D. — PLANO DE ESTUDOS

DEPARTAMENTO	EXAME VESTIBULAR		C. P. C. D.			
			1.º ANO		2.º ANO	
			I Período		II Período	
	Línguas	Política	Direito	Economia	Política	Economia
Português	Português	Geografia (Sistemática Regional e do Brasil)	Português (*)	Economia	Política Internacional	Economia
Francês	Francês	História Mundial (e das Américas)	Francês	Economia	Direito Internacional Público	Problemas Econômicos Contemporâneos
Inglês	Inglês	História das Relações Exteriores do Brasil	Inglês	Direito Comercial	Direito Internacional Privado	de Trabalho e Métodos de M.R.E.
Português (*)	Português (*)	Pensamento Político Contemporâneo	Português (*)	Direito Constitucional	Direito Internacional Público	Organização e Métodos de Trabalho e Métodos de M.R.E.
Francês	Francês	Geografia Política	Francês	Direito Constitucional	Direito Internacional Privado	Organização e Métodos de Trabalho e Métodos de M.R.E.
Inglês	Inglês	Política Internacional	Inglês	Direito Internacional Público	Direito Internacional Privado	Organização e Métodos de Trabalho e Métodos de M.R.E.
Português (*)	Português (*)	Política Internacional	Português (*)	Direito Internacional Público	Direito Internacional Privado	Organização e Métodos de Trabalho e Métodos de M.R.E.
Francês	Francês	Política Internacional	Francês	Direito Internacional Público	Direito Internacional Privado	Organização e Métodos de Trabalho e Métodos de M.R.E.
Inglês	Inglês	Política Internacional	Inglês	Direito Internacional Público	Direito Internacional Privado	Organização e Métodos de Trabalho e Métodos de M.R.E.

(*) Controle sistemático do conhecimento da língua através da apreciação, sob os aspectos gramaticais e estilísticos, das provas e trabalhos escolares de outras matérias.

Francês e Inglês — Os alunos também devem trazer do Exame Vestibular conhecimentos que os habilitem a ler, falar, traduzir e verter corretamente. A fim de garantir um melhor ensino das línguas, foi decidido, em 1970, prolongar por todo o 2º semestre do 2º Ano as aulas destas matérias. Durante o Curso, os alunos recebem treinamento complementar destinado a desenvolver sua capacidade de compreensão e expressão oral e escrita, em condições tanto quanto possível semelhantes às situações reais de trabalho.

Política — Os estudos políticos realizados no Curso têm por fundamento três matérias do Exame Vestibular: Geografia (Sistemática, Regional e do Brasil); História do Brasil; e História Mundial (do Século XVIII até 1950 e uma parte especialmente dedicada à História das Américas). Com base nessas matérias, são ministradas, no 1º Período do 1º Ano, duas disciplinas de caráter nitidamente profissional: História das Relações Exteriores do Brasil e Pensamento Político Contemporâneo. Ao 2º Período do 1º Ano corresponde a Cadeira de Geografia Política. Finalmente, no decorrer do 2º Ano, são ministradas aulas de Política Internacional, no 1º e no 2º Períodos.

Direito — Já tendo efetuado prova de Direito (Normas Gerais, Direito Civil e Direito Comercial) no Exame Vestibular, recebem os alunos, no 1º Ano, ainda, ensinamentos de Direito Comercial (1º Período) e de Direito Constitucional (2º Período). No 2º Ano há duas Cadeiras de caráter profissional: Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado (1º e 2º Períodos).

Economia — Todo o estudo da Teoria Econômica se faz nos dois anos do Curso. No tocante ao programa desta Cadeira, o estudo parecia indicar uma certa ênfase no aspecto teórico da matéria. Nestas condições, decidiu-se que mais valeria dedicar um maior número de aulas ao estudo dos Problemas Econômicos Contemporâneos. Esta matéria, ministrada no 2º Período do 2º Ano, possibilitará ao futuro diplomata conhecimentos práticos e objetivos dos problemas nacionais e internacionais.

Orientação Profissional — Consta da matéria Organização e Métodos de Trabalho do Ministério das Re-

lações Exteriores, ministrada no 2º Período do 2º Ano. Nesta Cadeira, os alunos recebem treinamento prático para as tarefas que deverão desempenhar na Secretaria de Estado.

REGIME DIDÁTICO

Na execução dos programas, são adotados como método de ensino, conforme o assunto, aulas de preleção, conferências, seminários, aulas e trabalhos práticos, pesquisas individuais e em grupos, exercícios, arguições e visitas a centros de interesse. Para cada matéria, em cada ano letivo, há provas periódicas e uma prova final. Essas provas podem tomar a forma de exames escritos ou orais, exercícios escolares, monografias e exposições sobre trabalhos de pesquisa.

APROVAÇÃO

É aprovado o aluno que obtém, no mínimo, 50 pontos em cada matéria e 65 pontos de média global.

Poderá requerer exame de segunda época o aluno que tiver média global e só não tenha logrado a nota final mínima em uma matéria. É permitida a repetência, uma só vez e no ano letivo imediato, ao aluno que se encontre em uma das seguintes situações: não tenha obtido os pontos necessários no exame de segunda época; se bem aprovado em todas as matérias, não tenha conseguido a média global mínima; ou, por motivo justo, haja excedido o número de faltas admissíveis.

A nota final do C.P.C.D. é a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 2 à média global de cada ano.

PROFESSORES

Os professores são designados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, após aprovação dos seus nomes pelo Ministro de Estado. A designação é feita para um ano letivo apenas, podendo, entretanto, haver recondução. Os membros do Corpo Docente são escolhidos dentre os professores universitários e funcionários da carreira de Diplomata, tendo estes últimos preferência para reger as cadeiras especializadas inerentes à atividade diplomática.

BÔLSAS

Aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata são concedidas bolsas de estudo, cujo montante é fixado anualmente pelo Diretor do Instituto.

PRÊMIOS

Nos termos do art. 25 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, o aluno classificado em 1º lugar no C.P.C.D. recebe a medalha de ouro «Prêmio Rio-Branco» e no 2º lugar a medalha de prata.

Em 1956, foi instituído o «Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva» constante de medalhas de prata e bronze conferidas ao 1º e 2º colocados no Exame Vestibular ao C.P.C.D.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

O aperfeiçoamento de diplomatas se faz através de cursos mantidos pelo Instituto Rio-Branco ou mediante programas de estudo por este estabelecidos para serem cumpridos em outras instituições de ensino nacionais ou estrangeiras. O Instituto organizou o Curso de Prática Diplomática e Consular (C.P.) e deverá inaugurar o Curso de Revisão para Diplomatas (C.R.D.).

O Curso de Prática Diplomática e Consular destina-se a dar aos diplomatas da classe inicial orientação específica sobre as tarefas que lhes correspondem em postos no exterior. O Curso de Revisão para Diplomatas destina-se a atualizar os conhecimentos dos diplomatas que regressem de postos no exterior e a familiarizá-los com a realidade brasileira, inclusive mediante viagens e visitas a centros de interesse.

Os diplomatas lotados no exterior beneficiam-se, em universidades estrangeiras, de um programa de treinamento avançado para a realização de estudos de pós-graduação em Política Internacional, Ciência Política, Economia, Direito Internacional ou Administração Pública.

CURSO DE ALTOS ESTUDOS

Tendo em vista a organização do Curso de Altos Estudos (CAE), foi proposta ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a constituição de um Grupo de Trabalho a fim de elaborar, sob a presidência do Diretor do Instituto Rio-Branco, um projeto de Regulamento especial para aquele Curso.

No memorando pertinente, o Diretor do Instituto Rio-Branco apresentou sugestões preliminares para a estruturação e funcionamento do CAE.

CURSOS ESPECIAIS E DE EXTENSÃO

Além de cursos para diplomatas, é facultado ao Instituto Rio-Branco estabelecer Cursos Especiais e de Extensão. Os primeiros

se destinam ao aperfeiçoamento ou à especialização, seja de funcionários do Ministério das Relações Exteriores, seja de estudantes e graduados de escolas superiores, neste caso em mandato universitário. Os Cursos de Extensão têm por finalidade a difusão de conhecimentos relativos aos problemas nacionais e internacionais.

CONCURSOS

O Instituto Rio-Branco organiza concursos de provas para a carreira de Diplomata e outras carreiras do Serviço Exterior Brasileiro sempre que as necessidades de recrutamento o exigem.

BRASILIA

Em virtude da mudança do Itamaraty para Brasília e da manutenção do Instituto Rio-Branco no Estado da Guanabara, julgou-se necessária a designação de um representante que coordenasse as seguintes atividades: Concurso para a Carreira de Oficial de Chancelaria, realizado concomitantemente no Rio de Janeiro e na Capital Federal, Curso de Prática Diplomática e Consular, destinado aos novos diplomatas lotados na Secretaria de Estado, Provas de Seleção Prévia do Exame Vestibular ao C.P.C.D., bem como conferências e cursos especiais destinados a diplomatas, que a mudança do Ministério das Relações Exteriores impunha fossem efetuados em Brasília, destacando-se o Curso sobre as Nações Unidas em convênio com a Universidade do Distrito Federal.

Acresce que o Instituto Rio-Branco necessitava de um elemento para contato com os diversos setores da Secretaria de Estado, com a Universidade e as instituições culturais de Brasília e com o público em geral, interessado nas atividades do Instituto, razão pela qual foi designado o Conselheiro Arnaldo Rigueira, que se desincumbiu de todas essas tarefas no período entre abril e dezembro de 1970.

Conforme Decretos nºs 66.218, parágrafo único, e 66.260, art. 7º, respectivamente de 17 e 25 de fevereiro de 1970, o Instituto Rio-Branco voltará, em 1971, a funcionar no Palácio Itamaraty, visto não haver mais problemas para suas instalações, com a mudança do Ministério para Brasília.

DIA DO DIPLOMATA

Pelo Decreto nº 66.217, de 17 de fevereiro de 1970, o Presidente da República instituiu o «Dia do Diplomata», a ser come-

morado anualmente em 20 de abril, data do nascimento de José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio-Branco.

Em homenagem ao patrono do Instituto, foi decidido que a cerimônia de formatura dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata passasse a se realizar naquela data.

Com a presença de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, e do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mário Gibson Barbosa, foi procedida, pela primeira vez, no Palácio Itamaraty em Brasília, a entrega dos diplomas aos integrantes da turma do C.P.C.D. de 1969, bem como aos formados pelo Estágio de Formação do Concurso de Provas concluído em 1968.

Naquela oportunidade, receberam o «Prêmio Rio-Branco» os Terceiros Secretários Gelson Fonseca Júnior e Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Beneditini e o «Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva» os Terceiros Secretários Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Beneditini e Alfredo Carlos de Oliveira Tavares, respectivamente, 1º e 2º colocados na classificação final do C.P.C.D. e do Vestibular.

O Senhor Presidente da República falou aos novos diplomatas, encontrando-se o discurso de Sua Excelência em outra seção do presente Anuário.

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

AULA INAUGURAL DO C.P.C.D. PELO SECRETÁRIO GERAL DE POLÍTICA EXTERIOR

DISCURSO DE SUA EXCELENCIA O SENHOR PRESIDENTE DA
REPÚBLICA, GENERAL EMILIO GARRASTAZU MEDICI, PRONUN-
CIADO NO «DIA DO DIPLOMATA», EM BRASÍLIA, POR OCASIAO
DA SOLENIDADE DE FORMATURA DOS DIPLOMANDOS
DO INSTITUTO RIO-BRANCO

Grande é a minha emoção ao presidir esta cerimônia, que assinala o acesso, em circunstâncias memoráveis, de jovens brasileiros a uma nobre carreira.

Comemora-se hoje, pela primeira vez entre nós, o Dia do Diplomata; e hoje se inaugura oficialmente em Brasília o Palácio Itamaraty.

Estas celebrações as realizamos, ademais, como um preito de irrecusável justiça, na data do nascimento do Barão do Rio-Branco, aquele que foi o grande consolidador de nossas fronteiras e, no julgamento da Pátria, um de seus mais eminentes filhos. Melhor homenagem do que esta, a de reverenciar a sua memória na inauguração do novo Itamaraty no coração do Planalto Central, não se poderia prestar a quem consagrou toda a sua vida à obra de assegurar a intangibilidade de nosso espaço geográfico e de criar, por essa forma, as condições básicas para ser ele ocupado por nossa gente e dinamizado por nossa energia criadora. Toda a atuação desse preclaro brasileiro teve por inabalável fundamento a crença na necessidade de povoar as zonas de fronteira e interiorizar os centros motores do País como ora se procura fazer com a consolidação de Brasília.

Iniciai-vos, meus jovens compatriotas, em vida de integral devotamento ao País, numa carreira árdua e de complexidade crescente, feita de exílios transitórios, mas sucessivos, em esforço contínuo de adaptação e resistência. Adaptação a modos de viver distintos do nosso, sem o que não vos revelareis plenamente úteis em vossa função, nem servireis, como vos incumbe, de traço-de união entre o vosso País e aquele em que estais acreditados; e resistência a integrar-vos excessivamente ao país em que desempenhais vossa missão, para que, em momento algum, não vos esqueçais de vossas origens, nem do dever de salvaguarda permanente dos interesses nacionais.

A carreira que abraçastes exige dedicação incondicional e serviço incessante. Em verdade, representa-se a Pátria conscientemente no exterior, todos os momentos. Nos menores atos dá-se o testemunho do Brasil, da maneira de ser brasileira, das qualidades de nosso povo. Daí a necessidade para o verdadeiro diplomata de encarar a sua profissão como um sacerdócio.

A primeira de vossas obrigações é para com a segurança nacional, em cujo esquema de proteção a diplomacia ocupa um dos postos mais importantes; a segunda é a de manter e ampliar o diálogo entre as nações a aprofundar-lhes as alianças, resolvendo ou reduzindo as dissensões internacionais, no interesse da própria segurança nacional, dentro da qual transformamos em realidade as nossas potencialidades como País e empreendemos a nossa empolgante escalada para o desenvolvimento.

A tarefa de aprimorar a convivência mundial torna-se menos difícil, quando se representa o Brasil que não alimenta pretensões contrárias aos interesses fundamentais de outros Estados e habituou-se, por inclinação natural e imperativos legais, à solução negociada dos litígios internacionais. Além disso, nosso País crê firmemente na fraternidade necessária entre os povos e almeja não apenas o convívio amistoso com as demais nações, mas também a efetiva colaboração entre elas, aceitando, de bom grado, toda cooperação, desde que compatível com a sua condição de Estado soberano.

Para a execução dessa política sereis chamados, de maneira crescente, a prosseguir nossa atuação em prol da mudança das regras da convivência internacional, da alteração de um sistema de relações que, apesar de tradicionalmente móvel, ora se pretende estático. O nosso País se recusa a crer que a História se desenrole necessariamente em benefício de uns e em prejuízo de outros; não aceita que o poder seja fonte de posições irremovíveis; e reafirma o direito de forjar, dentro das fronteiras, o seu próprio destino e de escolher, fora delas, as suas alianças e os seus rumos.

À medida que o Brasil cresce — e, mercê de Deus, somos testemunhas cotidianas desse crescimento — tendem a manifestar-se conflitos de interesse no plano internacional. Devemos receber isso com tranqüila naturalidade, sem espanto ou alarme, como um sinal mesmo de nossa expansão, de alteração das nossas estruturas econômicas e da tomada de consciência do que representamos no concerto das nações.

Na proporção em que crescemos, em que convertemos promessas em realidades, dilata-se e aprofunda-se, outrossim, a nossa participação nas relações internacionais. Cabe-nos exigir, com

singleza, mas sem hesitação, o reconhecimento e o respeito às novas dimensões de nossos interesses.

É imperioso que nos adaptemos à idéia de um Brasil que alcance, no presente, o que antes se punha no futuro; de um Brasil disposto a exercer, no plano universal, missão não inferior àquela que lhe impõe sua realidade atual e sua capacidade de progredir. Cabe-nos, dentro da comunidade internacional, parcela de decisão cada vez maior e não deixaremos de usá-la em favor dos povos que, como o nosso, aspiram ao progresso, à plena utilização de seus recursos, ao acesso às conquistas da ciência e da técnica, ao desenvolvimento pacífico, à erradicação da miséria.

A verdadeira paz reclama a transformação das estruturas internacionais. Ela não pode ser instrumento da manutenção e, muito menos, da ampliação da distância que atualmente separa as nações ricas das nações pobres. É indispensável, por isso, a mudança das regras do comércio internacional, que secularmente tem favorecido os países desenvolvidos, bem assim, a alteração do mecanismo de distribuição mundial do progresso científico e tecnológico. Não admitimos que a grande revolução científica e tecnológica de nosso tempo se faça — como ocorreu no século XIX, com a Revolução Industrial — em benefício quase exclusivo dos países mais desenvolvidos. Repelimos qualquer tentativa, seja qual for o pretexto invocado, de restauração da tese de zonas de influência ou de imposição da vontade política de um país, ou grupo de países, a outros.

Não apenas a convergência de interesses e a identidade de reivindicações, mas também a consciência de que devemos ser elemento dinâmico no mundo, explicam nossa posição de ativa solidariedade com os países em desenvolvimento e, entre eles, de modo particular, com os que formam a comunidade latino-americana.

Essa aliança, fundada na simetria da experiência histórica, moldada em prolongado e salutar exercício de intercâmbio de opiniões e de convívio franco, veio encontrar recentemente sua expressão unânime no Consenso de Viña del Mar.

Senhores,

A meta essencial de meu governo pode resumir-se numa palavra: desenvolvimento. Todos os esforços estão sendo conjugados para alcançar esse fim, porque para os povos da América Latina a independência econômica representa no século XX o que a independência política representou no século XIX. No trabalho comum para colimar esse objetivo supremo, a diplomacia brasileira tem função primordial a cumprir. O progresso do Brasil terá de ser

fruto, fundamentalmente, de esforço interno; por outro lado, a colaboração externa, bem intencionada, poderá acelerar e enriquecer o processo de crescimento.

Compete, pois, à nossa diplomacia estreitar o entendimento com os povos que travam junto conosco a dura batalha do desenvolvimento, como lhe cabe envidar todos os esforços para lograr a adesão dos países desenvolvidos aos postulados que defendemos e de cuja aplicação depende, já agora, o próprio progresso da humanidade.

O ciclo de negociações decorrentes do Consenso de Viena del Mar é, por si só, indicio claro de que a firmeza e a tenacidade podem lograr êsse objetivo. O cenário e a base de nossas reivindicações é um sistema de aliança e consulta já provado pelo tempo, pois a comunidade latino-americana se insere em círculo maior e mais antigo, o sistema da solidariedade hemisférica, no qual se busca plasmar o destino comum do Continente.

Tal sistema de solidariedade — que tem servido de modelo em outras áreas do mundo — só terá, porém, vigência duradoura, se se harmonizarem os interesses de tôdas as regiões do hemisfério e se a segurança política assentar na segurança econômica continental.

A cooperação externa, a eliminação de entraves ao comércio e aos financiamentos, o livre intercâmbio dos conhecimentos científicos e dos progressos técnicos não podem ser efetivados em nome apenas da solidariedade, mas igualmente, no da conveniência e da justiça, com base no reconhecimento de que a fraqueza de uns debilita os outros, de que a pobreza da parte contamina o todo.

A nação brasileira, por tôdas as suas forças vivas, está empenhada na tarefa de dar o grande salto tecnológico, sem o qual não será possível acelerar o ritmo de seu desenvolvimento. Por essa razão, o Brasil quer ter mãos livres em todos os setores da pesquisa científica e da aplicação pacífica das novas e ilimitadas fontes de energia. E se recusa a comprometer o seu futuro, obrigando-se por esquemas internacionais em que lhe são negados direitos e prerrogativas, que se pretende constituir privilégio de alguns.

Imperativos de segurança nacional e a determinação inabalável de salvaguardar nossos recursos naturais impuseram que se fixasse o limite do mar territorial brasileiro em duzentas milhas. Com êsse ato de soberania se fortalece a crescente tendência dos países latino-americanos no sentido de impor disciplina jurídica uniforme em matéria de capital importância para o desenvolvimento comum.

A diplomacia brasileira está chamada a exercer, de forma criadora, atividade cada vez mais difícil e intrincada. Cabe-lhe não só projetar externamente o que somos, mas contribuir, de maneira de-

cisiva, para antecipar o que seremos. Deve, por isso, ao observar o mundo para recolher da experiência de outros povos o que pode servir ao nosso progresso, adaptar-se incansavelmente às transformações que ocorrem no cenário internacional e às freqüentes mutações do jogo do poder, pois a matéria com que lida é, por definição, fluida e inconstante.

Já se vislumbra os sinais de que uma era de negociações sucede à da confrontação. A solução pacífica das divergências é tradição antiga neste continente e constitui concretização de milenar ideal humano, o qual, em nossos tempos, busca sua expressão na criação e aperfeiçoamento das Nações Unidas.

Coincidência feliz para esta nova turma de diplomatas é que o seu ingresso na carreira se verifique no ano em que as Nações Unidas completam um quarto de século de ação permanente e proveitosa em favor da paz, do abrandamento das tensões e da convivência entre os povos. Nesse fóro internacional de debates, ainda imperfeito, se desenvolveu nova atmosfera de diálogo, que orientou e deu forma, nos últimos vinte e cinco anos, a profundas transformações no panorama mundial. O principal testemunho dessas mudanças é o surgimento de numerosos Estados, que conferem nova dimensão à comunidade internacional. Em nossos dias, pela primeira vez na evolução humana, vê-se que a História não mais se faz em continente ou áreas estanques mas se projeta, ao contrário, como a realização coletiva de toda a humanidade.

A vós, jovens compatriotas, que ora vos integras nesta Casa de luminosas tradições, a serem prosseguidas no Palácio Itamaraty que hoje se inaugura, a minha saudação amiga. Como Primeiro Magistrado da Nação, aqui compareço para desejar-vos, em benefício do Brasil, todo o êxito na carreira que abraçastes.

vêrno, preservado, com exclusividade, de modo a que em seu venerável ambiente não só se abriguem suas preciosas coleções de livros e de cartas geográficas, como o vosso próprio Instituto.

Seu abandono pelos serviços gerais do Ministério significa menos o encerramento de uma fase, por muitos títulos notável, de nossa história diplomática, do que a contínua adaptação do Itamaraty, ao longo do tempo, às transformações da vida nacional, adaptação essa eloquentemente exemplificada, no pós-guerra, pela emergência da «geração dos economistas» e, nos mesmos anos 40, pela criação do Instituto Rio-Branco. Ambos esses acontecimentos imprimiram maior vitalidade à nossa diplomacia e causaram profundo efeito na política exterior brasileira contemporânea.

O novo Itamaraty, fluindo elegante na Capital irreversível do Brasil, é a imagem de uma diplomacia que já se antecipa a novos desafios do mundo que nos cerca e é, também, ao mesmo tempo, resposta atual às novas exigências do desenvolvimento do país.

Mas a mudança simbolizada na troca de um palácio antigo por outro que ganha vida, ao contrário do que possa apressadamente parecer, nada mais representa que profundo respeito à tradição, a qual, como bem lembrou o Ministro Gibson, em seu discurso de posse, «deve ser entendida em seu sentido correto, que é dinâmico e não estático, que não é parada no tempo, mas um esforço permanente de adaptação»... É, pois, a reverência pelo passado, o orgulho pelas tradições, que nos faz mudar para o futuro. O Barão do Rio-Branco foi um profundo inovador em seu tempo, e a melhor prova de compreensão do seu exemplo é o esforço constante de renovar, ao qual o sangue novo dos senhores vem trazer valiosa contribuição. Em outras palavras, zelar pela tradição de Rio-Branco significa não continuar fazendo o que ele fez ontem, mas procurar fazer o que ele faria hoje.

II — REALIDADE INTERNACIONAL

A renovação do Itamaraty, vista de outro ângulo, representa adaptação à realidade internacional, que sempre foi marcada pela mutabilidade, mas nunca, como em nossos dias, por mutabilidade tão acelerada e a tal ponto radical, que as novas «realidades» criadas no processo histórico caracterizam-se não por elementos modificados num certo sentido, em relação ao estado anterior, mas, sim, por novos elementos não existentes originalmente. A bomba atômica é o exemplo mais típico de novo elemento característico de uma nova realidade.

Neste decênio que estamos iniciando pode-se já afirmar que terminou o período do segundo pós-guerra na sociedade interna-

AULA INAUGURAL DO C. P. C. D., REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO, PELO EMBAIXADOR JORGE DE CARVALHO E SILVA

Meus Colegas,

Ao dizer-lhes do meu prazer em estar aqui com os Senhores, ao lado do novo Diretor do Rio-Branco, de quem muito esperamos, porque conhecemos bem sua capacidade, e ao lado dos professores que fazem o nome deste Instituto, gostaria de expressar meu augúrio de que sua carreira seja útil ao Brasil e lhes traga satisfação e felicidade pessoais, e meu desejo de os ver, em breve, ao nosso lado, remojando e renovando o trabalho árduo e diversificado que faz a rotina da profissão que escolhemos.

I — ITAMARATY

Os Senhores estão entrando no Itamaraty num momento de mudança, de transformação, não apenas no sentido físico-geográfico de transferência de sede do Rio para Brasília, mas, principalmente em dois outros aspectos também: no da renovação operacional, isto é, dos métodos burocráticos da Secretaria de Estado, visando à maior eficiência do Itamaraty como órgão fundamental da política exterior brasileira, e no do aperfeiçoamento profissional, através da previsão de medidas relativas ao curso do Instituto Rio-Branco, aliadas à criação de oportunidades de aprimoramento ao longo da carreira.

Estas, em parte, existem já, de vez que não poucos diplomatas, graças a essa condição, e portanto ao Itamaraty, ostentam títulos de famosas Universidades estrangeiras. No próprio interesse da carreira, porém, cogita-se de ampliar, se não institucionalizar, essas facilidades, em favor das vocações que se evidenciam.

O vetusto e histórico sobrado da Rua Larga, «Casa do Menino de Ouro», como era conhecido por volta de 1870, Sede da Presidência, desde a Proclamação da República até 99, daí para cá, Secretaria de Estado das Relações Exteriores e lugar de trabalhos ingentes de alguns dos maiores vultos da história e da cultura e literatura brasileiras, este ativo Palácio, que estamos em processo de deixar, identifica-se com os melhores momentos da nossa diplomacia e será, por isso mesmo, graças à esclarecida decisão do Go-

cional. A «guerra fria», tal como definida por teóricos da década de 50, também não existe mais. É verdade que permanece o *bipolarismo* de poder que tipifica o mundo desde o final da Segunda Guerra Mundial. Moscou e Washington continuam a ser, sem sombra de dúvida, os focos da força militar, tal como se a compreende hoje, com seus aspectos atômicos e balísticos. Só a Europa, como um todo, e a China, com quase 1/3 da população universal, poderão, talvez, em futuro próximo, ascender à posição equivalente à das duas superpotências.

Cada um dos dois pólos de poder cria uma área de influência, na qual, entretanto, existem forças de desagregação que produzem o que alguns chamam *policentrismo* político. A China de Mao Tsé-Tung, a França de De Gaulle e, por breve período, a Tchecoslováquia de Dubcek são ilustrações típicas de *policentrismo* político ou, pelo menos, de tendência *policêntrica*. A China de hoje continua a ser, no mundo comunista, o exemplo mais sério, dramático e belicoso de tentativa de reversão do *status quo* internacional vigente, mas, no mundo não-comunista, o desafio, aqui de maneira absolutamente pacífica, é atualmente pôsto pela República Federal da Alemanha e pelo Japão, graças ao grande desenvolvimento que tiveram na década dos 60; este último, de maneira tão expressiva, que já levou alguns futurólogos a falar no século XXI como o século japonês.

Nesse universo de dois centros de poder, cercado de dissensões e tentativas de não-enquadramento, vem-se destacando, particularmente nos últimos 10 anos, o que se pode denominar *conflito Norte-Sul*, que se definiria, de um certo ponto de vista, como a disparidade de interesses econômicos existente entre os Estados e a imposição, pelos mais fortes, de regras de jogo desfavoráveis aos mais fracos.

Dessa forma, no campo importantíssimo das trocas internacionais, os países subdesenvolvidos vêm, com apreensão, que as matérias-primas, que constituem praticamente toda sua exportação, perdem preço a longo prazo e sofrem variação de valor a curto prazo. E vêm, igualmente, com a mesma apreensão, que, nos raros casos em que alguma indústria específica tem capacidade competitiva, levantam-se, nos países industrializados, intransponíveis barreiras alfandegárias, ou criam-se sérias limitações quantitativas.

Assim, numa visão esquemática da realidade internacional, vê-se, dos ângulos político, ideológico e militar, dois poderosos focos de irradiação, cercados de áreas de maior ou menor influência e, de uma forma ou de outra, de possibilidades de poder e tentativas de independência; e, do ângulo econômico, percebe-se a diferença de interesses imediatos de pobres e ricos, com estes muito mais capazes de defenderem suas posições. Para os que gostam de

nomes, bipolarismo, principalmente militar, alguma tendência ao *policentrismo* político e conflito Norte-Sul na economia. Esta visão, apesar de simples tentativa, sujeita a fortes distorções, de compreender uma realidade muito mais complexa, serve como primeiro *approach* ao mundo das relações internacionais, se completada por algumas breves considerações de ordem cultural.

O Brasil, por força de sua história e geografia, pertence àquela parte do mundo que se convencionou chamar Ocidental. É difícil definir-se precisamente o que seja Ocidente; a palavra tem conotação sentimental e amplitude semântica imprecisa. O que se pode fazer é encontrar os valores fundamentais que definem o complexo cultural ocidental, tais como: democracia, paz social, respeito à pessoa humana, prevalência da iniciativa privada e solução pacífica de controvérsias.

Assim, não se caracteriza o Ocidente por um valor específico, mas por um *pluralismo de valores*. É interessante notar que esse pluralismo existe, também, na realização espacial de qualquer desses valores e, principalmente, na sua evolução histórica.

Para exemplificar e aclarar o que acabamos de dizer, tomemos um dos citados valores — democracia — por exemplo, estudemo-lo em sua imperfeita realização espacial, e verificaremos que a democracia britânica não é igual à italiana, a democracia mexicana é diferente de ambas, e, generalizando o raciocínio, temos o pluralismo de realizações espaciais de um mesmo valor. No tempo, é mais interessante esse mesmo estudo. Verificaremos que, da liberdade de pensar grega, nasceu a convicção de que a decisão deve caber à maioria; esta regra tornou-se uma constante axiológica que, no «processus» histórico aberto para o futuro e não finalista do Ocidente, foi recebendo valores agregativos sem alterar sua razão essencial de ser: de Roma a noção de que a ordem, a lei, é necessária à vida democrática; do cristianismo a idéia do «homem universal» e do liberalismo e socialismo do século XIX, respectivamente, a idéia do direito à liberdade e do bem-estar social.

III — POLÍTICA EXTERIOR BRASILEIRA

Política Exterior é a parte integrante do processo político nacional que se projeta no campo mais amplo da comunidade das nações; frise-se que é parte de um todo, não simples reflexo da política interna.

Todo Estado deve levar em conta, na relação com outros Estados, seu peso específico no concerto das nações, isto é, deve agir de acordo com seu *Poder Nacional*. Se por um lado a supersti-

mação dêste leva ao ridículo ou ao desastre, por outro lado, sua utilização incompleta pode levar ao imobilismo.

Quando esse pêso específico não é tão grande, como no caso do Brasil, é imprescindível, para fortalecer nossa capacidade de barganha, concentração de esforços, o que só é possível com unidade de ação. Esta, por sua vez, só é viável, com a participação constante do Itamaraty, o órgão próprio do Governo para atuar externamente e o único com visão global, em todas as negociações internacionais. Não significa essa afirmação, nem de longe, que o Ministério das Relações Exteriores reivindique exclusividade de atuação no campo internacional; ao contrário, a participação de outros Ministérios ou setores, particularmente em negociações de nível técnico, é fundamental. Significa, sim, que, para que os objetivos nacionais sejam atingidos, o Itamaraty deve continuar a ser, com os aperfeiçoamentos institucionais que o mundo moderno impõe, o órgão de coordenação interna da formulação da política externa e de coordenação e execução principal dessa política nos foros internacionais.

Na complexidade da vida internacional, o Brasil se encontra prêso, com maior ou menor intensidade, a certos padrões de comportamento, definidos em função dos objetivos nacionais permanentes, tais como sua sobrevivência como Estado e a manutenção da segurança internacional, e em função dos objetivos nacionais transitórios, isto é, aqueles que correspondem às exigências de uma fase da evolução sócio-econômica do país, entre os quais o desenvolvimento é o mais importante.

O Governo do Presidente Médici está tendo a salutar preocupação de bem precisar os objetivos transitórios que se relacionam com o desenvolvimento, no sentido de evitar desperdícios e catalizar esforços. Entre esses, deverão ser fixados dois, que pela sua importância, merecem particular atenção dos senhores. Um refere-se à *melhor utilização pelo Brasil do mercado econômico mundial*, para o que será necessário um levantamento crítico das relações econômicas do Brasil com todos os países do mundo, particularmente com as regiões de maior potencialidade econômica, com vistas a determinar se estão sendo utilizadas plenamente suas capacidades como mercados de produtos brasileiros. O outro objetivo, não menos importante, relaciona-se com a *coleta e disseminação de informações técnico-científicas* e representa mais um esforço do Itamaraty para o desenvolvimento tecnológico do Brasil, sem o qual impossível será o desenvolvimento econômico.

Completando estas considerações sobre a política externa brasileira queria destacar dois fatos que me parecem fundamentais: o primeiro é que o desenvolvimento na época em que vivemos é

processo *interno*, é o próprio país que se desenvolve ou não, sendo que a tarefa da diplomacia é afastar os obstáculos exteriores ou criar condições internacionais propícias a esse desenvolvimento; o segundo é que diplomacia, particularmente num país no estágio do nosso, é profissão que deve ser *totalmente integrada no esforço nacional* e pode, dependendo da dedicação de cada um de nós, ter reflexos muito positivos no futuro do Brasil.

PREZADOS E JOVENS COLEGAS

Os senhores iniciam-se numa profissão tradicional, num mundo em que o mundo parece querer repudiar de plano qualquer tradicionalismo. É erro, porém, pensar que tanto haja evoluído a humanidade que possa ela conduzir-se sem ser por processos políticos que reclamem experiência e tirocinio — ou tradição — e que nossa era científica e tecnológica, assim como superou conhecimentos científicos e técnicos de outras épocas, deixou ultrapassado o exercício da política internacional, peculiar à diplomacia.

Tudo quanto aqui lhes acabo de dizer indica, a meu ver, o contrário. A política de poder, a combinação e a composição de interesses, as zonas de influência, o predomínio econômico, o controle do comércio internacional ainda se erigem em desafios ao negociador paciente, ao político atilado, ao diplomata, em suma.

Assim, e me cabe deixar-lhes algum conselho, proponho-lhes que tenham sempre presente a imutável natureza política de nossa profissão. E, pois, que, com senso político, usem de todos os instrumentos do saber, antigos ou modernos. Com perseverança e tacto, descortino e ponderação, firmeza sem arrogância, prudência sem pusilanimidade — e, acima de tudo, despreendimento e patriotismo.

Se não lhes faltarem essas virtudes, não lhes faltarão nem êxitos, nem recompensas. Que não lhes pertencerão, porém, por que pertencem à Nação que lhes concede a suprema honra de servi-la, e o privilégio de representá-la e de engrandecê-la além, muito além de suas fronteiras.

Imbuídos desses preceitos, que inspirem o pensamento desta Casa, cada um dos senhores estará à altura de suas responsabilidades, cada um dos senhores concorrerá para que também sua geração deixe marca na construção do Brasil de nossos sonhos.

Muito obrigado.

ANEXOS

ATIVIDADES EM 1970

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA PARA O ANO DE 1970

Prosseguiram em janeiro de 1970 os Exames da 2ª Fase do Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata que teve início em dezembro de 1969: exames de sanidade e capacidade física realizados no Instituto de Seleção, Contrôlo e Pesquisa da Diretoria de Saúde do Ministério da Aeronáutica, sob a direção do Coronel-Médico Doutor Victor de Mello Schubnell e exames de sanidade e capacidade psíquica efetuados nos Institutos de Psiquiatria e Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro pela seguinte comissão: Doutores Pedro Jorge Daguer e Sérgio Ortega Terra e Psicólogos Julia Maria de Almeida Chermont, Maria Anita Fontes Lima Carneiro Ribeiro e Paulo Sérgio Lima.

A comissão encarregada de avaliar a aptidão dos candidatos, de conformidade com o disposto no Art. 7º e parágrafos do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foi assim constituída: Conselheiro Othon Guimarães, presidente; Secretário Ivan Velloso da Silveira Batalha e Secretário Marcos Henrique Camillo Côrtes.

Submeteram-se a êsses exames 104 candidatos: 57 aprovados nas provas de seleção prévia e 47 (*) anteriormente habilitados.

MOVIMENTO GERAL

Convocados	104
Desistentes	13
Inabilitados	37
Habilitados	54

PROVAS VESTIBULARES FINAIS

As provas vestibulares finais se realizaram de 3 a 30 de março.

A banca examinadora, presidida pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, e

(*) Portaria nº 14, de 13 de agosto de 1969, do Diretor do Instituto Rio-Branco.

assessorada pelo Ministro Jorge Alberto de Seixas Corrêa e pelo Conselho Othon Guimarães, ficou assim constituída:

Português

Professores Jesus Bello Galvão,
Evanildo Bechara e
Márcio Fortes de Almeida

Francês

Professores Jacques Auger e
Jean Louis Declercq

Inglês

Professores Kenneth James Payne e
Margareth Ann Whitfield

Geografia

Professoras Bertha Koiffmann Becker e
Maria Terezinha Segadas Soares

História do Brasil

Professores Américo Lourenço Jacobina Lacombe e
José Sales Tiné

História Mundial

Professores Pedro Freire Ribeiro e
Antônio Traverso

Direito

Professores Haroldo Teixeira Valladão e
Caio Mário da Silva Pereira

MOVIMENTO GERAL

M A T É R I A S	PRESTARAM PROVA	REPROVADOS	APROVADOS
Português.....	59 (*)	53	26
Francês.....	26	4	22
Inglês.....		(1 em ambas as matérias e 3 em Inglês)	
Geografia.....	22	6	16
História do Brasil.....		(1 em ambas as matérias; 3 em Geografia e 2 em História do Brasil)	
História Mundial.....	16	—	16
Direito.....			

(*) Cinco candidatos prestaram a prova de Português por força de liminar concedida em mandado de segurança.

Dos 16 candidatos aprovados, 1 não obteve média global. Foi a seguinte a classificação final:

Elisabeth Helena Pereira Erdos
Carlos José Middeldorf
João Alfredo Pinheiro Monteiro
Vital Fernando Lopes de Souza
Valdemar Carneiro Leão Neto
Jorge Octavio de Castro Miguez Figueirêdo
Marília Mota Sardenberg
Maria Elisa de Bittencourt Berenguer
Fernando Antonio Berto
Sebastião Neves
Cesário Melantonio Neto
Irene Pessôa de Lima Câmara
Pedro Mario Lavenère-Wanderley Mariani
Mario Ernani Saade
Valter Pecly Moreira

Fizeram jus às medalhas de prata e bronze do «Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva», correspondente aos 1º e 2º lugares no Exame Vestibular, os candidatos Elisabeth Helena Pereira Erdos e Carlos José Middeldorf.

Para integrar, com o respectivo titular, a banca da prova oral de Francês, foi designado o Professor Jacques Auger. A banca da prova oral de Inglês foi constituída pelos professores da cadeira: Margareth Ann Whitfield e Ralph Edward Jennings.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA

Coordenador — Ministro Jorge Alberto de Seixas Corrêa
História das Relações Exteriores do Brasil

Coordenador — Professor Américo Lourenço Jacobina La-combe

Professor — Vicente Costa Santos Tapajós
Pensamento Político Contemporâneo

Secretário Marcílio Marques Moreira

Geografia Política

Professora Bertha Koiffmann Becker

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Coordenador — Secretário Sérgio Fernando Guarischi Bath
Economia

Professor Tulio Hostilio Frederico Arvelo Durán

DEPARTAMENTO DE DIREITO

Coordenador — Professor Haroldo Teixeira Valladão
Direito Comercial

Professor Theóphilo de Azeredo Santos

Direito Constitucional

Secretário Raphael Valentino Sobrinho

CORPO DISCENTE

Cursaram o 1º Período do 1º Ano os 15 alunos aprovados no Exame Vestibular realizado de dezembro de 1969 a março de 1970. No 2º Período 2 alunos pediram desligamento do Curso, ficando a turma reduzida a 13 alunos, os quais foram promovidos ao 2º Ano com a seguinte classificação:

Valdemar Carneiro Leão Neto
Elisabeth Helena Pereira Erdos

CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA
DE DIPLOMATA

(C. P. C. D.)

Em 1970, o ano letivo do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata teve início a 10 de março e terminou a 18 de dezembro, com o seguinte desdobramento:

1º Ano

1º período — 13 de abril a 10 de julho;

2º período — 10 de agosto a 27 de novembro, seguido das provas finais.

2º Ano

1º período — 10 de março a 3 de julho;

2º período — 10 de agosto a 27 de novembro, seguido das provas finais.

1º ANO

CORPO DOCENTE

Pelas Portarias nºs 4, 5 e 8, respectivamente de 6 de março e 3 de abril de 1970, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes coordenadores e professores:

DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS

Português

Secretário Márcio Fortes de Almeida

Francês

Professor André Selon

Inglês

Professores Alan James Murphy
Margareth Ann Whitfield e
Ralph Edward Jennings

Marília Mota Sardenberg
 Maria Elisa de Bittencourt Berenguer
 Pedro Mario Lavenère-Wanderley Mariani
 Cesario Melantonio Neto
 Valter Pecly Moreira
 Mario Ernani Saade
 Carlos José Middeldorf
 João Alfredo Pinheiro Monteiro
 Irene Pessôa de Lima Câmara
 Vital Fernando Lopes de Souza
 Sebastião Neves

2º ANO

CORPO DOCENTE

Pelas Portarias do Diretor do Instituto Rio-Branco, nºs 4, 5 e 7, respectivamente de 6 e 24 de março, e pela Portaria Ministerial de 16 de março, foram designados os seguintes coordenadores e professores:

DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS

Português

Secretário Márcio Fortes de Almeida

Francês

Professor Jacques Auger

Inglês

Professores Alan James Murphy
 Margareth Ann Whitfield e
 Ralph Edward Jennings

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA

Coordenador — Ministro Jorge Alberto de Seixas Corrêa

Política Internacional

Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Coordenador — Secretário Sérgio Fernando Guarisch Bath

Economia

Professor João Ferreira Bentes

Problemas Econômicos Contemporâneos

Secretário Raphael Valentino Sobrinho

DEPARTAMENTO DE DIREITO

Coordenador — Professor Haroldo Teixeira Valladão

Direito Internacional Público

Professor Carlos Alberto Dunshee de Abranches

Direito Internacional Privado

Professores Haroldo Teixeira Valladão e
 Hilton Rios (substituto)

DEPARTAMENTO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Coordenador — Ministro Jorge Alberto de Seixas Corrêa

Organização e Métodos de Trabalho do Ministério das Relações Exteriores

Secretário Márcio Fortes de Almeida

Para integrar, com o respectivo titular, a banca da prova oral de Francês, foi designado o Professor André Selon. A banca da prova oral de Inglês foi constituída pelos professores da cadeira: Margareth Ann Whitfield e Ralph Edward Jennings.

CORPO DISCENTE

Dentre os 22 componentes da turma que cursou o 2º ano do C. P. C. D., em 1970, um aluno não conseguiu a média global mínima exigida, devendo, portanto, repetir o ano em 1971. (*)

Seguem, relacionados na ordem de classificação final, os alunos que concluíram o curso:

Vitória Alice Cleaver
 Artur Vivacqua Corrêa Meyer
 Isis Martins Ribeiro de Andrade
 Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos
 Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares
 Sérgio Silva do Amaral
 Gerson Machado Pires Filho

(*) Regulamento do Instituto Rio-Branco arts. 16 e 18 item A.

Renate Stille

Isnard Penha Brasil Júnior

Luiz Antonio Fachini Gomes

Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho

Paulo Sérgio Pontes da Silva Mafra

Gilda Nunes Abuhamad (*)

Ana Maria Penha Brasil (*)

Geraldo Affonso Muzzi

Alexandre Ruben Milito Gueiros

Julio Cezar Zelter Gonçalves

Antonio José Rezende de Castro

Luiz Alves da Fonseca Costa

Ricardo Drummond de Mello

Luiz Guilherme de Moraes

Fizeram jus ao «Prêmio Rio-Branco» os alunos Vitoria Alice Cleaver — medalha de ouro, 1º lugar — e Artur Vivacqua Corrêa Meyer — medalha de prata, 2º lugar.

Com a nomeação dessa turma elevou-se a 530 o número de funcionários que, desde 1947, ingressaram na Carreira de Diplomata através do Instituto Rio-Branco.

CONFERÊNCIAS

Dentro da programação do C. P. C. D. foi organizada a seguinte série de conferências:

Aula inaugural — Embaixador Jorge de Carvalho e Silva
Depoimento de um Diplomata — Secretário José Ferreira Lopes
Nações Unidas — Embaixador João Augusto de Araújo Cas-

tro

Embratur — Doutor Joaquim Xavier da Silveira

ALALC — Secretário Carlos Luiz Coutinho Perez

Café — Ministro Ronaldo Costa

Os Problemas de Direito Internacional sobre Satélites de Comunicação — Doutor Francis Ruddy

O Mandato da Comissão Jurídica Interamericana em Matéria de Terrorismo — Professor A. Joseph

SUDENE — General Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira

A Pesca no Nordeste — Almirante Paulo de Castro Moreira da Silva

Nordeste — Ministro José Costa Cavalcanti

Nordeste — Professora Bertha Koiffmann Becker

A UNESCO no Nordeste — Doutor Jean Labens

(*) Em virtude de terem contraído núpcias as alunas Ana Maria Gomes e Gilda Ohanian Nunes passaram a assinar-se, respectivamente, Ana Maria Penha Brasil e Gilda Nunes Abuhamad.

VISITAS

I — Refinaria de Mangueiras

No mês de maio os alunos do 2º Ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata foram convidados a visitar a refinaria de Mangueiras.

Na parte da manhã assistiram a uma conferência pronunciada pelo Diretor daquela empresa que discorreu sobre a produção e funcionamento da refinaria e o projeto de inauguração, nas proximidades, de um parque de indústria petroquímica.

II — Epea

Outra visita realizaram os alunos do 2º Ano ao Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada e à unidade de computação eletrônica da Pontifícia Universidade Católica.

No EPEA foi-lhes proporcionada, por técnicos, uma palestra sobre os métodos e o processamento de computação eletrônica, cujo funcionamento iriam presenciar, em seguida, na Puc.

III — Pernambuco e Bahia

Em meados de novembro, graças aos convites formulados pelos Senhores Nilo Coelho, Governador de Pernambuco, e Luiz Vianna Filho, Governador da Bahia, o Instituto Rio-Branco organizou, para os alunos do 2º Ano do C.P.C.D., uma viagem de estudos aos Estados de Pernambuco e da Bahia, da qual tomaram parte o Diretor do Instituto Rio-Branco, Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, o Ministro Heitor Pinto de Moura, como Coordenador, e duas funcionárias deste Estabelecimento de Ensino.

Para a visita aos Estados supracitados, foi elaborado o programa a seguir, que proporcionou aos futuros diplomatas a ocasião de conhecer o atual estágio de desenvolvimento daquela área nordestina, seus problemas econômicos, sociais e culturais.

Recife

Dia 9:

— Chegada às primeiras horas da tarde e hospedagem no Hotel São Domingos. À noite visitas à Capela Dourada e ao Teatro Santa Isabel. Jantar informal no Palácio das Princesas, oferecido pelo Governador do Estado, Dr. Nilo Coelho.

Dia 10:

- Visita aos Montes Guararapes — Palestra do Professor Jordão Emerenciano.
- Visita ao Distrito Industrial do Cabo.
- Regresso pelo contórno da BR-101-CARE-Distrito da BR-232.
- Visita à Microlite.
- Visita à Fábrica IASA e à CIV — Várzea.
- Almôço em São João da Várzea.
- Regresso pela Cidade Universitária.
- Visita à SUDENE — Palestra do Dr. Leonides Alves — Diretor da Assessoria de Cooperação Internacional — Aci.
- Coquetel no Ginásio de Esportes Imbiribeira.
- Visita à Basílica do Carmo e à Sede do Coral do Carmo.
- Jantar informal oferecido pela Prefeitura do Recife no Pátio de São Pedro.

Dia 11:

- Visita ao Porto do Recife — Terminal Açucareiro.
- Visita à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco.
- Visita a Olinda:

Mosteiro de São Bento;
Convento de São Francisco;
Mercado de Escravos.

- Visita ao Conjunto habitacional da COHAB — Ouro Preto
- Visita ao Distrito Industrial de Paulista.
- Almôço na Aluminium Extrusão S/A — Igarassu.
- Visita ao Museu do Açúcar.
- Visita ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais
- Palestra do Mestre Gilberto Freyre.

No dia 12 houve a visita a Paulo Afonso em avião da FAB.

Salvador

Dia 12:

- Chegada a Salvador — Hospedagem no Hotel da Bahia.
- Visita ao Museu de Arte Sacra.

- Percurso pela Avenida do Contórno e Vale Universitário.
- Visita ao Museu Carlos Costa Pinto.
- Visita ao Centro Folclórico — Apresentação de show folclórico.

Dia 13:

- Visita ao Centro Industrial de Aratu.
- Almôço oferecido por Sua Excelência o Governador do Estado na Residência de Ondina.
- Visita turística à cidade: Igreja de São Francisco, Catedral Basílica, Pelourinho, Mercado Popular, Colina do Bonfim.

Dia 14:

- Regresso.

ALUNOS

Integraram a turma do C.P. 28 diplomatas: 3 que terminaram o Concurso de Provas em 1968, 24 da turma do C.P.C.D. de 1968 e 1 da turma do C.P.C.D. de 1967, que por motivo justificado não pôde cursá-lo em 1969. A classificação final foi a seguinte:

Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro
Eduardo da Costa Farias
Alfredo Carlos de Oliveira Tavares
Arnaldo Abilio Godoy Barreira Cravo
Luiz Fernando Gouvêa de Athayde
Mara Weston Sampaio Góes
Flávio Miragaia Perri
Mair Ione Vilhena de Vasconcellos
Maurício Eduardo Côrtes Costa
Celina Maria Barão de Assumpção
Luiz Henrique Pereira da Fonseca
Sergio Luiz Pereira Cavalcanti
Sergio Simas Carriço
Clemente Rodrigues Mourão Neto
Roberto de Abreu Cruz
Antonio Carlos Austregésilo de Athayde
Edgard Telles Ribeiro
Fernando José de Carvalho Lopes
Synesio Sampaio Góes Filho
Fernando Cacciatore de Garcia
Roberto Rodrigues Krause
Vera Pedroza Martins de Almeida
Luiz Augusto de Castro Neves
Julio César Gomes dos Santos
Ney do Prado Diegues
Abelardo da Costa Arantes Júnior
Mario Grieco
Sonia Maria de Castro

APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS LOTADOS NO EXTERIOR

Dentro do programa de aperfeiçoamento profissional no exterior, previsto no art. 29 e seus parágrafos, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foram contemplados com auxílio financeiro, nos termos das circulares ns. 6.681, de 26 de abril de 1967, 7.065, de 17 de novembro de 1967 e 8.625, de 24 de março de 1970, os seguintes diplomatas matriculados em Universidades estrangeiras

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

CURSO DE PRÁTICA DIPLOMÁTICA E CONSULAR

(C.P.)

O Curso de Prática Diplomática e Consular previsto nos artigos 26 e seu parágrafo único e 27 e seus parágrafos, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, regeu-se pela Portaria nº 231, de 11 de julho de 1968, e foi realizado no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, no período de 3 de novembro a 18 de dezembro. Durante o Curso foram proferidas palestras por membros do Estado Maior das Forças Armadas.

PROFESSORES

Pela Portaria nº 17, de 27 de outubro de 1970, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes professores:

Prática Diplomática I

Ministro André Teixeira de Mesquita.

Prática Diplomática II

Secretário Alberto Vasconcellos da Costa e Silva.

Prática Consular

Conselheiro Raymundo Nonato Loyolla de Castro.

Promoção Comercial

Secretário José Ferreira Lopes.

Organização e Administração de Chancelarias

Ministro Dário Moreira de Castro Alves.

Comunicações

Secretário Sérgio Seabra de Noronha.

— alguns continuando os cursos anteriormente iniciados e outros matriculados no corrente ano:

Aida Rodrigues Gomes — 1969/70 — Carleton University, Ottawa — Assuntos Internacionais.

Carlos Augusto Rego Santos Neves — 1970 — Columbia University — «Special Postgraduate Student» — condição necessária para admissão no programa de Doutorado (Ph. D.) do «Department of Political Science».

Carlos Eduardo Paes de Carvalho — 1970 — Washington University — (Graduate School of Economics) — Teoria Macroeconômica e Teoria Microeconômica — Cursos exigidos para posterior ingresso na «Graduate School».

Celso de Almeida Miguel Relvas — 1967/68/69/70 (1º trimestre) — George Washington University — (Graduate School of Arts and Science) — «Master» em Economia.

Celso Luiz Nunes Amorim — 1968/69/70 — London School of Economics and Political Science — «Master of Philosophy» em Política Internacional.

Clodoaldo Hugueney Filho — 1970 — Universidad de Chile — «Estudios Económicos Latinoamericanos para Graduados (Escolatina)».

João Paulo da Silva Paranhos do Rio-Branco — 1968/69/70 — Tulane University — Doutorado em Economia e Curso de Especialização Demográfica (Population Theory).

José Jerônimo Moscardi de Souza — 1967/68/69/70 (1º semestre) — Columbia University — (Graduate Faculty of Political Science) — Mestrado em Ciência Política. Recebeu o título de «Master of Arts».

Márcio Rêgo Monteiro — 1967/68/69/70 — Massachusetts Institute of Technology (M.I.T.) — Doutorado em Ciência Política.

Pedro Paulo Pinto Assumpção — 1967/68/69/70 — George Washington University — (Graduate School of Arts and Science) — «Master» em Economia.

Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur — 1970 — London School of Economics and Political Science — «Master» em Economia.

Rubem Amaral Júnior — 1970 — The American University — (School of International Service) — «Master of Arts in International Studies».

Samuel Pinheiro Guimarães Neto — 1968/69/70 — Boston University — (Graduate School) — «Master» em Economia.

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA PARA O ANO DE 1971

O Exame Vestibular ao C.P.C.D. para o ano letivo de 1971 regu-se por Edital de 3 de agosto de 1970, do Diretor do Instituto Rio-Branco, e pelos Programas e Instruções, aprovados, respectivamente, pelas Portarias Ministeriais nºs 268 e 269, de 14 de janeiro de 1969.

Nos termos do Regulamento em vigor, o Exame Vestibular efetua-se em três fases:

- prova de Seleção Prévia;
- exames de sanidade e capacidade física e psíquica, investigação social e entrevista;
- provas vestibulares finais.

PROVAS DE SELEÇÃO PREVIA

As inscrições para as provas de Seleção Prévia permaneceram abertas de 8 de setembro a 30 de outubro. As provas se efetuaram nos dias 2 e 3 de dezembro no Distrito Federal e nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Pôrto Alegre, Recife e São Paulo.

A banca examinadora, presidida pelo Diretor, substituto, do Instituto Rio-Branco, ficou assim constituída:

Português

Professores: Jesus Bello Galvão,
Evanildo Bechara e
Márcio Fortes de Almeida

Francês

Professores: Jacques Auger e
Simone Mathieu de Queiroz Caúla

Inglês

Professores: Ralph Edward Jennings e
Hilda de Almeida Cunha Medeiros

As provas realizadas fora do Rio de Janeiro tiveram a supervisão dos seguintes diplomatas:

Belo Horizonte — Secretário Bernardino Raimundo da Silva
 Brasília — Conselheiro Arnaldo Rigueira
 Porto Alegre — Secretário Adhemar Gabriel Bahadrian
 Recife (*) — Ministro Heitor Pinto de Moura
 São Paulo — Ministro Frederico Carlos Carnaúba

MOVIMENTO GERAL

Inscritos	175
Dispensados das provas (**)	49
Sujeitos às provas	126

Desistentes

Antes das provas ...	33
Durante as provas ...	4

Submeteram-se às provas	89
Homens	78
Mulheres	11

Aprovados	25
-----------------	----

(Rio de Janeiro 21, sendo 2 do sexo feminino;
 Brasília 1; Porto Alegre 1; São Paulo 2).

EXAMES FÍSICOS E PSÍQUICOS (***)

Os exames de sanidade e capacidade física estão em curso no Instituto de Seleção, Controle e Pesquisa da Diretoria de Saúde do Ministério da Aeronáutica, sob a direção do Coronel-Médico Doutor Octávio Almerindo Ferreira. Para efetuar os exames de sanidade e capacidade psíquica foi designada a seguinte Comissão constituída de especialistas dos Institutos de Psiquiatria e Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro: Doutores José Leme Lopes e Jacques Vieira Engel e Psicólogas Júlia Maria de Almeida Chermont e Andréa de Castro Coelho Cintra.

(*) Dois candidatos de Salvador prestaram exame em Recife.

(**) Portaria nº 14, de 13 de agosto de 1969, do Diretor do Instituto Rio-Branco.

(***) Os exames prosseguiram em 1971.

CONCURSO PARA A CARREIRA DE OFICIAL DE CHANCELARIA

O Concurso para a Carreira de Oficial de Chancelaria, destinado ao provimento de 100 cargos da classe inicial da Carreira, regeu-se pela Portaria Ministerial nº 284, de 3 de março de 1970, e pelo Edital, Instruções e Programas baixados na mesma data pelo Diretor do Instituto Rio-Branco.

As inscrições permaneceram abertas de 30 de março a 20 de maio e as provas se realizaram de 31 de maio a 30 de agosto.

O Concurso constou de quatro fases:

- 1ª fase — provas básicas de Português, Francês e Inglês;
- 2ª fase — exames de capacidade física e psíquica e investigação dos costumes e conceito do candidato;
- 3ª fase — prova básica de datilografia;
- 4ª fase — provas complementares de classificação.

Inscreveram-se 2.623 candidatos, dos quais 1.536 se submeteram, efetivamente, à primeira prova do Concurso.

EXAMINADORES

PROVAS BÁSICAS

Português

Professores:

Jesus Bello Galvão,
 Evanildo Bechara e
 Márcio Fortes de Almeida.

Francês

Professores:

Jacques Auger e
 Simone Mathieu de Queiroz Caúla

Inglês

Professores:

Hilda de Almeida Cunha Medeiros e
 Rubem de Carvalho Goston

Datilografia

Professor: Adnar Salgado

PROVAS COMPLEMENTARES

Noções de Geografia Geral e de História do Brasil

Professores: Lia de Domenico Osório e
Vicente Costa Santos Tapajós

Taquigrafia

Professores: Frederico Luiz de Burgos e
Jair Abrantes

Arquivologia e Biblioteconomia

Professora Maria Elisa Pimenta Baptista

Noções de Direito Administrativo e Contabilidade Pública

Professor Júlio d'Assumpção Barros

Alemão

Professores: Tilmann Waldruff e
Friedrich Helmut Gottlieb Krause

Espanhol

Professores: Emilia Navarro Morales e
Pedro Vitas Berrozpe.

PROVAS BÁSICAS

MOVIMENTO GERAL

MATÉRIAS	DESISTENTES	COMPARECERAM	REPROVADOS	APROVADOS
Português.....	1.087 (Brasília... 782) (Rio..... 305)	1.536 (Brasília... 997) (Rio..... 539)	1.285 (Brasília... 845) (Rio..... 440)	251 (Brasília... 152) (Rio..... 99)
Francês e Inglês.....	11 (Brasília... 10) (Rio..... 1)	240 (Brasília... 143) (Rio..... 97)	72 (Brasília... 51) (Rio..... 21)	168 (Brasília... 92) (Rio..... 76)
Datilografia (*).....	2 (Rio)	139(**) (Brasília... 74) (Rio..... 65)	27 (Brasília... 19) (Rio..... 8)	112 (Brasília... 55) (Rio(**)..... 57)

(*) Prova realizada após a 2ª fase — Exames de Capacidade Física e Psíquica e Entrevista.

(**) Um candidato, inabilitado na 2ª fase, prestou a prova por força de Mandado de Segurança.

EXAMES DE CAPACIDADE FÍSICA E PSÍQUICA E INVESTIGAÇÃO
DOS COSTUMES E CONCEITO DOS CANDIDATOS

Os Exames de Capacidade Física e Psíquica foram realizados por uma Comissão presidida pelo chefe do Serviço de Assistência Médica do Ministério das Relações Exteriores, Doutor Fernando Cardoso de Souza, com a colaboração de entidades especializadas. A Comissão encarregada de entrevistar os candidatos foi composta dos seguintes diplomatas nomeados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco:

Conselheiro Othon Guimarães — Presidente
Conselheiro Arnaldo Rigueira
Secretário Bernardino Raimundo da Silva
Secretário Márcio Fortes de Almeida
Secretário Celso de Almeida Miguel Relvas

Foram convocados para estes exames 168 candidatos.

MOVIMENTO GERAL

Convocações	168
Desistentes	10
Brasília	9
Rio	1
Inabilitados	18
Brasília	9
Rio	9

Habilitados	140
Brasília	74
Rio	66

PROVAS COMPLEMENTARES

Compareceram às provas complementares, para efeito de classificação, 111 candidatos. Dos 112 habilitados na prova de datilografia, 1 desistiu e outro fez as provas complementares em virtude de Mandado de Segurança.

MOVIMENTO GERAL

Prova complementar de Noções de Geografia e de História do Brasil	111
---	-----

Provas complementares optativas:

Alemão	7
Arquivologia e Biblioteconomia	17
Espanhol	33
Noções de Direito Administrativo e Contabilidade Pública	46 (*)
Taquigrafia	8
Total	111 candidatos

RESULTADO FINAL DO CONCURSO

Lograram aprovação em todas as fases do Concurso 110 candidatos:

Brasília	55
Rio	55

Relação nominal dos aprovados por ordem de classificação:

Elaine Maria Santos Cairo
 João Frederico Abbott Galvão Júnior.
 Tarcisio Zandonade
 Odilon Pereira da Silva
 Marisa Brum de Góes
 Kornél Gábor Bátor
 Beatriz Teixeira de Mesquita
 Hugo Moreira Sapha
 Murilo Portugal Filho
 Emi Firmino.
 João Domingos Wolff da Silva
 Maria das Graças Catta Preta de Souza Silveira
 Maria das Mercês Vitral Monteiro.
 Dulce Fabiana Rodrigues Gomes
 Maria Cristina Leite Machado
 Elizabeth Vasconcelos de Paula Mól
 Sonia Cotrim da Cunha,
 Terezinha de Jesus Jalfim.
 Maria Eliza Leite Luduvíce
 Edise Lima da Costa Abreu
 Maria da Conceição Tavares de Souza
 Maria Alzêmira Jereissati Zouki
 Flavio Collares Werneck
 Maria Iris da Conceição.

(*) Um candidato prestou a prova por força de Mandado de Segurança.

Donalva Gonçalves Caixeta
 Maria Teresa de Oliveira Santos
 Esdras Neves Almeida
 Theo Victor Surlemont
 Lucia Maria Leal Do Couto
 Maria do Socorro Evelim Coelho
 Maria Angelica Brito Borges
 Elza Maria Sapucaia
 José Maria de Carvalho Coelho
 Francisco Neves da Cunha
 Oscar Ferreira da Silva Junior
 Arcy de Godoy Lopes
 Paulo Antônio Pereira Pinto
 Carlos Augusto de Oliveira
 José Servo de Jesus
 Sigrid Hedwig Löw
 Vera Lucia d'Alto Manzolillo
 Anderson Fernandes Dourado
 Selma Nabuco de Oliveira Souza
 José Roberto Moreira de Melo
 Hildo Schulz
 Maria Celeste Fernandes Gurgel
 Amilar Rodrigues Dias
 Ilza Brueggemann dos Santos Rocha
 João Bosco Giardini
 Neusa Bastos Reis
 Maria Lopes Frota
 Carlos dos Santos Almeida
 Elizabeth Pires de Andrade Pinto
 Luiz Ramos da Silva Filho
 Hercy Rodrigues Theodoro
 Leunam Costa Leite
 Magnólia Soares
 José Iremar Alves Bronzeado
 Lenita Conill Cavalcanti
 Marina Montero Ferreira de Souza
 Ligia Martins de Souza
 Andreia Cristina Nogueira Rigueira
 Ivany Neiva González
 Gustavo Henriques de Carvalho
 Gabriel Flores
 Alderico Jefferson da Silva Lima
 Telma Lêda Monteiro Nóbrega
 Mariuska de Los Angeles Bezerra de Menezes
 Sandra Maria Mello Rocha

Margherita Bianchi Campos
 Juliene Maria de Vasconcelos Seixas
 Valdivino Francisco de Andrade
 Romero Cabral da Costa Filho
 Sônia Maria da Silva Reis
 Antonio Teixeira de Sousa
 Fernando Luís Santos
 Laine Ilves
 Elizabeth Seixas Hanna
 Fernando Chaves da Costa
 Tereza Gomes Serra de Aquino
 Aquiles Marciano Cordeiro
 Mairise Costa Granja
 Célia Flores Santos Lima
 Zênia de Faria
 Ruth Rubens Costa e Silva
 José Romero Pereira
 Maria Dulce Soares da Silva
 Dercy Ribeiro do Prado
 Solange Maia Motta
 Leda Tâmega Ribeiro
 Ana Lúcia de Oliveira Paes
 Alvaro Cesar de Andrade
 Sebastião Luiz de Resende
 Cecília Maria Rodrigues Oliveira
 Sérgio Eduardo Moreira Lima
 Corina Barra
 Marco Aurélio Andrade de Filgueiras Gomes
 Jorge Figueiredo de Oliveira
 Loana Braga Barbosa
 Deise Marques Asencio
 Eni Leonel de Paula
 José Cezar do Amaral Castilho
 José Ribamar dos Reis Fernandes
 Nelson Pradal Maia
 José da Silveira Dumont
 Valdori Geraldo de Abreu Pena
 Adelina Teixeira Baêna Paiva
 Isa de Almeida e Albuquerque
 Rose Marie Soares Romariz
 José Américo Vieira Spinola

CURSOS ESPECIAIS (C.E.)

CURSO ESPECIAL SOBRE AS NAÇÕES UNIDAS

Para comemorar, em 1970, o vigésimo quinto aniversário da assinatura da Carta das Nações Unidas, foi promovido, sob o patrocínio conjunto do Instituto Rio-Branco, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade de Brasília e da Universidade de São Paulo, o «Curso Especial sobre as Nações Unidas» destinado a portadores de diplomas de nível universitário e a pessoas que possuíssem experiência no exercício de funções ligadas às relações internacionais.

O Curso constou de um ciclo de conferências pronunciadas na Universidade do Distrito Federal, na Escola de Altos Estudos de Administração Internacional da Universidade do Rio de Janeiro e na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. A conferência inaugural, em Brasília, foi proferida no Palácio Itamaraty, pelo Embaixador Jorge de Carvalho e Silva, Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores.

Foram conferidos Certificados de Frequência aos que participaram do Curso.

As conferências, a cargo de eminentes conhecedores de assuntos internacionais, versaram sobre os seguintes temas:

CURSO EM BRASÍLIA

A — Introdução:

«Nações Unidas — Apreciação Histórica» — Embaixador Jorge de Carvalho e Silva.

B — *Estrutura, Paz e Segurança*:

- I — «A Assembleia Geral» — Senador Mem de Sá.
- II — «O Mecanismo Resolutivo da Assembleia Geral» — Ministro David Silveira da Mota Júnior.
- III — «O Conselho de Segurança» — Ministro Carlos Calero Rodriguez.

IV — «As Nações Unidas e o Desarmamento» — Brigadeiro Nelson Lavenère Wanderley.
 V — «As Operações de Paz» — General Reinaldo Melo de Almeida.
 VI — «A Corte Internacional de Justiça» — Deputado Flávio Marcílio.
 VII — «A Comissão de Direito Internacional» — Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva.
 VIII — «O fim do Colonialismo» — Embaixador José Sette Câmara.

C — *Cooperação Econômica e Social:*

I — «As Grandes Perspectivas» — Embaixador Miguel Álvaro Osório de Almeida.
 II — «Os Mecanismos de Cooperação» — Ministro Ronaldo Costa.
 III — «Ação Regional» — Ministro Geraldo de Heráclito Lima.
 IV — «O Programa de Desenvolvimento» — Doutor Eduardo Albertal.
 V — «Ciência e Tecnologia» — Embaixador Carlos Chagas.
 VI — «Os Direitos Humanos» — Professor João Leitão de Abreu.

VII — «As Nações Unidas e os Problemas da Educação e da Cultura» — Ministro Jarbas Gonçalves Passarinho.

D — *Novos Campos de Ação:*

I — «As Nações Unidas e as Questões do Mar» — Almirante Paulo de Castro Moreira da Silva.
 II — «As Nações Unidas e o Espaço Cósmico» — Professor Fernando de Mendonça.
 III — «As Nações Unidas e os Problemas do Meio Ambiente» — Professor Luiz Fernando Labouriau.
 E — «As Nações Unidas e os Fundamentos da Paz Internacional» — Embaixador João Augusto de Araújo Castro.
 F — «As Nações Unidas e o Brasil» — Embaixador Mário Gibson Barboza.

CURSO NO RIO DE JANEIRO

O 25º Aniversário das Nações Unidas — Embaixador Miguel Paranhos do Rio-Branco.

A *Assembleia Geral das Nações Unidas* — Doutor Raul Trejos.

As *Nações Unidas e o Direito Internacional* — Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva.

O *Conselho de Segurança* — Ministro Carlos Calero Rodriguez.

A *Corte Internacional de Justiça* — Professor V. Marotta Rangel.

As *Nações Unidas e a Proteção dos Direitos Humanos* — Professor M. Franchini Netto.

Conselho Econômico e Social — Professor Raphael Valentino Sobrinho.

As *Nações Unidas e os Países em Desenvolvimento* — Doutor Eduardo Albertal.

O *Problema do Desarmamento* — Brigadeiro Nelson Freire Lavenère Wanderley.

O *Fundo do Mar* — Almirante Paulo de Castro Moreira da Silva.

O *Espaço Exterior* — Professor Carlos Alberto Dunshee de Abranches.

As *Nações Unidas e a Ciência e Tecnologia* — Embaixador Carlos Chagas.

Assistência Técnica — Ministro José Costa Cavalcanti.

Descolonização — Embaixador José Sette Câmara.

Cooperação Financeira — Professor Cleantho de Paiva Leite.

As *Operações de Paz* — General Reinaldo Melo de Almeida.

O *Brasil e as Nações Unidas* — Embaixador Vasco Leitão da Cunha.

CURSO EM SÃO PAULO

As *Nações Unidas e o Direito Internacional* — Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva.

As *Nações Unidas e os Problemas do Espaço Sideral* — Professor Carlos Alberto Dunshee de Abranches.

A *Assembleia Geral das Nações Unidas* — Doutor Raul Trejos.

As *Nações Unidas e os Problemas do Fundo do Mar* — Almirante Paulo de Castro Moreira da Silva.

Conselho Econômico e Social das Nações Unidas — Professor Raphael Valentino Sobrinho.

A Côte Internationale de Justiça — Professor Vicente Marotta Rangel.

A Missão Pacifista das Nações Unidas — Professor Miguel Franchini Netto.

As Nações Unidas, a Ciência e a Tecnologia — Embaixador Carlos Chagas.

Conselho de Segurança das Nações Unidas — Embaixador Miguel Paranhos do Rio-Branco.

As Nações Unidas e os Direitos Humanos — Professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho.

Organismos Especializados das Nações Unidas. «A UNESCO» — Doutor Jean Labens.

«A ONU» e os Problemas do Mundo Moderno — Professor Miguel Reale.

ANALISE ESTATISTICA — ANALISE MACROECONOMICA — PESQUISA OPERACIONAL E TEORIA DE JOGOS

Concluíram, com aproveitamento, os Cursos Especiais do Instituto Rio-Branco realizados de agosto de 1969 a fevereiro de 1970, os seguintes diplomatas e economistas:

Curso de Análise Estatística — Professores Alberto Mello e Souza e Theodoro Oniga.

Secretário Adriano Benayon do Amaral
Secretário Alfredo Carlos de Oliveira Tavares
Economista Alfredo Henrique Botelho Rodrigues
Economista Carlos Guilherme Studart Filho
Economista Jorge Miguel Mayer
Economista Marcílio Campos Cassela
Economista Paulo Fukuhara de Carvalho
Secretário Synésio Sampaio Goes Filho

Curso de Análise Macroeconômica — Professores Alberto Mello e Souza e Obertal Mantovanelli Netto.

Economista Alfredo Henrique Botelho Rodrigues
Economista Carlos Guilherme Studart Filho
Secretário Carlos Luiz Coutinho Perez
Secretário Carlos Norberto de Oliveira Pares
Economista Jorge Miguel Mayer
Secretário Julio Gonçalves Sanchez
Secretário Nuno Álvaro Guilherme d'Oliveira
Economista Paulo Fukuhara de Carvalho

Secretário Roberto Rodrigues Krause.
Secretário Sérgio Henrique Nabuco de Castro.

Curso de Pesquisa Operacional e Teoria de Jogos — Professor Theodoro Oniga.

Secretário Adriano Benayon do Amaral.
Economista Alfredo Henrique Botelho Rodrigues.
Economista Carlos Guilherme Studart Filho.
Secretário Celso Marcos Vieira de Souza.
Economista Jorge Miguel Mayer.
Economista Marcílio Campos Cassela.
Economista Paulo Fukuhara de Carvalho.

10º) *Concentração de Empresas*.

11º) *O «Leasing»*.

12º) *Relações do Brasil com Instituições Financeiras Internacionais*. Fundo Monetário Internacional. Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Corporação Financeira Internacional. Associação Internacional de Desenvolvimento. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional. Export-Import Bank.

O movimento geral de distribuição de publicações editadas pelo Instituto Rio-Branco atingiu o total de 760 volumes.

PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

Em 1970 foi atualizada a Legislação vigente do Instituto e organizado o Anuário relativo ao ano em curso.

Foi autorizada a impressão da obra «História do Brasil nos Velhos Mapas» que deverá sair do prelo no início de 1971.

Encontra-se em últimas provas, no Departamento de Imprensa Nacional, o trabalho do Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva «Conferência de Viena sobre o Direito dos Tratados».

Constam do plano de publicações para 1971, além da «Coleção de Atos Jurídicos Internacionais» e das «Monografias sobre o Barão do Rio-Branco», uma coleção de conferências selecionadas dentre as que foram pronunciadas quando da comemoração do 25º aniversário da Carta da ONU.

Por sugestão do titular da Cadeira de Direito Comercial do C.P.D.C., Professor Theophilo de Azeredo Santos, será também publicado um «Manual de Direito Comercial para a Carreira Diplomática», de sua autoria, onde serão examinados os seguintes assuntos, não apenas teoricamente, mas, ainda, com exemplos práticos, modelos, formulários e também com a indicação da legislação em vigor:

- 1º) *Sistema Financeiro Nacional: estrutura e funcionamento. Mercado Financeiro e Mercado de Capitais.*
- 2º) *Constituição e Funcionamento de Empresas Estrangeiras no Brasil.*
- 3º) *Empresas Multi-Nacionais.*
- 4º) *Aspectos Jurídicos da Integração Latino-Americana.*
- 5º) *Compra e Venda Internacional. Usos internacionais.*
- 6º) *Arbitragem Comercial.*
- 7º) *Responsabilidade do Transportador no Direito Brasileiro. Convenções internacionais sobre a matéria.*
- 8º) *Noções sobre Operações de Câmbio.*
- 9º) *Sistemática Jurídica das Importações e Exportações.*

BIBLIOTECA

A Biblioteca do Instituto Rio-Branco possuía em 31 de dezembro de 1970 um acervo de 13.435 livros e 212 títulos de periódicos.

Foram adquiridas, no decorrer do ano, 113 obras (192 volumes e 72 folhetos):

Obra — 113	{ por compra: 29
	{ por doação ou permuta: 84
	{ por compra: 91
Volume — 192	{ por doação ou permuta: 101
	{ por compra: 50
Folhetos — 72	{ por doação ou permuta: 22

A Biblioteca manteve permuta de publicações com universidades e outras entidades culturais do país e do exterior.

Excetuadas as consultas feitas na sede da Biblioteca, foi o seguinte o movimento de empréstimos:

Livros — 1.108.

Periódicos — 291.

O empréstimo entre bibliotecas foi realizado com as seguintes instituições: Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Instituto de Hematologia da Secretaria de Saúde do Estado da Guanabara, Biblioteca do Banco do Brasil e Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores.

A pedido, foram preparadas bibliografias seletivas sobre os seguintes temas: política internacional, China, Nações Unidas e Brasil-Nordeste.

Deu-se prosseguimento ao intercâmbio mantido com o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação através do Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) e Catálogo Coletivo Nacional (CCo).

No Catálogo Dicionário foi feita revisão geral para fins de substituição de fichas e de novas encomendas ao SIC. Ademais, organizou-se um catálogo auxiliar de cabeçalhos de assunto adotados pela Biblioteca do Instituto Rio-Branco.

C. P. C. D.

TURMA DE 1970

ALEXANDRE RUBEN MILITO GUEIROS — (Estado de Pernambuco)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. «Lower Certificate in English» da Universidade de Cambridge. Curso de Gerência de Exportação e Importação do Instituto de Administração e Gerência da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Curso Especial sobre as Nações Unidas — Instituto Rio-Branco.

ANA MARIA PENHA BRASIL — (Estado da Guanabara)

Aluna do Curso de Bacharelado (4º ano) da Faculdade de Direito Cândido Mendes. Coursou o 1º ano de Psicologia na Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Curso completo de Inglês no Instituto Brasil-Estados Unidos. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan.

ANTÔNIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO — (Estado da Guanabara)

Coursou até o 3º ano de Bacharelado na Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara.

ARTUR VIVACQUA CORRÊA MEYER — (Estado da Guanabara)

Prêmio Rio-Branco — Medalha de Prata, segundo lugar. Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado da Guanabara. Promovido à 2ª Série do Curso de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coursou até o 7º ano da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa. «Lower Certificate in English» da Universidade de Cambridge. Coursou até o 5º ano da Associação de Cultura Franco-Brasileira. Curso de Gerência de Exportação e Importação do Instituto de Administração e Gerência da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Curso Especial sobre as Nações Unidas — Instituto Rio-Branco. 2º Tenente da Reserva do Exército Brasileiro — Arma de Cavalaria — Prêmio Correia Lima.

GERALDO AFFONSO MUZZI — (Estado de Minas Gerais)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Coursou a 1ª Série de Administração de Empresas na Faculdade de Ciências Econômicas da U.F.M.G. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan. Certificado de conclusão de Seminário sobre Direito Comparado e Legislação Americana, Washington University, Saint Louis, Estados Unidos da América (1961). Membro da Ordem dos Advogados do Brasil — (Seção de Minas Gerais). Aspirante a Oficial da Reserva do Exército Brasileiro.

GERSON MACHADO PIRES FILHO — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. Diploma de conclusão do IBEU. Diploma de conclusão do Curso Oxford. «Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises de l'Université de Nancy» — Associação de Cultura Franco-Brasileira. Curso de Filosofia Política — Wesleyan University — U.S.A.

GILDA NUNES ABUHAMAD — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara.

HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES — (Estado do Acre)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — medalha de bronze, 2º lugar. Bacharel em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas.

ISNARD PENHA BRASIL JÚNIOR — (Estado do Pará)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco. Licenciado em Inglês pela Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco. Curso completo e «Teacher's Training Course» na Sociedade Cultural Brasil-Estados Unidos de Pernambuco. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan.

ISIS MARTINS RIBEIRO DE ANDRADE — (Estado do Amazonas)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. «Diplôme d'Études Françaises — 2.º degré — Université de Nancy. «Certificat Pratique de Langue Française — 1.º degré — option géographie (Nancy). «Lower and Proficiency Certificates in English» da Universidade de Cambridge. Curso sobre as Nações Unidas — Instituto Rio-Branco. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil (Seção da Guanabara). Diploma de Cooperação Meritória na Execução da Lei do Serviço Militar (Ministério do Exército).

JÚLIO CEZAR ZELNER GONÇALVES — (Estado da Guanabara)

Aluno do Curso de Bacharelado (4º ano) da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Cambridge. 1º ano Literário da Associação de Cultura Franco-Brasileira. Curso de Gerência de Exportação e Importação do Instituto de Administração e Gerência da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Curso Especial sobre as Nações Unidas — Instituto Rio-Branco. Ordem dos Advogados do Brasil — Solicitador — 1970.

LUIZ ALVES DA FONSECA COSTA — (Estado da Guanabara)

Engenheiro Agrônomo pela Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural do Rio de Janeiro.

LUIZ ANTONIO FACCHINI GOMES — (Estado de Minas Gerais)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — medalha de prata, 1º lugar. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LUIZ GUILHERME DE MORAES — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia e Finanças da Sociedade Universitária de Ensino Superior e Cultura do Rio de Janeiro. Courseu o 1º ano de Ciências Sociais no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Economia pela Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. «Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises de l'Université de Nancy — 3.º degré» — Associação de Cultura Franco-Brasileira. Curso Especial sobre as Nações Unidas — Instituto Rio-Branco.

PAULO SÉRGIO PONTES DA SILVA MAFRA — (Estado da Guanabara)

Aluno do Curso de Ciências Sociais (4º ano) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado da Guanabara. Curso Prático (5 anos) da Associação de Cultura Franco-Brasileira. Curso do Instituto Brasil-Estados Unidos (6 anos).

RENATE STILLE — (Estado da Guanabara)

Licenciada em Letras (Francês, Português e Inglês) pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Petrópolis. Aluna do Curso de Ciências Econômicas (2º série) da Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis da Universidade Católica de Petrópolis. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan. «Lower and Proficiency Certificate in English» da Universidade de Cambridge. Curso de Gerência de Exportação e Importação do Instituto de Administração e Gerência da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Curso Especial sobre as Nações Unidas — Instituto Rio-Branco. Curso de Leitura Dinâmica — Conferência dos Religiosos do Brasil.

RICARDO DRUMMOND DE MELLO — (Estado de Minas Gerais)

Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SÉRGIO AUGUSTO DE ABEYI E LIMA FLORÊNCIO SOBRINHO — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado da Guanabara. Courseu até o 3º ano da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas.

SÉRGIO SILVA DO AMARAL — (São Paulo)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Cambridge. «Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises de l'Université de Nancy» — Associação de Cultura Franco-Brasileira. «Diplome on Institutions of the United States» — University of Harvard. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil — (Seção São Paulo).

VITÓRIA ALICE CLEAVER — (Estado de Pernambuco)

Prêmio Rio-Branco — medalha de ouro, 1º lugar. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Licenciada em Inglês pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Pernambuco. «Lower Certificate in English» da Universidade de Cambridge. «Certificate of Proficiency in English», da Universidade de Michigan. Curso Especial sobre as Nações Unidas — Instituto Rio-Branco. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil (Seção da Guanabara).

PROGRAMAS E MODELOS DE PROVAS

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO
À CARREIRA DE DIPLOMATA

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

PORTUGUÊS

A prova de Português terá a duração de três horas e constará das seguintes partes:

A) *Redação* sobre tema da atualidade, com a extensão de 250 a 300 palavras. Objetiva apurar a capacidade de expressão clara e correta do candidato e seu grau de maturidade, através de interpretação pessoal do tema. Não pretende verificar conhecimento técnico especializado.

B) *Questões Objetivas* destinadas a medir a capacidade de compreensão do candidato e seu conhecimento prático de fatos gramaticais.

FRANCÊS E INGLÊS

As provas de Francês e Inglês terão, cada uma, a duração de duas horas e meia e constarão de três partes:

A) *Redação* sobre tema de ordem geral, com a extensão de aproximadamente 250 palavras.

B) *Versão* de um texto em português corrente.

C) *Questões Objetivas* sobre formas sintáticas correntes.

Observações: Na correção da redação e da versão serão levados em conta principalmente: a riqueza e a precisão do vocabulário; o correto emprego dos verbos: ortografia, concordância; a riqueza e a correção das formas sintáticas; a correção no uso das preposições; a frequência e a correção do emprego de palavras de ligação lógica que não sejam *et*, *ou*, *mais* e *and*, *or*, *but*; a capacidade de desenvolver e expor corretamente as idéias apresentadas.

MODELO DAS PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

PORTUGUÊS

Esta prova terá a duração de três horas e constará de duas partes:

- A — Redação
B — Questões Objetivas

Sugestão:

Responda primeiro às Questões Objetivas e reserve cerca de duas horas para a Redação.

Parte A — Redação

Discorra sobre o tema:

«A verdadeira soberania exige que o País realize o esforço de organizar-se, trabalhar e agir eficientemente na construção de seu próprio desenvolvimento, conquistando autoridade e liberdade de movimentos para definir a forma, o volume e a oportunidade da colaboração externa, aliás relevante como complementação do esforço nacional e como instrumento de absorção de nova tecnologia».

Observação:

Esta redação deverá ter a extensão de 250 a 300 palavras. Tem como finalidade essencial aferir a capacidade de expressão clara e correta em língua portuguesa. Destina-se também a apurar o grau de maturidade do candidato através da interpretação pessoal do tema. Não pretende verificar conhecimento técnico-especializado.

Parte B — Questões Objetivas

1. Assinale com um x dentro do parêntese a série que contém um vocábulo que destoa do grupo a que pertence, no tocante à posição da sílaba tônica. Note que os vocábulos vêm sem o competente emprego do acento gráfico:

- () novel — ruim — sutil — ureter
() alanos — ibero — azafama — decano
() policromo — misantropo — inaudito — caracteres
() omega — antidoto (subst.) — ariete — aerólito
() interim — levado — aconito — alibi

2. Em cada série abaixo, há uma palavra incorretamente grafada. Reescreva essas palavras, com as devidas correções, nas respectivas linhas pontilhadas:

enviesar	resplandecer	terebintina
revezar	florescer	irrequieto
através	reverdecer	entitular
catequisar	incandescer	rêdea
revés	convalescer	umedecer
.....		
escusa		mocambo
extertor		cúpula
espontâneo		juazeiro
estender		costume
esterno		reboliço
.....		

3. Assinale com um x dentro do parêntese a série que contém um vocábulo que encerra tritongo:

- () creio — veio — deságuo
() criei — cheguei — bloqueio (substantivo)
() aveia — bloqueia — creia
() deságuam — sagüim — cumeeira

4. Assinale com um x dentro do parêntese a série que contém um vocábulo que destoa do grupo a que pertence, no tocante à natureza do timbre da vogal tônica:

- () acerbo — anelo — coevo — coeso
() aparelha — adrede — ileso — grumete
() alforje (subst.) — algoz — bodas — corça
() canoro — odre — hissope — inodoro

5. Numere a 1ª coluna, que encerra fatos de fonética sintática, de acordo com a terminologia apresentada na 2ª coluna:

1ª coluna

- () «No mais, Musa...» (= Não mais)
() Boa tarde = (bwa tar di)
() Todo o ano = (to du a nu)
() Com a = coa (kwa)
() Ê vem êle (= Ai vem êle)

2ª coluna

- 1 — crase
2 — ectilipse
3 — aglutinação
4 — sinérese
5 — redução de ditongo

6. Assinale com um *x* dentro do parêntese a *única* resposta errada para as seguintes substituições de determinados fonemas, com a manutenção dos demais:

- () substituição das consoantes surdas do vocábulo *fin-*
cado pelas respectivas homorgânicas sonoras. Resp.: *vingado*.
() substituição da consoante constritiva palatal sonora de *cajado* pela constritiva alveolar sonora. Resp.: *casado*.
() substituição da vogal anterior, alta, fechada, oral de *cíto* pela vogal média, baixa, fechada, nasal. Resp.: *santo*.
() substituição do ditongo decrescente nasal (*wa*) do vocábulo *vagam* pelo ditongo decrescente nasal (*ey*). Resp.: *vagem*.

7. Sabemos todos que havia diferenças lingüísticas entre o latim clássico e o vulgar da Lusitânia.

Assinale com um *x* dentro do parêntese o *único* exemplo em que tão claramente não se evidencia esta divergência quanto ao aspecto prosódico:

- () muliere
() linteolu
() amabamus
() radice

8. Ao passarem para o português, os vocábulos latinos inseridos na parte A sofreram alterações peculiares à fonologia histórica de nossa língua. Numere a parte A de acôrdo com os

fenômenos indicados na parte B, tendo em vista uma das alterações havidas em cada vocábulo:

Parte A

- () colubra
() nidu
() umeru
() rabia
() iam
() ipsud
() insania
() palpare
() * grupa (do germ. Kruppa)
() * perdeda (por perdida)

Parte B

- 1 — epêntese
2 — vocalização
3 — consonantização
4 — aférese
5 — anaptixe
6 — metátese
7 — crase
8 — haplogia
9 — nasalização
10 — assimilação

9. As séries abaixo encerram formas que são devidas à analogia; assinale com um *x* dentro do parêntese a *única* em que há vocábulo que não se pode explicar por esse princípio uniformizador:

- () sancristão — vagamundo — palmeirão
() freira — varoa — ilhoses
() ardo — benzo — peço
() prefiro sair do que ficar — custa a crer — uma pouca de água

10. Assinale a melhor resposta: O vocábulo *capital* é exemplo de uma forma erudita ou de empréstimo porque:

- () termina em consoante
() provém de um neutro latino
() as consoantes surdas mediais ou intervocálicas não se alteraram
() a 3ª declinação do latim vulgar não é a mesma do latim clássico

11. Assinale, com um *x* dentro do parêntese, na relação abaixo, os *dois* fatos que caracterizam o português do Brasil:

- () fragmentação dialetal
() unidade
() predominância do sistema consonântico sobre o vocálico
() fixação da linguagem quatrocentista
() conservadorismo

12. Sublinhe, em cada série de palavras abaixo, a que não é cognata, e a substitua por outra que o seja, nas respectivas linhas pontilhadas:

fácil	demência	decepção
confeção	comensal	caber
superfície	meta	decapitar
refino	mesura	exceção
ourives	mês	captação
.....		
itinerário	contíguo	
comitiva	intacto	
intróito	continência	
ditado	intangível	
óbito	inteiro	
.....		

13. Sublinhe, em cada série de palavras, aquela que mais se aproxima da significação do termo em maiúscula:

ALGIDO — branco — glacial — cândido — dóido — pífio
 CÁLIDO — sentido — fogoso — mudo — ébrio — ávido
 EXANGUE — ilibado — flébil — voraz — débil — grácil
 EXTREMOSO — tenebroso — danoso — carinhoso — curioso
 — criminoso
 TAUMATURGO — teatrólogo — cirurgião — nefelibata —
 miraculoso — animador

14. Sublinhe, em cada série de palavras, aquela que seja aproximadamente o *antônimo* do termo em maiúscula:

ABJETO — líquido — nobre — subsônico — objeto — secundário
 ÁLACRE — aberto — doce — macio — triste — colado
 ASSOMAR — eliminar — subtrair — desaparecer — terminar — assumir
 FERAZ — úbere — plácido — manso — maninho — facundo
 TERGIVERSAR — afrontar — prosar — dissentir — arrimar — apaziguar

15. Flexione os termos da oração abaixo, colocando-os no plural:

Peço-te averigües com quem está o anelzinho côr-de-rosa.

16. Assinale com um x dentro do parêntese o período que contém um pronome relativo:

- () Já se passaram cinco horas que os alarmas soaram.
- () A terra que lhe seja leve!
- () Cem anos que eu espere, sempre te amarei.
- () Tornou-se cansativo o trecho final, por que decidimos continuar.
- () Que tortura que foi a viagem!

17. Empregue os pronomes relativos que asseguram clareza às frases, precedidos, ou não, das preposições cabíveis:

- a) Louvado, afinal, o trabalho da seção tanto se dedicou durante o fim de semana.
- b) Eram competentes os candidatos você sobressaiu.
- c) Será selecionado o candidato provas atribuírem a maior nota.
- d) O funcionário daquela Secretaria incumbiram de re'atar o processo não se fez de rogado.
- e) Foram incansáveis os defensores do réu honra assacaram as mais graves calúnias.

18. Complete as frases abaixo com os verbos dados, no presente do indicativo:

- a) Hoje de haver motivo para júbilo os
 (ter) campeões brasileiros.
- b) Já haver transcorrido algumas horas
 (dever) de sua partida.
- c) e muito à segurança do Estado, afora
 (Importar) o exemplo, sobretudo os atos legais da Presidência.
- d) Uma das três janelas, por exemplo, que
 (dar) para a rua, sempre meia aberta; nunca
 (viver) é outra.
- e) Causa-nos alegria a multidão de candidatos que a vitória

 (mirar)

19. Passe para a voz passiva analítica as frases com os verbos ativos; e para a voz ativa as frases com os verbos passivos:

- a) Convém sejam de imediato apurados todos os votos.
- b) Quem o pegou em primeiro lugar ?
- c) Os Ministros hão de estar removendo todos os impasses.
- d) Ter-vos-iam enganado os próprios companheiros ?
- e) Fôra em vão perquirida por vós justificativa plausível para o ocorrido.

20. Complete com as formas finitas dos verbos dados, nos tempos e modos convenientes ao sentido das frases:

- a) Jovem, teus deveres em dia !
(trazer)
- b) Rogo-vos todos os atos que vos in-
(refazer)
compatibilizaram com a família.
- c) Assim que recebido notícias, peço-vos
(haver)
comunicação urgente.
- d) Se males para os teus, não ousaríamos
(advir)
te convidar para a aventura.
- e) Até agora, a comprovação do crime não
(obter)
as autoridades.

21. Construa uma frase em que apareça uma das seguintes figuras de sintaxe:

- a) *Anacoluto*:
.....
.....

b) *Elipse* do verbo com flexão diferente:
.....
.....

c) *Silepsc*:
.....
.....

22. «Às vezes, um torpor de águas paradas...
Mas, de repente, um temporal desfeito:
Festa, agonia, júbilo, despeito,
Clamor de sinos, retintim de espadas».
Dos versos acima registre:

- a) O tipo de verso:
.....
- b) O ritmo interior dêles:
.....
- c) A disposição das rimas:
.....

23. Diga o recurso poético de que se valeu o autor dos versos abaixo para assegurar a um dêles o mesmo número de sílabas métricas:

«Saudade, gosto amargo de infelizes
.....
Delicioso pungir de acerbo espinho
Mas dor que tem prazeres — Saudade».
.....

FRANÇES

L'épreuve durera deux heures et demie et sera composée de trois parties:

- A) Rédaction;
- B) Thème;
- C) Questions grammaticales.

Partie A — Rédaction

La route transamazonienne.

La rédaction devra être écrite en 250 mots approximativement.

Partie B — Thème

OS ESTRANHOS

Manirema é uma cidade como outra qualquer, no interior do Brasil. Nada de notável acontece em sua praça principal, os moradores se conhecem e «a realidade segue em ciclos monótonos». Uma noite, os habitantes ouvem a chegada de um bando de estranhos. Os homens estaqueiam suas tendas nos arredores da cidade e não fazem nenhum esforço para entrar em contato com eles.

Aos poucos, a presença dos estranhos passa a ser notada através de sinais inquietantes. Começam por impor pequenas tarefas a alguns trabalhadores e ameaçam os desobedientes com punições não especificadas. A inquietação dos habitantes de Manirema aumenta quando o bando solta um número assustador de cachorros pela cidade. Os cães destroem e sujam por onde passam. Poucos moradores oferecem resistência e nenhum compreende o que está acontecendo.

Em seguida chegam os bois, que emergem do acampamento dos estrangeiros e inundam casas, ocupando todo o espaço livre que encontram. Quando os bois se vão, os moradores descobrem, intrigados, que os estranhos também foram embora.

Jornal do Brasil, 21 de novembro de 1970, a propósito de: José J. Veiga. A Hora dos Ruminantes.

Partie C — Questions Grammaticales

1) Transformez la phrase suivante en la commençant comme indiqué:

S'il pense à ce qu'il fait, il ne se trompera pas.

S'il pensait

S'il avait pensé

2) Répondez aux questions en utilisant un pronom.

Exemple: Quand avez-vous fait ce travail? (hier)

Je l'ai fait hier.

Quand avez-vous ouvert les fenêtres? (ce matin)

Où avez-vous mis la lettre que j'ai reçue ce matin?

(sur votre bureau)

Quand lui avez-vous offert cette montre? (pour ses 20 ans)

3) Transformez, s'il y a lieu, les phrases suivantes en les commençant comme indiqué.

Je sais qu'ils ne sont pas encore partis.

Je crois

Je crains

Je suis surpris

Je suis certain

4) Posez les questions correspondant aux réponses suivantes.

Exemple: J'aimerais être nommé en Europe.

Où aimeriez-vous être nommé?

Il a écrit du Portugal.

Il s'agit de l'Angleterre.

Il est né au Brésil.

5) Transformez les phrases suivantes pour utiliser le tutoiement au lieu du vouvoiement

Exemple: êtes-vous là? — es-tu là?

Etes-vous sûr de ce que vous dites?

Pourquoi n'avez-vous pas fait ce que je vous ai demandé?

Ne partez pas avant que je vous le dise.

Venez donc me voir dimanche prochain si vous êtes libre.

- 6) Transposez dans le futur les phrases suivantes situées dans le passé.
- Quand je suis arrivé, vous étiez déjà parti.
- Quand vous m'avez téléphoné, j'avais déjà tout préparé.
- Dès que vous m'avez donné ce chèque, je suis allé le déposer.

INGLÊS

This test lasts for 2 1/2 hours, and consists of three parts:

- A) Composition;
B) Translation;
C) Questions on grammar and structure.

Part A — Composition

Write on the following subject:
Brazil faces the future.

The composition should be about
250 words in length.

Part B — Translation

O General De Gaulle da vida particular era um prolongamento contínuo do General De Gaulle da vida pública. Jamais seus filhos o viram sem gravata. Mesmo dentro de casa. Mas nada disso impedia a sua simplicidade. Sua vida era profundamente simples, modesta mesmo. De Gaulle nunca se deixou envolver pelo mundanismo. Ao contrário, sempre esteve afastado desse tipo de vida fútil e inconsequente. Fora de sua vida familiar, não tinha nenhum outro interesse além dos altos interesses da França. Mas isso em termos tão elevados como talvez nenhum outro francês antes dele. Não compreendia a França que não estivesse em lugar de relevo na comunidade das nações: «A França não será ela mesma se não estiver nas primeiras fileiras da cena mundial» — eis uma de suas frases. De Gaulle não ia a cinema nem a teatros. Não praticava esportes. Fumou só durante o tempo da guerra. Depois, nunca mais colocou um cigarro na boca. Não colecionava nada. Seu único passatempo era a leitura.

Part C — Questions on grammar and structure

- A. Make complete statements beginning with the word or words that follow:
- Whatever 1.
Scarcely 2.
Had you come sooner, 3.
As far as 4.
I was prevented from 5.
- B. Make complete sentences using the following word or words given in brackets:
- (enable) 6.
(in case) 7.
(settle down) 8.
(enjoy) 9.
(research) 10.
- C. Put in the appropriate forms of the verb «ask» in the following sentences:
- That question many times already. 11.
Please try to avoid him personal questions. 12.
I reminded him his mother. 13.
I can't understand his by them to do it. 14.
..... questions is the only way to learn. 15.
- D. Put in the correct adverbial particle in the following sentences:
- He let me badly by failing to arrive on time. 16.
Several planes were blown by the enemy. 17.
He never got his wife's death. 18.
The soldier refused to carry the order. 19.
The chairman put an interesting idea for the improvement of public transport. 20.

- 3) *Sintaxe e Estilística*: Concordância nominal e verbal. Regência. Figuras de sintaxe. Sintaxe de colocação. Emprego dos modos e dos tempos verbais.
- 4) *Semântica*: Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado: comparação, imagem e metáfora; metonímia e sinédoque.
- 5) *Versificação*: Principais tipos de versos portugueses. O ritmo do verso. Prosa e verso. O verso livre.
- 6) *História da Língua*: O caráter românico da língua portuguesa evidenciado através de sua evolução: latim clássico e latim vulgar; principais mudanças fonéticas; a ação da analogia. A formação do léxico português; vocábulos populares e eruditos. Principais caracteres do português do Brasil.

FRANCÊS

Gramática

- Formação das palavras derivadas e compostas.
Famílias de palavras, sinônimos, antônimos.
Formas e sintaxe:
- dos artigos definidos, indefinidos, partitivos.
 - dos adjetivos qualificativos.
 - dos adjetivos numerais.
 - dos pronomes pessoais.
 - dos adjetivos e dos pronomes demonstrativos.
 - dos adjetivos e dos pronomes possessivos.
 - dos adjetivos e dos pronomes indefinidos.
 - dos adjetivos e dos pronomes interrogativos.
 - dos pronomes relativos.
 - dos advérbios.
 - das preposições e das conjunções.
 - do verbo.

Galicismos, expressões idiomáticas de uso corrente.

INGLÊS

Gramática

- Substantivos: plurais, formas do possessivo, coletivos com-
postos, emprego dos artigos.
Adjetivos.
Numerais.
Pronomes (inclusive adjetivos pronominais).

PROVAS VESTIBULARES FINAIS

PORTUGUÊS

Literatura

Comentário crítico das seguintes obras, de leitura obrigatória:

1) Literatura Portuguesa

Camões — *Os Lusíadas* (visão global da obra e principais episódios dos Cantos III, IV, V e IX)
Vieira — *Sermões* (em antologias)
Camilo Castelo Branco — *Amor de Salvação*
Antero de Quental — *Sonetos*
Eça de Queirós — *Os Maias*
Fernando Pessoa — *Cancioneiro*

2) Literatura Brasileira

Gonçalves Dias — *Segundos Cantos e Novos Cantos*
José de Alencar — *Iracema*
Machado de Assis — *Memorial de Aires*
Olavo Bilac — *Tarde*
José Lins do Rego — *Fogo Morto*
Graciliano Ramos — *Infância*
Manuel Bandeira — *Itinerário de Pasárgada*
Carlos Drummond de Andrade — *Versiprosa*
Annibal Machado — *A Porta-Estandarte*
José Américo de Almeida — *A Bagaceira*
Guimarães Rosa — *Sagarana*
João Cabral de Mello Netto — *Antologia Poética*

Gramática

- 1) *Fonética*: Distinção entre fonema e letra. Prosódia e ortoepia. Fonética sintática.
- 2) *Morfologia*: Flexão nominal e verbal. A estrutura e a formação das palavras portuguesas.

Advérbios (formas, colocação, emprêgo).
 Preposições e conjunções.
 Verbos: formas regulares e irregulares. Verbos auxiliares.
 Emprêgo das formas verbais.
 Verbos compostos (expressões verbais).
 Construção da frase e colocação das palavras.
 Relação entre ortografia e pronúncia. Acentuação.

GEOGRAFIA

A) *A organização do espaço terrestre*

1. Os componentes naturais. Inter-relações do relevo, clima, solo e vegetação: as grandes unidades naturais da superfície terrestre e suas relações com a ocupação humana.
2. O homem e suas atividades.
 - 2.1 — A distribuição mundial da população e seus fatores.
 - 2.2 — A mobilidade da população: o crescimento vegetativo, as migrações internacionais e as migrações internas.
 - 2.3 — O desenvolvimento da agricultura: condições naturais e culturais.
 - 2.4 — Tipos de economia agrária (agricultura de subsistência e formas de agricultura de mercado).
 - 2.5 — Condições geográficas e características do desenvolvimento industrial moderno.
 - 2.6 — As fontes de energia: reservas e aproveitamento; seu papel na indústria moderna.
 - 2.7 — O fenômeno da urbanização no mundo contemporâneo. O papel da cidade na organização regional.

B) *Os grandes conjuntos regionais*

1. A Anglo-América: características gerais. Os Estados Unidos da América.
2. A Europa Ocidental: características gerais. A Grã-Bretanha. A França. A Alemanha Ocidental.
3. A Europa Oriental: características gerais. A União Soviética.
4. A América Latina: características gerais. O México. Os países do Caribe. Os países andinos. Os países platinos.

5. O Continente africano: características gerais. A África do Norte. A África ao sul do Saara.
6. A Ásia e o Pacífico: características gerais. O Oriente Médio. A Índia e o Sudeste da Ásia. A China. O Japão. A Austrália.

C) *O Brasil*

1. O quadro natural:
 - 1.1 — Características gerais e principais unidades morfológicas do relevo brasileiro.
 - 1.2 — Inter-relações do clima, solo e vegetação: as grandes unidades climato-botânicas.
2. A distribuição geográfica da população e seus fatores: o povoamento, o crescimento vegetativo, as migrações internas e o processo de urbanização do país. Estrutura etária e profissional da população.
3. Características da agricultura no Brasil: a estrutura fundiária; a utilização da terra; áreas agropastoris.
4. A atividade industrial. O potencial energético e seu aproveitamento. Principais centros industriais.
5. Características da rede de transportes.
6. As Grandes Regiões, brasileiras: o quadro natural e a ocupação humana.

HISTÓRIA DO BRASIL

1ª Parte:

1. *O Descobrimento do Brasil*: As características econômicas, sociais e políticas da Europa, no fim da Idade Média. O Reino Português: características da sua evolução até o advento da União Ibérica. A expansão marítima européia nos séculos XV e XVI: o papel pioneiro de Portugal; problemas diplomáticos: as bulas de Alexandre VI, o Tratado de Tordesilhas e as bulas complementares. O Descobrimento do Brasil.
2. *O Período Pré-Colonizador*: O reconhecimento do litoral brasileiro. O pau-brasil e os problemas da sua exploração. Aspectos internacionais correlatos. As capitulações de São ragoça.
3. *O Brasil colonial — Política e Administração*: As capitanias hereditárias e sua evolução. O governo-geral e os vice-reis.

O Estado do Maranhão e o Estado do Brasil. O município. A administração metropolitana e o Brasil.

4. *O Brasil colonial — Economia*: A economia agrária: a agro-indústria do açúcar e outras culturas, a pecuária, a economia de subsistência e a coleta amazônica. A sesmaria e a posse da terra. A mineração. O comércio colonial. Agitações de caráter econômico e social.
 5. *O Brasil colonial — Sociedade e cultura*: A população: crescimento demográfico, ocupação do território, principais concentrações urbanas. A estrutura social. A mão-de-obra: o braço indígena e o escravo africano. Relações com a África. A Igreja. A vida cultural: as possibilidades de acesso à cultura, os centros culturais e sua repercussão na vida social.
 6. *A integração territorial*: A ocupação do litoral. O sertanismo e a fixação humana. A ação missionária. A expansão para o extremo sul e para o extremo norte. Os ajustes diplomáticos na fase colonial. As repercussões no Brasil da política portuguesa e europeia. As intervenções estrangeiras no Brasil e os principais problemas decorrentes no período colonial.
 7. *A evolução da Independência*: A situação política europeia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da monarquia portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O constitucionalismo português e a independência do Brasil.
- 2ª Parte:
8. *O Brasil imperial — Política e administração*: A Constituição de 1824 e o Ato Adicional de 1834. A evolução dos partidos políticos. Os poderes constitucionais e a solução parlamentar. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.
 9. *O Brasil imperial — Economia*: A estrutura econômica: as heranças coloniais e o advento do café. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protectionismo alfandegário e suas consequências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado. A imigração e a colonização europeia.
 10. *O Brasil imperial — Sociedade e cultura*: A população: crescimento demográfico, ocupação do território; principais con-

centrações urbanas. A estrutura social. Vida cultural: as possibilidades de acesso à cultura: os centros culturais e sua repercussão na vida social.

11. *O Brasil imperial — Política externa*: O reconhecimento da independência. A questão dinástica portuguesa. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
12. *O advento da República*: As crises do fim do Império: a questão religiosa, as questões militares, a abolição da escravidão. O desgaste da Monarquia. O Partido Republicano: suas idéias e ação. O positivismo. A proclamação da República.
13. *O Brasil Republicano — Política e administração*:
 - a) *A Primeira República (1889-1930)* — O Governo Provisório. A Constituição de 1891. A consolidação da República. O federalismo: as oligarquias estaduais, a política dos governadores. A Emenda Constitucional de 1926. A revolução de 1930.
 - b) *A Segunda República (1930-1950)* — O Governo Provisório Revolucionário e sua atuação. O constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado-Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946.
14. *O Brasil Republicano — Economia*:
 - a) *A Primeira República (1889-1930)* — A estrutura econômico-financeira: as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas consequências.
 - b) *A Segunda República (1930-1950)* — A industrialização. A política econômico-financeira. Repercussões da Segunda Guerra Mundial na economia brasileira.
15. *O Brasil Republicano — Sociedade e cultura*. A população: a expansão demográfica, a imigração e a colonização; as migrações internas, a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista. A ampliação do horizonte cultural.
16. *O Brasil Republicano — Política externa*:
 - a) *A Primeira República (1889-1930)*. O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio-Branco. O Brasil e o Pan-

- americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.
- b) *A Segunda República (1930-1950)* — Política exterior do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

HISTÓRIA MUNDIAL

1ª Parte

1. As principais potências europeias no século XVIII e sua política exterior. A península Ibérica.
2. O pensamento político, social, econômico e científico do século XVIII. A revolução industrial e a transformação das estruturas sociais.
3. A Revolução francesa: principais fases. Reorganização política, social e econômica. Política exterior. A Era Napoleônica.
4. O Congresso de Viena e as restaurações na Europa. A política de intervenção e os Congressos. Os problemas mundiais.
5. As revoluções liberais e nacionais de 1830 a 1848.
6. A Inglaterra: suas reformas, sua expansão colonial.
7. A França: da Segunda à Terceira República.
8. Cavour e a unidade italiana. A Questão Romana.
9. Bismarck, a Prússia e o Império Alemão.
10. A Rússia. Expansão continental. Absolutismo e reformas.
11. A Questão do Oriente. Os Bálcãs. A Conferência de Berlim de 1878.
12. O Extremo Oriente. A política das Grandes Potências. A China e o Japão.
13. A partilha da África. A Conferência de Berlim de 1885.
14. As relações internacionais de 1885 a 1914. A política das alianças. As rivalidades coloniais. Os problemas balcânicos.
15. O pensamento político, social e econômico do século XIX. O progresso científico e tecnológico.

2ª Parte

16. A Primeira Guerra Mundial. A situação internacional nas vésperas da guerra. O desencadear da guerra; as

principais frentes de combate; as inovações tecnológicas, a guerra naval. As negociações diplomáticas no decorrer do conflito. A participação americana; a retirada da Rússia.

17. A elaboração da Paz. Os Principios de Wilson. Os tratados de paz e suas consequências políticas, econômicas e sociais. O problema das nacionalidades. As reparações da guerra.
18. A Liga das Nações. A organização da Liga das Nações. A Corte Internacional de Justiça e a Organização Internacional do Trabalho. O papel da Liga das Nações entre as duas Guerras: sua significação; suas realizações e seus insucessos. Os mandatos.
19. A Europa entre as duas Guerras. Problemas econômicos e relações internacionais; a crise econômica de 1929, suas repercussões. A Rússia Soviética: política interna e externa. A Alemanha: a República de Weimar; a ascensão do Nazismo; o III Reich. A Itália e o Fascismo. O Tratado de Latrão. As crises: Etiópia, Espanha, Áustria, Tcheco-Eslováquia, Mandchúria.
20. A Ásia entre as duas Guerras. A dissolução do Império Otomano e o mundo árabe. O Irã. A Índia. A China. O Japão.
21. A Segunda Guerra Mundial. Início e propagação do conflito: a guerra na Europa, na África e na Ásia. As negociações diplomáticas no decorrer do conflito. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.
22. A Organização das Nações Unidas. A Carta de São Francisco. Atuação da ONU até 1951.
23. O pós-guerra (1945-1951). A reconstrução da Europa Ocidental: o Plano Marshall e a integração da Europa. O Bloco Soviético. Os tratados de paz. O problema alemão. A Grã-Bretanha e a Comunidade Britânica.
24. O pós-guerra (1945-1951). O Extremo-Oriente: a ocupação do Japão e o tratado de paz; a revolução chinesa. A emancipação do sudeste asiático. A Liga Árabe, o Próximo e o Médio Oriente. A formação do Estado de Israel.
25. A guerra fria e a formação de blocos. As crises internacionais. O problema de Berlim. A guerra da Coreia. A política soviética no pós-guerra e a OTAN.

3ª Parte

26. As colônias européas na América no século XVIII: organização político-administrativa, aspectos sócio-econômicos e culturais. Comparação entre os diversos tipos de colonização. Conflitos de interesses coloniais.
27. A Independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte. A formação dos Estados Unidos da América. A consolidação da Independência.
28. A Independência da América Latina. Os diversos movimentos. A formação dos novos Estados.
29. A Anglo-América. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial: expansão territorial, Guerra de Secessão e desenvolvimento econômico. O Canadá do fim do século XVIII à Primeira Guerra Mundial.
30. A política externa dos Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial. A Doutrina de Monroe e a América Latina. A guerra com a Espanha.
31. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
32. A Anglo-América entre as duas Guerras. Os Estados Unidos: o isolacionismo; Roosevelt, o New Deal e a política da Boa Vizinhança. O Canadá.
33. A América Latina entre as duas Guerras. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
34. O Pan-Americanismo. Origem e principais aspectos da sua evolução até a Segunda Guerra Mundial.
35. As Américas e a Segunda Guerra Mundial. A participação da América Latina. A consolidação do princípio de solidariedade continental e o fortalecimento do sistema interamericano. O Pan-Americanismo no pós-guerra; o Tratado do Rio de Janeiro e a Organização dos Estados Americanos.

NORMAS GERAIS

DIREITO

1. Direito e Estado. O Direito e as outras normas sociais. Direito e Moral. Direito natural e Direito positivo.
2. O Direito objetivo: conceito, conteúdo. A norma jurídica: definição e elementos. O Direito subjetivo.

3. As fontes do Direito objetivo: a lei e o costume, a analogia e os princípios gerais do Direito.
4. A autonomia da vontade e a ordem pública. A doutrina e a jurisprudência.
5. A Lei, espécies. A constituição e as leis ordinárias. O Decreto e o Regulamento. Os Tratados.
6. Promulgação e publicação. Vigência espacial e temporal. Revogação.
7. Conflitos de leis. Hierarquia das normas. Conflitos no espaço: Direito Internacional Privado.
8. Conflitos no tempo: direito intertemporal. Princípios básicos do direito brasileiro no assunto.
9. A interpretação da norma jurídica; os métodos tradicionais. O bem comum, a justiça social, a equidade. Condenação do abuso do direito.

DIREITO CIVIL

10. Direito Civil: conceito. Parte Geral e Partes Especiais.
11. Pessoa natural; o início da personalidade; capacidade de direito e de fato; da incapacidade e seu suprimento.
12. Pessoa Jurídica: noção, constituição e extinção; classificação.
13. Domicílio. Dos bens: principais classificações.
14. Os fatos e os atos jurídicos. Elementos do ato jurídico. Classificação. Os defeitos dos atos jurídicos: os vícios de vontade. A forma e a prova do ato jurídico.
15. As modalidades do ato jurídico: o termo, a condição e o encargo. A validade do ato jurídico. Nulidade e anulabilidade.
16. Atos ilícitos. Elementos. Responsabilidade civil. Obrigações por atos ilícitos. Prescrição e decadência.
17. O Direito das Coisas. Os direitos reais. A propriedade e a posse.
18. Os direitos reais limitados. Os direitos reais à substância e ao valor da coisa. A propriedade literária, científica e artística.
19. O direito das obrigações. Conceito e elemento de obrigação. Classificação e fontes das obrigações. Os con-

- tratos, os atos unilaterais e os atos ilícitos. Os efeitos das obrigações. O pagamento. A cessão de créditos. Os contratos. A compra e venda, a doação, a locação, o empréstimo, o depósito, o mandato, a sociedade, a parceria, o seguro, a fiança, a conta corrente e a abertura de crédito.
21. O Direito de família. O casamento, celebração e efeitos do casamento. Relações de parentesco, alimentos. Validade do casamento. Dissolução da sociedade conjugal. O desquite.
22. Regimes de bens.
23. Filiação. Legitimação. Reconhecimento. Adoção. Patrio poder. Tutela, curatela e ausência. Proteção social dos incapazes.
24. Direito das sucessões; conceito e espécies de sucessão. Herança e legado. Transmissão de herança. Aceitação e renúncia. Herança jacente e herança vacante.
25. A sucessão legítima. Representação.
26. A sucessão testamentária. Conceitos e espécies de testamento.

MODÉLO DAS PROVAS VESTIBULARES FINAIS

PORTUGUÊS

A — Redação

Discorra sobre o seguinte tema:

Mais vale um entendimento, que uma imposição.

Extensão: 450 a 600 palavras.

B — Literatura

Após leitura atenta do texto abaixo, desenvolva seu comentário crítico, objetivando ainda relacionar as idéias fundamentais desse texto com o ambiente cultural do Brasil da época, bem como situá-las no conjunto de obras do autor de *Memorial de Aires*.
(cêrca de 25 linhas)

«Enfim, lei. Nunca fui, nem o cargo me consentia ser propagandista da abolição, mas confesso que senti grande prazer quando soube da votação final do Senado e da sanção da Regente. Estava na Rua do Ouvidor, onde a agitação era grande e a alegria geral.

Um conhecido meu, homem de imprensa, achando-me ali ofereceu-me lugar no seu carro, que estava na Rua Nova, e ia enfi-

leiar no cortejo organizado para rodear o paço da cidade, e fazer ovação à Regente. Estive quase, quase a aceitar, tal era o meu atordoamento, mas os meus hábitos quietos, os costumes diplomáticos, a própria índole e a idade me retiveram melhor que as rédeas do cocheiro aos cavalos do carro, e recusei. Recusei com pena. Deixei-os ir, a êle e aos outros, que se ajuntaram e partiram da Rua Primeira de Março. Disseram-me depois que os manifestantes erguiam-se nos carros, que iam abertos, e faziam grandes aclamações, em frente ao paço, onde estavam também todos os ministros. Se eu lá fôsse, provavelmente faria o mesmo e ainda agora não me teria entendido... Não, não faria nada; meteria a cara entre os joelhos.

Ainda bem que acabamos com isto. Era tempo. Embora queimemos tôdas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da história, ou até da poesia. A poesia falará dela, particularmente naqueles versos de Heine, em que o nosso nome está perpétuo. Nêles conta o capitão do navio negroiro haver deixado trezentos negros no Rio de Janeiro, onde «a Casa Gonçalves Pereira» lhe pagou cem ducados por peça. Não importa que o poeta corrompa o nome do comprador e lhe chame Gonzales Perreiro; foi a rima ou a sua má pronúncia que o levou a isso. Também não temos ducados, mas aí foi o vendedor que trocou na sua língua o dinheiro do comprador».

Valor: 25 pontos.

C — Revisão

1. Por imperícia gramatical, o período abaixo leva-nos a uma afirmação falsa. Proceda à única alteração que permite ao trecho exprimir a verdade:

— Deus é que sabe os homens amar sôbre tôdas as coisas.

.....
.....
.....

Valor: 4 pontos.

2. Com a alteração necessária, faça que, no trecho abaixo, o aprendiz se torne professor:

— Então o Imperador, todo risonho, pedia a minha mãe que me não fizesse padre:

— A medicina, — por que lhe não manda ensinar medicina ?

.....

.....

.....

.....

Valor: 5 pontos.

3. O trecho abaixo induz a mais de uma interpretação. Valendo-se dos elementos do próprio trecho, dê-lhe quatro (4) outras formas de redação, segundo as interpretações cabíveis, a fim de torná-lo inteiramente claro:

— Exonerou-se o funcionário que o chefe censurou por ter sido injusto.

1.
2.
3.
4.

Valor: 16 pontos.

FRANCÈS

1 ère Partie — Redaction

Valeur: 50 points

Traitez le sujet suivant:

Les conceptions actuelles de la beauté.

(environ 400 mots)

2ème Partie — Thème

Valeur: 25 points
Traduire en français

A PALAVRA

... Agora sei que outro dia eu disse uma palavra que fez bem a alguém. Nunca saberei que palavra foi; deve ter sido alguma

frase espontânea e distraída que eu disse com naturalidade porque senti no momento e depois esqueci.

Tenho uma amiga que certa vez ganhou um canário, e o canário não cantava. Deram-lhe receitas para fazer o canário cantar; que falasse com êle, cantarolasse, batesse alguma coisa ao piano; que pusesse a gaiola perto quando trabalhasse em sua máquina de costura; que arranjasse para lhe fazer companhia, algum tempo; outro canário cantor; até mesmo que ligasse o rádio um pouco alto durante uma transmissão de jogo de futebol... mas o canário não cantava.

Um dia a minha amiga estava sòzinha em casa, distraída, e assobiou uma pequena frase melódica de Beethoven — e o canário começou a cantar alegremente...

Alguna coisa que eu disse distraído foi despertar melodias esquecidas dentro da alma de alguém. Foi como se a gente soubesse que de repente, num reino muito distante, uma princesa muito triste tivesse sorrido.

RUBEM BRAGA (Ai de ti Copacabana)

3^{ème} Partie — Questions

Après avoir lu attentivement le texte, répondez aux questions:

« Il y beaucoup de gens qui se promènent au bord de la mer, qui tournent vers la mer des visages printaniers, poétiques : c'est à cause du soleil, ils sont en fête. Il y a des femmes en clair, qui ont mis leur toilette du printemps dernier; elles passent longues et blanches comme des gants de soirée; il y a aussi de grands garçons qui vont au lycée, à l'Ecole de commerce, des vieillards décorés. Ils ne se connaissent pas, mais ils se regardent d'un air de complicité, parce qu'il fait si beau et qu'ils sont des hommes. Les hommes s'embrassent sans se connaître, les jours de déclaration de guerre; ils se sourient à chaque printemps. Un prêtre s'avance à pas lents, en lisant son bréviaire. Par instants il lève la tête et regarde la mer d'un air approbateur; la mer aussi est un bréviaire, elle parle de Dieu. Couleurs légères, légers parfums, âmes de printemps. « Il fait beau, la mer est verte, j'aime mieux ce froid sec que l'humidité ». Poètes ! Si j'en prenais un par le revers de son manteau, si je lui disais « viens à mon aide », il penserait : « Qu'est-ce que c'est que ce crabe ? » et s'enfuirait en laissant son manteau entre mes mains ».

INGLES

- 1 — «Il y a beaucoup de gens poétiques»
Refaites cette phrase en remplaçant «Il y a beaucoup de gens» par «Personne».
- 2 — «La mer aussi est un bréviaire — elle parle de Dieu»
Substituez le tiret par un mot de liaison.
- 3 — «J'aime mieux ce froid sec que l'humidité».
Transformez cette phrase en employant le verbe «préférer».
- 4 — Transformez la dernière phrase en la commençant :
a — par «Si j'en prends un ...»
b — par «Si j'en avais pris un ...»
- 5 — Quels sont les motifs qui font s'enfuir cet homme inconnu quand l'auteur lui demande de l'aider.

Valeur: 25 points

INGLES

Value: 50 marks

Write a straightforward, factual composition of about 400 words on the following subject:
The responsibilities of the younger generation of today.

Part II — Translation

Value: 25 marks

Glicério comunicou-me hoje, na Seção, seu proposito de ir ao Rio, por uma semana. Achei péssimo. Noutra ocasião, isso me seria indifferente, mas, nesta altura dos acontecimentos, a viagem me aborrece. Será mais uma semana de atraso nas minhas *démarches* para dêle obter, não digo uma aproximação — com que já não sonho — mas pelo menos referências ou informações a respeito de Carmélia.

Não me animo a pedir-lhe, directamente, que me fale sobre a mãe. Se eu tivesse dez anos de menos, venceria a timidez e atacaria o assunto: estou certo de que, bom camarada, Glicério não se recusaria a servir um namorado em aflição. Pois, em que pese à minha percepção do ridículo, minha situação é essa, de namorado aflito. Deus sabe quantas vezes tenho passado, horas mortas, na Rua Paraíba, só para ver a casa, ou a tenho cruzado, de dia, esperando ver a mãe.

Aos vinte e oito anos eu poderia (não sendo apenas amadurecido) pretender essa Carmélia que não terá chegado aos vinte. Mas, aos trinta e oito, é de todo impossível, e Glicério haveria de ir-se de mim. Eu próprio me tenho rido, muitas vezes, quando não me irrita, e escrevo, à margem destas páginas: idiota, idiota, idiota.

Cyro dos Anjos
(«O Amanuense Belmiro», págs. 50-51)

Part III — Text Questions

Value: 25 marks

The dignity of the 40,000 people who work for a certain French car factory has been raised by the company's decision to abolish the system of timing the start and finish of their employees'

working day. Instead of watching the clock, the company has decided to trust its workers. It is a large, influential, and welcome newcomer among these employers, regrettably still too few, who have discarded the pernicious system of clocking in and out. In any form, whether punching a time-card or entering one's name in a register, the system is undignified, unnecessary and unenlightened. It perpetuates the us and them mentality, and is not only open to abuse, but practically invites it.

The company can look to the experience of a similar concern in England, where a subsidiary company abolished clocking for its 700 workers in February last year. The firm took down the time-clock, and has been «well satisfied». It has found it sufficient to rely on the honesty of its workers to keep to time, and on supervisors to maintain the records of hours worked, for accounting and costing purposes. Now the clock is to be stopped in stages for more than 3,000 workers in a second English factory and a subsidiary of the first English company is to start getting rid of the clock early this year. One of the minor industrial aims of the new decade should be the abolition of the clocking system. The industrial revolution began long enough ago for us to have reached industrial maturity by now.

Slightly adapted from a leader in the
«Guardian Weekly», 3 January 1970

Answer the following questions about the above passage:

1. What change of policy does the recent decision of the French car company show?
It shows that
.....
2. What does «influential» (line 5) mean in the passage?
It means
.....
.....
3. «It perpetuates the us and them mentality». Rewrite this in your own words.
It
.....
.....

4. In what way did the employees of the English subsidiary company co-operate when the clocking system was abolished?
They co-operated
.....
5. Rewrite the final sentence in the passage, beginning with the following words:
«The industrial revolution began so long ago
.....
.....

GEOGRAFIA

Parte A — Dissertação

Considerando as características e a dinâmica do espaço econômico brasileiro, justificar a nova divisão regional do país em Amazônia, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Roteiro: 5 pontos

Desenvolvimento: 35 pontos

Parte B — Questões

1. Analisar as interrelações clima, solo, vegetação nos campos das latitudes médias, tomando como exemplo as pradarias Norte-americanas.

Valor: 20 pontos
2. Comentar a seguinte afirmação: a disponibilidade de energia mecânica, a distribuição do consumo energético, e as formas de energia utilizadas, distinguem países desenvolvidos dos subdesenvolvidos.

Valor: 20 pontos
3. Vantagens e desvantagens do quadro natural para o desenvolvimento do Canadá.

Valor: 20 pontos

Nota: vinte (20) linhas para cada pergunta.

HISTÓRIA DO BRASIL

Parte A — Dissertação

A administração do Marquês de Pombal em relação ao Brasil.

Valor: 40 pontos
(Roteiro: 5 pontos
desenvolvimento: 35 pontos).

Parte B — Questões

1. A expedição de Martim Afonso de Sousa (1530/32).
Valor: 15 pontos
2. Os tratados de 1810 com a Inglaterra.
Valor: 15 pontos
3. A política dos governadores.
Valor: 15 pontos
4. Causas da abdicação de Dom Pedro I.
Valor: 15 pontos

Limite: quinze linhas aproximadamente, cada item.

HISTÓRIA MUNDIAL

1ª Parte — Dissertação

Cavour e a unidade italiana. A Questão Romana.

Valor: 40 pontos
Desenvolvimento: 35 pontos
Roteiro: 5 pontos

2ª Parte — Questões

- a) Antecedentes, ascensão e decadência do nazismo: análise sumária.
- b) Principais fatos relativos à independência da Argentina, Chile e Peru.

Valor: 30 pontos para cada item.

Extensão: 15 linhas, aproximadamente, para cada item.

DIREITO

1ª Parte — Dissertação

O Direito Natural e o Direito Positivo.

Valor: 40 pontos
Extensão: 60 linhas.

2ª Parte — Questões

- 1ª) Distinguir a capacidade de direito da capacidade de fato.
- 2ª) Como se concilia o princípio da liberdade de testar com a transmissão dos bens aos herdeiros necessários?
- 3ª) Quais as fontes do direito comercial?
- 4ª) Distinguir: firma — denominação e título.

Valor: 15 pontos cada questão.

— Coordenação com outras matérias ensinadas no Instituto Rio-Branco.

Prática de exercícios tais como:

Sumário de exposições
sumário de leituras

versão

exposição
debate

redação de correspondência.

— Os pontos de gramática serão estudados unicamente a título corretivo: não se fará estudo sistemático e serão apenas sanadas as deficiências demonstradas no decorrer dos exercícios práticos acima mencionados.

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL

I — *A Herança de Portugal*

1. Bulas, Papéis e Tratados de Limites entre Portugal e Espanha, até meados do século XVIII.
2. Do Tratado de Madrid ao de Badajoz.
3. A política exterior de D. João VI no Brasil: A Cisplatina e Caena. Tratados.

II — *O Brasil e o Mundo*

1. O reconhecimento da Independência.
2. O Brasil na política internacional, da Independência à Primeira Guerra Mundial.
3. O Brasil, do Tratado de Versalhes à Segunda Guerra Mundial.
4. O Brasil na Segunda Guerra Mundial.
5. O Brasil e a ONU.

III — *O Brasil e a América do Sul*

1. *O Brasil e as nações platinas*
 - 1.1 Evolução histórica do Rio da Prata e Paraguai;
 - 1.2 Relações do Brasil com as nações platinas;
 - 1.3 Limites e fronteiras. Tratados e demarcações.
2. *O Brasil e as nações andinas*
 - 2.1 Evolução histórica da área andina;
 - 2.2 Relações do Brasil com as nações andinas;
 - 2.3 Limites e fronteiras. Tratados e demarcações.

CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA DE DIPLOMATA

1º ANO

PORTUGUÊS

(1º e 2º Ano)

A cadeira de Português não se reger pelo sistema de aulas. Foi realizado um controle sistemático do conhecimento da língua através da apreciação, sob os aspectos gramaticais e estilísticos, das provas e trabalhos escolares de outras matérias.

FRANCÊS E INGLÊS

(1º e 2º Ano)

Objetivos:

Conseguir que cada aluno:

- a) compreenda perfeitamente exposições e textos em francês e inglês sobre:
 - política
 - política internacional
 - direito internacional
 - economia
 - cultura geral: filosofia, sociologia, história, arte, etc.;
- b) possa verter para essas línguas, de modo claro e preciso, textos em português sobre os temas acima mencionados;
- c) possa expressar-se sobre os mesmos temas, de modo claro e preciso, nos referidos idiomas;
- d) conheça as normas básicas de correspondência epistolar e protocolar nas línguas francesa e inglesa.

Métodos:

— Utilização de textos variados referentes ao maior número possível de assuntos.

3. O Brasil e as nações setentrionais da América do Sul

- 3.1 Evolução histórica do Norte da América do Sul (Colômbia, Venezuela e Guianas);
- 3.2 Relações do Brasil com a Colômbia e Venezuela;
- 3.3 Limites e fronteiras com a Colômbia, Venezuela e Guianas. Tratados e demarcações.

IV — O Brasil e a América do Norte e Central

1. O Brasil e os EE. uu.
 - 1.1 Evolução histórica dos EE. uu.
 - 1.2 Relações do Brasil com os EE. uu. (1822-1950). Tratados.

2. O Brasil e o México

- 2.1 Evolução histórica do México;
- 2.2 Relações do Brasil com o México. Tratados.

3. O Brasil e a América Central e Antilhana

- 3.1 Evolução histórica da América Central;
- 3.2 Relações do Brasil com a América Central. Tratados;
- 3.3 Evolução histórica das Antilhas;
- 3.4 Relações do Brasil com as nações antilhanas. Tratados.

V — O Brasil e o Pan-Americanismo

1. O Pan-americanismo, do Congresso de Panamá à OEA. As conferências pan-americanas.
2. O Brasil e o Pan-americanismo; participação nas conferências pan-americanas e na OEA.

VI — O Brasil e o Mundo

1. O Brasil na política internacional, da Independência à Primeira Guerra Mundial.
2. O Brasil, do Tratado de Versalhes à Segunda Guerra Mundial.
3. O Brasil na Segunda Guerra Mundial.
4. O Brasil e a ONU.

GEOGRAFIA POLITICA

1 — Geografia e Política

- 1.1 — Geografia e Geografia Política. Geografia Política e Geopolítica.

- 1.2 — Concepções geopolíticas.
- 1.3 — Regiões geoestratégicas e geopolíticas do mundo contemporâneo:

- 1.3.1 — Os centros mundiais de Poder.
- 1.3.2 — As zonas de contacto e de influência.

2 — Características e Potencialidades do espaço. O Brasil na América Latina.

2.1 — A unidade latino-americana.

- 2.1.1 — As características formais do espaço: dimensões, posição, fronteiras.
- 2.1.2 — O potencial natural e humano.
- 2.1.3 — Os problemas da organização do espaço e da produção.

2.2 — As Diversidades e as disparidades regionais, e a integração.

- 2.2.1 — A diversidade regional: América do Caribe, América Andina, América Platina e Brasil.
- 2.2.2 — A estrutura espacial.
- 2.2.3 — As disparidades regionais e a integração nacional.
- 2.2.4 — As disparidades regionais e a integração continental.

PENSAMENTO POLITICO CONTEMPORANEO

1. O pensamento realista em política. «Realpolitik» e razão de Estado.
2. Dialética e nacionalismo.
3. As raízes da democracia.
4. As fontes do marxismo.
5. O pensamento liberal.
6. A interrelação entre fatores ideais e reais e a sociologia política.
7. A «revisão leninista».
8. O papel das ideologias e a sociologia do conhecimento.
9. As teorias elitistas do poder.
10. A aplicação dos novos instrumentos científicos e tecnológicos ao estudo da política.

I — *Introdução*

Natureza e significado de «Economia Política». Distinção entre Micro e Macroeconomia. Conceitos Básicos. A organização do Sistema Econômico — visão esquemática — funções do sistema econômico. Noção de equilíbrio parcial e equilíbrio global. Noção de análise estática e dinâmica.

II — *Teoria Microeconômica*

1. Oferta, procura e o preço no mercado de concorrência perfeita. Mercado de concorrência perfeita — condições necessárias. A lei da demanda. O lado da oferta. Elasticidade. O equilíbrio e a interação da oferta e da demanda.

2. *Teoria do Consumidor.*

Hipóteses básicas. Preferência do consumidor. Conceito de utilidade — total, média e marginal. Natureza das Curvas de Indiferença — definição — características — equilíbrio do Consumidor. Efeito renda, preço e substituição. Bens superiores e inferiores. A curva da demanda-elasticidade preço, renda e substituição.

3. *Teoria da Produção.*

A função de produção — conceito — divisibilidade dos fatores — complementação e substituição. O mapa de isoquantos, segmentos relevantes — características. Receita total, média e marginal. Custos de produção — curva de curto e longo prazo — custos totais, médios e marginais. O equilíbrio da firma, critérios.

4. Produção e preços em regime de Concorrência Perfeita. Definição de concorrência pura e de concorrência perfeita. O lucro normal. O equilíbrio a curto prazo da firma e da indústria. A curva de oferta e as economias e deseconomias externas. O equilíbrio em regime de concorrência — no curto e no longo prazo.

5. *Produção e preços em regime de Concorrência Imperfeita.*

Monopólio, oligopólio e concorrência monopolística. Produção e preços no monopólio puro. Produção e preços no oligopólio. Produção e preços na concorrência monopolística.

6. *O preço dos fatores de produção.*

A demanda pelos fatores de produção. A curva de oferta de fatores — Trabalho, Renda e Lazer. Concorrência perfeita e concorrência imperfeita.

O problema de definição de «capital». Produtividade do capital e gosto pelo investimento. O equilíbrio na teoria do capital. Juros, investimentos e risco. A distribuição da renda — salário, juro e lucro. O lucro como elemento residual.

7. *O equilíbrio geral do sistema.*

O conceito de equilíbrio. O equilíbrio particular. O equilíbrio geral. Maximização do bem-estar social. Mercado de produto e de fatores.

III — *Contabilidade Nacional.*

Noções básicas de Contabilidade Nacional — Produto, Renda e Despesa. Sistemas de Contas Nacionais — economia fechada sem governo — economia aberta com governo. Sistema de Contas Nacionais no Brasil. Medição do crescimento econômico. Índice do produto real e do produto real *per capita*.

IV — *Moeda e Política Monetária.*

Funções e tipos de moeda — o conceito de meios de pagamento. O papel dos bancos na criação de moeda. Bancos centrais. Estrutura do sistema monetário do Brasil. Instrumentos de política monetária.

V — *Análise macroeconômica.*

1. Introdução.
2. Teoria neoclássica do Equilíbrio Agregativo a Curto Prazo.

Lei de Say. Função de produção a curto prazo. Teoria Quantitativa da moeda. Mecanismo Cumulativo de *Vicksell*.

3. *Teoria Keynesiana do Equilíbrio Agregativo a curto prazo.*

Fundamentos da Teoria Keynesiana. Demanda efetiva. Consumo e Poupança. Propensões Marginais. Multiplicador. Teoria Keynesiana do investimento. Política anticíclica.

VI — *Política Fiscal.*

O papel do governo no sistema econômico. Tipos de Impostos — impostos diretos e impostos indiretos. Progressividade e regressividade. Efeitos econômicos da tributação. Despesa pública — Classificação e efeitos — Despesa Pública — Política fiscal anticíclica. Política fiscal para o desenvolvimento.

VII — *Noções de Economia Internacional.*

1. As vantagens do comércio e as doutrinas dos custos comparativos.
2. Comércio Internacional e o nível de renda. Introdução. Mecanismos automáticos de ajustamentos. Variações na taxa de câmbio. Restrições ao comércio. Balanço de Pagamentos.

VIII — *Desenvolvimento Econômico.*

Conceito e medida do Desenvolvimento Econômico. Relação capital-produto. Renda per capita. Principais modelos de crescimento econômico.

DIREITO COMERCIAL

- 1 — Estrutura e funcionamento do Sistema Financeiro Nacional.
- 2 — Mercado de Capitais.
- 3 — Estímulo e incentivos fiscais às empresas e aos investidores.
- 4 — Constituição e funcionamento das sociedades anônimas. As sociedades estrangeiras.
- 5 — A arbitragem comercial.
- 6 — A compra e venda no comércio internacional.
- 7 — A limitação da responsabilidade nos transportes marítimo e aéreo. A cláusula de não indenizar ou de irresponsabilidade.
- 8 — Operações cambiais: importação, exportação.
- 9 — Repasses de empréstimos obtidos no Exterior. Empréstimos a filiais de empresas estrangeiras (Instrução número 289, da SUMOC).
- 10 — Empresas multinacionais. Fusão de empresas nacionais e estrangeiras. Aspectos jurídicos do mercado comum latino-americano.

Observações

- 1 — *Prática* — Serão discutidos, durante as aulas, casos práticos a fim de os ensinamentos teóricos serem convenientemente assimilados e resolvidas as hipóteses que normalmente ocorrem no exercício das funções da carreira diplomática.
- 2 — *Trabalhos de equipe* — Os alunos serão divididos em equipes, a fim de realizarem estudos conjunturais, versando temas de maior alcance prático-profissional.
- 3 — *Direito Comparado* — As referências à legislação e doutrina estrangeiras serão realizadas para familiarizar os alunos com a sistemática jurídica dos demais países.
- 4 — *Visitas* — Os setores da Administração Pública Federal ligados ao Comércio Exterior serão visitados, para iniciar os alunos no diálogo sobre os temas mais relevantes.

DIREITO CONSTITUCIONAL

I — *Introdução — Principios de Ciência Política*

1. O fenômeno político. A Ciência Política e as Ciências de Política: conteúdo e metodologia.
2. O Direito Constitucional: conteúdo e sistemática.
3. As formas essenciais do Poder: o poder pré-estatal e o poder institucionalizado. Poder aberto e poder fechado.
4. O estatuto do Poder no Estado. As sanções no estatuto do Poder. A Constituição: concepção jurídica e concepção política. A supremacia da Constituição.
5. O exercício do Poder no Estado. As formas de governo: governo representativo, governo direto e governo semidireto. O problema da repartição dos poderes. O princípio da separação dos poderes. O parlamentarismo, o presidencialismo e o governo de assembleia.
6. O conceito de regime político. Os regimes políticos contemporâneos: as monocracias populares e as democracias pluralistas.
7. Poder político e desenvolvimento econômico. Os pressupostos políticos do desenvolvimento econômico: seus estágios e sua dinâmica.
8. Constitucionalismo e vida política na América Latina: as fontes de poder e as instituições. Os fatores individuais e cole-

tivos nos antagonismos políticos, na América Latina. A integração transnacional e o comportamento político latino-americano.

9. A vida política brasileira: tipologia social, instituições, usos e costumes. O constitucionalismo brasileiro no contexto político-institucional latino-americano.

II — *Direito Constitucional Brasileiro*

10. A evolução do constitucionalismo brasileiro: Constitucionalismo e pensamento político no Brasil.
11. A Constituição vigente: seus princípios fundamentais e sua posição no contexto do pensamento político contemporâneo.
12. A União, os Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios. Competência, relações e proibições. Intervenção federal.
13. Os Poderes da União e suas relações. O sistema dos «freios e contrapesos».
14. Poder Legislativo. Organização e atribuições. Câmara dos Deputados. Senado Federal.
15. O processo legislativo.
16. O sistema tributário. Orçamento, fiscalização financeira e orçamentária. Legalidade do tributo e da cobrança.
17. Poder Executivo. Presidente e Vice-Presidente da República. Ministros de Estado. Escolha, atribuições e responsabilidade.
18. A concepção de segurança nacional e os instrumentos constitucionais para sua preservação. As Forças Armadas.
19. Funcionários públicos.
20. O Poder Judiciário. O Supremo Tribunal Federal. Tribunais Federais de Recursos. Juizes Federais. Tribunais e Juizes Militares, Eleitorais e do Trabalho. Justiça dos Estados. Ministérios Públicos.
21. Nacionalidade. Direitos Políticos. Partidos Políticos.
22. Direitos individuais: igualdade, livre atividade, irretroatividade da lei e direito de recurso ao judiciário. Liberdade de expressão, de convicção e de associação. Direito de propriedade.
23. Garantias individuais civis e criminais. *Habeas corpus* e mandado de segurança e Ação popular.
24. A ordem econômica e social. A livre iniciativa e a intervenção estatal.

PORTUGUÊS (*)

FRANÇÊS E INGLÊS (*)

POLÍTICA INTERNACIONAL

I — *Introdução*

1. Política internacional. Conceito. Autonomia. Relações com demais ciências. Fontes. Sistemática.
2. Teorias contemporâneas sobre política internacional: idealismo e realismo; power politics, behavioral approach. Teoria dos jogos.

II — *O Estado Nacional*

3. O Estado Nacional. Estado-Nação e Povo. Surgimento do Estado moderno.
4. Autodeterminação e a doutrina das nacionalidades.
5. Nacionalismo e soberania.
6. Imperialismo.
7. Colonialismo e neocolonialismo.

III — *O Poder Nacional*

8. O Poder Nacional. Os objetivos nacionais permanentes. Avaliação do Poder Nacional e dos objetivos nacionais.
9. A Segurança Nacional.
10. Elementos constitutivos do poder nacional. Os fatores geográficos. O território.
11. Fatores demográficos. Composição étnica. Movimentos migratórios.
12. Recursos naturais.
13. Forças econômicas. O problema do desenvolvimento.
14. Indústria e desenvolvimento tecnológico.
15. Fatores militares.
16. O elemento humano e o poder nacional. Psicologia dos dirigentes.
17. A diplomacia e o poder nacional.

(*) Vide — 1º Ano — pág. 108.

IV — Limitações ao Poder Nacional

18. Limitações ao poder nacional na ordem interna e internacional.
19. Equilíbrio de poderes. Bi-polarização do mundo. Alianças. Esferas de influências.
20. Neutralidade, neutralismo e neutralização.
21. Moral internacional e opinião pública mundial.
22. O direito internacional como limitação ao poder nacional.

V — Diplomacia

23. Política internacional e diplomacia. Conceito de diplomacia.
- Diplomacia bi e multilateral. Diplomacia parlamentar e diplomacia *ad-hoc*.
24. Evolução da instituição diplomática. Na Antiguidade, na Idade Média. A paz de Westfália e o Congresso de Viena de 1815.
25. Antiga e moderna diplomacia. A melhoria nos meios de comunicações e a diplomacia. Diplomacia e tecnologia.
26. A dinâmica diplomática e os órgãos de decisão nacional. Chefes de Estado, Chefes de governo e Ministro das Relações Exteriores. Planejamento da política exterior.
27. Diplomacia de prestígio e o cerimonial diplomático.
28. Atribuições diplomáticas.
29. A instituição consular.

VI — Diplomacia Multilateral e Parlamentar

30. Organização jurídica da comunidade internacional. Antecedentes. O Poder supra-nacional.
31. A Sociedade das Nações. Origens, estrutura e funcionamento.
32. A experiência da Sociedade das Nações. Brasil e a Sociedade das Nações.
33. As Nações Unidas. Dumbarton Oaks, Chapultepec. San Francisco.
34. Propósitos e princípios.
35. Poderes e atribuições das Nações Unidas. Limitações às funções.
A jurisdição interna e a legítima defesa.

36. Composição, estrutura e funcionamento.
37. A Assembleia Geral das Nações Unidas.
38. O Conselho de Segurança.
39. Sistema internacional de tutela e descolonização.
40. A Carta e a sua Revisão.

VII — Universalismo e Regionalismo

41. As Nações Unidas e os sistemas regionais.
42. O Pan-americanismo e a Organização dos Estados Americanos. Histórico.
43. Estrutura e funcionamento da OEA.
44. Os organismos regionais da Europa. O Conselho da Europa.
45. A Liga dos Estados Árabes e a Organização da Unidade Africana.
46. Os sistemas regionais de defesa. O Tratado do Rio de Janeiro.
47. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e o problema do Atlântico Sul.
48. O Pacto de Varsóvia.
49. SEATO, CENTO, ANZUS e os tratados bilaterais de defesa.

VIII — Técnicas de Política Internacional

50. Diplomacia e negociações diplomáticas. Pressão diplomática e militar.
51. Isolacionismo, neutralismo e neutralidade. Países não-alinhados.
52. Intervenção e não-intervenção.
53. Técnica revolucionária.
54. Propaganda e diplomacia pública.

IX — Litígios Internacionais

55. Soluções pacíficas de litígios internacionais. Meios diplomáticos.
56. Soluções jurídicas de litígios internacionais. A arbitragem.
57. A solução de litígios no sistema mundial e no interamericano.
58. Sanções e medidas coercitivas.
59. A Guerra e política internacional. O Problema de unidade da política externa. Guerra total.
60. Guerra revolucionária. Guerra fria.
61. Desarmamento.

62. Determinação da política exterior. Planejamento.
63. Política exterior do Brasil e de outros Estados.

ECONOMIA

I — *Economia Internacional*

Livro-texto: «Economia Internacional», de Charles P. Kindleberger; «International Payments, Debts, and Gold», Fritz Machlup.

- (i) Os ganhos do comércio, vantagem comparativa, e o papel dos preços na formação do comércio internacional.

lista de leitura — Kindleberger, livro-texto, capítulos V a VIII; Fritz Machlup, «International Payments, Debts and Gold», capítulo II; Paul A. Samuelson, «The Gains from International Trade», republicado em «Readings in the Theory of International Trade».

- (ii) Balanço de Pagamento e Renda Doméstica.

lista de leitura — Kindleberger, capítulo IX; qualquer relatório anual do Banco Central do Brasil; Fritz Machlup, capítulos III, V, VI, VII e X; Kindleberger, capítulo XXI; Manual de Balanço de Pagamentos, FMI.

Obs. Será ainda acrescentado artigo sobre Padrão Ouro.

- (iii) Taxa de Câmbio.

lista de leitura — Bela Balassa, «The Purchasing-Power Doctrine», publicado em Journal of Political Economy, Dezembro de 1964; Kindleberger capítulo XIII; Machlup, capítulo I.

- (iv) Liquidez Internacional.

lista de leitura — Machlup, capítulos XI a XIV; Alan R. Holmes, «The New York Foreign Exchange Market», capítulos II e IV; Chenery e Strout, «Foreign Assistance and Economic Development», publicado em American Economic Review, Se-

- (v) Movimento de Capitais e o Problema das Transferências.
lista de leitura — Kindleberger, capítulos XV a XX; Machlup, capítulos XV a XX; Diagnóstico do Setor de Comércio Internacional, IPEA, capítulo referente a Movimento de Capitais.

- (vi) Política Comercial.

lista de leitura — Kindleberger, capítulos X e XI.

- (vii) Integração Econômica.

lista de leitura — «La Teoría económica y el proceso de integración de América Latina», de José Maria Aragão.

II — O Setor Externo Brasileiro

livro-texto: «Diagnóstico do Setor de Comércio Internacional-Preliminar», IPEA, Ministério do Planejamento, 1966. No decorrer do curso serão indicados artigos sobre o assunto, completando a lista de leitura.

- (i) O balanço de pagamentos do Brasil; sua evolução.

- a. Transações comerciais
- b. Transações de invisíveis
- c. Movimento de capitais

lista de leitura — Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-70), capítulo III-6; Diagnóstico, Parte V, C, 2.

- (ii) Exportações e Importações. Principais áreas e produtos do comércio. Participação brasileira na ALALC.

lista de leitura — Diagnóstico, capítulos referentes à Parte III.

- (iii) O item Serviços, do Balanço de Pagamentos.

lista de leitura — Diagnóstico, Parte IV.

- (iv) Capitais Externos no Brasil; tipos. O endividamento externo.

lista de leitura — Diagnóstico, Parte V; «Capitais Estrangeiros e Dívida Externa», de Pinto Ferreira.

- (v) Políticas comercial, cambial e de capitais externos.
lista de leitura — Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), parte referente ao setor externo; Diagnóstico, Parte III-C-2 e III-B-4. PED, capítulo VII-4 e Apêndice ao mesmo capítulo.

- (vi) Setor Externo e Desenvolvimento Econômico.
lista de leitura — Diagnóstico, Introdução; PED, capítulos III-6 e VII-4.

- (vii) A participação externa no desenvolvimento econômico: financeira e técnica.
lista de leitura — As anotações de aula deverão constituir a matéria básica.

III — Desenvolvimento Econômico

Não há indicação de livro-texto.

- (i) Determinantes do desenvolvimento econômico. Recursos naturais, recursos humanos, capital e tecnologia.
lista de leitura — «Desenvolvimento Econômico, Análise e Estudo de Casos», de Irma Adelman e outros, capítulos 1/5.

- (ii) A Renda per Capita como Índice de Desenvolvimento.

lista de leitura — «Atraso e Desenvolvimento Econômico», de Harvey Leibenstein, capítulo 2.

- (iii) A Relação Capital-Produto e a Renda per Capita.

lista de leitura — «Atraso e Desenvolvimento Econômico», capítulo 11.

- (iv) Problemas de Conceito e Medida do Desenvolvimento Econômico.

lista de leitura — «Studies in Economic Development», de Bernard Okun e Richard Richardson», Parte V.

- (v) Políticas e Planos para o Desenvolvimento.

lista de leitura — «Studies in Economic...», Parte VIII; PED, capítulos I/VII.

Obs.: Será conveniente que os alunos dêem uma leitura nos principais capítulos do livro «Capitalism, Socialism and Democracy», de Joseph A. Schumpeter, além dos demais livros constantes da relação de «leitura orientada».

PROBLEMAS ECONÔMICOS CONTEMPORÂNEOS

I — Introdução e Definição do Campo de Análise

1. Os conflitos internacionais de interesses e o desenvolvimento econômico. A diplomacia do desenvolvimento internacional: tendências e estratégias básicas.
2. Os participantes e as práticas das relações econômicas internacionais: o Governo e o setor privado — cooperação e conflito.
3. O comércio e o desenvolvimento internacional na década de 60. A perspectiva para os anos 70.

II — Os Blocos Econômicos e os Arranjos Institucionais

4. A integração europeia: origens, filosofias em presença e linhas de resistência.
5. As Comunidades Europeias: a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, a Comunidade Econômica Europeia e a EURATOM.
6. O Mercado Comum Europeu e os Estados Unidos da América. O Mercado Comum Europeu e os países em desenvolvimento: a Convenção de laundê. O Mercado Comum Europeu e a grande empresa internacional.
7. A Zona Europeia de Livre Comércio: problemas e perspectivas.
8. O Bloco Comunista e as rivalidades ideológicas. A estrutura e as técnicas de financiamento do comércio Leste-Oeste.
9. O COMECON: relações intra e extrabloco.
10. A integração latino-americana: condicionantes político-econômicas. A ALALC. Os projetos multinacionais na América Latina: tendências e problemas. O Mercado Comum Centro-Americano.
11. A função da empresa nas relações intra e extrabloco: as empresas internacionais, transnacionais e multinacionais.

III — Os Problemas Monetários Internacionais e o Desenvolvimento

12. As premissas históricas e político-econômicas: a Conferência de Bretton Woods. O Plano Keynes e o Plano White.
13. O Fundo Monetário Internacional: estrutura financeira e institucional, funções e operações. Incidências jurídicas do Estatuto do Fundo sobre os Estados não-membros e as transações comerciais privadas.

14. Os projetos de reforma monetária internacional: o Plano Triffin, as Proposições Bernstein. Os direitos especiais de saque. A posição dos países em desenvolvimento.

IV — O Financiamento Internacional do Desenvolvimento

15. A ajuda externa: avaliação e tendências. O Relatório Pearson.

16. As instituições financeiras internacionais do Governo dos Estados Unidos da América: a Agência para o Desenvolvimento Internacional (Aid) e o Export-Import Bank (EXIMBANK). A «Overseas Private Investment Corporation (OPIC)». A «Public Law» 480.

17. A cooperação multilateral: o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, a Sociedade Financeira Internacional e a Associação Internacional para o Desenvolvimento. Organização institucional, capitalização e recursos, políticas de financiamento. O Banco Interamericano de Desenvolvimento: a estrutura de capital, o Fundo de Operações Especiais, o Fundo Fiduciário de Progresso Social. A política de financiamento do BID e a integração económica.

18. A perspectiva dos países em desenvolvimento: a UNCTAD. Financiamento básico e financiamento suplementar. O Plano Horowitz.

19. O mercado internacional de capitais: características, mutuários e técnicas. Os centros do mercado monetário mundial.

20. O papel do Governo e os investimentos directos externos: os acordos de tributação e os acordos de garantia de investimentos. Os sistemas de garantia governamental à exportação.

V — Política comercial internacional e desenvolvimento

21. A perspectiva dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento: contrastes e tensões.

22. O GATT. A UNCTAD.

23. Acórdos sobre produtos de base. Comércio de manufaturas. O problema das preferências.

24. Transportes marítimos e aéreos. O problema dos fretes. Acórdos de «pool».

VI — A Cooperação técnica internacional

25. O hiato tecnológico e o desenvolvimento. As origens da cooperação técnica internacional e sua evolução.

26. A cooperação técnica bilateral: acórdos de base.

27. A cooperação multilateral. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. A Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial. O Relatório Jackson.

Conclusão

28. A Primeira Década do Desenvolvimento: filosofia e balanço dos resultados. A estratégia da Segunda Década do Desenvolvimento. Desenvolvimento económico e desenvolvimento social: papel e posição do Conselho Económico e Social das Nações Unidas.

29. Desenvolvimento sócio-económico e progresso político: mundialidade e mundialismo.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

I — Introdução.

1. Conceitos e terminologia.
2. A comunidade não organizada dos Estados.
3. Natureza das relações interestatais.
4. Formação e evolução do Direito Internacional.
5. Irrompimento do homem no Direito Internacional.
6. Função do direito na comunidade universal.
7. Conceito do Direito Internacional.

II — Organização jurídica da Sociedade Internacional.

1. Antecedentes. Independência e interdependência dos Estados. As duas ordens jurídicas.
2. Nações Unidas. Bases da Carta, sua natureza constitucional e emendas. Membros.
3. Objetivos e Princípios.
4. Assuntos da competência nacional (art. 2º, nº 7). Determinação pelo D.I. do âmbito de eficácia da norma interna.
5. Órgãos principais, a Corte e o Secretariado.
6. Organismos especializados.
7. Organização dos Estados Americanos. Princípios e estrutura. Protocolo de Buenos Aires, 1967.
8. Outras organizações regionais.
9. Universalização da ONU, voto ponderado, jurisdição internacional obrigatória e força policial supranacional.

III — Natureza do Direito Internacional.

1. Estrutura da norma interestatal. D.I. geral e particular, comum e consensual. *Jus cogens*.

2. Força obrigatória do Direito Internacional. Teorias jusnaturalistas, voluntaristas e objetivas.
3. Validade do art. 2º, nº 6, da Carta da ONU.
4. Peculiaridades da norma internacional quanto à:
 - a) elaboração; b) aplicação judicial; c) execução coativa.
5. Relação entre a norma internacional e interna.
6. Dualismo e monismo. Primado da norma internacional.
7. Textos convencionais e prática consuetudinária dos Estados nessa matéria.
8. Principais sistemas constitucionais.

IV — Fontes do Direito Internacional.

1. Conceito. Fonte material e formal.
2. Art. 38, nº 1, do Estatuto da CJ.
3. Convenção internacional. *Pacta sunt servanda*.
4. Prática consuetudinária dos Estados.
5. Princípios gerais de direito.
6. Precedente judicial e doutrina dos publicistas.
7. Resolução de organização internacional.
8. Codificação. Obra da comissão de Direito Internacional da ONU.

V — Sujeitos de Direito Internacional.

1. Estado. Elementos constitutivos. Formas especiais.
2. Soberania (art. 2º, nº 1, da Carta da ONU).
3. Estrutura do Estado.
4. Reconhecimento de Estado e de Governo.
5. Territórios sem governo próprio. Mandato. Tutela. Aquisição de independência.
6. Sucessão de Estados.
7. Personalidade das organizações internacionais.
8. Indivíduos. Responsabilidade internacional. Direitos.

VI — Atos Jurídicos Internacionais.

1. Atos unilaterais. Acórdãos bi e multilaterais. Tratado-lei e tratado-contrato. Terminologia.
2. Prática dos Estados. Convenções de Havana, 1928 e de Viena, 1969.

3. Capacidade. Estado e Organização Internacional. *Treaty-making power*.
4. Consentimento, objeto e forma. Nulidade.
5. Celebração, ratificação, vigência e registro. Adesão.
6. Reservas. Interpretação, execução e efeitos.
7. Incorporação ao direito interno.
8. Revisão, denúncia e terminação.

VII — Direitos e Deveres do Estado.

1. Independência. Autodeterminação.
2. Exercício da competência, inclusive jurisdicional.
3. Igualdade jurídica.
4. Legítima defesa.
5. Não-intervenção e ação coletiva.
6. Cooperação internacional. Extensão e órgãos.
7. Outros deveres.

VIII — Competência do Estado.

1. Fatores determinantes: espaço, pessoas e outros. Âmbito da eficácia territorial de norma interna.
2. Elementos do território. Natureza da autoridade do Estado sobre cada elemento. Atos de império.
3. Território terrestre. Estabelecimento e perda de competência. Limites. Zonas polares.
4. Território equívoco. Zona contígua. Plataforma continental.
5. Alto-Mar. Competência relativa à navegação, pesca, outras utilizações econômicas e cabos submarinos. Testes nucleares e usos bélicos. Repressão da pirataria e tráfico de escravos.
6. Território aéreo. Competência relativa ao espaço aéreo não abrangido nos territórios estatais.
7. Espaço exterior e corpos celestes. Internacionalização. Tratado de 1967.
8. Competência extraterritorial, pessoal ou por outro título.

IX — Órgãos das Relações Interestatais.

1. Chefe de Estado. Atribuições do Executivo, do Legislativo e Judiciário.
2. Ministro das Relações Exteriores e outros órgãos.
3. Relações e imunidades diplomáticas. Convenções de Havana, 1928, e Viena, 1961.

4. Congressos e conferências. Diplomacia parlamentar.
5. Relações consulares. Convenção de Viena, 1963.
6. Bens e serviços do Estado no estrangeiro. Doutrina dos Atos de Estado.
7. Organizações internacionais em suas relações externas.
8. Imunidades e privilégios das organizações internacionais.

X — *Proteção Internacional dos Direitos Humanos.*

1. Distinção entre homem e súdito. Defesa de nacionais e estrangeiros contra abusos do Estado. Presupostos.
2. Cartas da ONU e OEA. Declarações Americana e Universal.
3. Tratado de Roma, 1950 e protocolos adicionais. Carta Social da Europa. Pactos aprovados pela ONU em 1966.
4. Convenção Americana sobre Proteção de Direitos Humanos.
5. Órgãos de execução. Esgotamento dos recursos da jurisdição interna.
6. Direito de petição e acesso à jurisdição internacional.
7. Convenções especiais. Genocídio. Direitos da mulher. Escravidão e trabalho forçado. Discriminação. Asilo e outras.
8. Relação entre direitos humanos e democracia representativa. Projetos.

XI — *Responsabilidade Internacional.*

1. Fundamentos; dever de reparar, abuso de direito ou teoria da boa-fé.
2. Ação ou omissão violadora do Direito Internacional. Atos do Legislativo, Executivo, Judiciário e fatos de particulares.
3. Imputabilidade. Causas excludentes da responsabilidade.
4. Denegação de justiça, negligência e violação de direito adquirido.
5. Proteção diplomática. Reclamação. Esgotamento dos recursos internos.

6. Danos causados por uso da energia nuclear ou do espaço exterior.
7. Reparação do dano.
8. Responsabilidade das organizações internacionais.

XII — *Comunicações Internacionais.*

1. Vias terrestres, fluviais, marítimas e aéreas. Liberdade de circulação e comunicação. Direito de passagem inofensiva.
2. Convenções sobre circulação por estrada e ferrovia.
3. Principais convenções sobre rios, canais e estreitos internacionais. Tratados e legislação do Brasil.
4. Navios e estações. Regime da navegação.
5. Aeronaves. Convenção de Chicago, 1944, e as posteriores. OACI.
6. Foguetes e naves espaciais. Assistência a astronauta. Regime jurídico.
7. Convenção sobre telecomunicações. Repartição de frequências. Satélites de comunicação.

XIII — *Solução Pacífica das Controvérsias.*

1. Controvérsia jurídica e conflito político. Distinção.
2. Negociação, bons ofícios e mediação.
3. Investigação e conciliação.
4. Solução através de organização internacional.
5. Arbitragem. Natureza e forma. Corte Permanente de Arbitragem. Processo. Efeitos do laudo. Convenções vigentes.
6. Solução judiciária. Corte Internacional de Justiça. Arts. 92 a 96 da Carta da ONU. Estatuto anexo.
7. Competência contenciosa e consultiva. Cláusula facultativa. Processo. Execução das decisões.
8. Outras cortes internacionais.

XIV — *Segurança Coletiva e Uso da Força.*

1. Limitações do *jus ad bellum*. Pacto Briand-Kellogg. Guerra crime. Interdição do uso da força (art. 2º, nº 4 da Carta da ONU).
2. Segurança internacional. Ameaça à paz. Medidas não coercitivas (arts. 39 a 41). Emprego de forças aéreas, navais ou terrestres (arts. 42 a 50).
3. Legítima defesa. Conceito de ataque armado. Limite ao exercício da defesa (art. 51).

4. Organismos regionais e ação coletiva (arts. 52 a 54).
5. Casos de uso da força pela ONU. As operações preventivas ou asseguratórias da paz. Custo e aplicação do art. 19 da Carta. Força interamericana de Paz.
6. *Jus in bello*. Convenções. Violações.
7. Neutralidade. Direitos dos beligerantes e neutros.
8. Testes nucleares. Tratado de Moscou, 1963. Proscrição das armas nucleares. Tratado do México, 1967. Tratado de Não-Proliferação.
9. Projetos de desarmamento. Requisitos de viabilidade jurídica.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

- 1 — Apresentação e solução dos conflitos de leis no espaço. Direito Internacional Privado e Direito Intertemporal. Conflitos legislativos internacionais, interestaduais etc. Direito Internacional Privado. Direito Uniforme e Direito Comparado.
- 2 — Fontes especiais do DIP; internacionais e internas. Relevância da jurisprudência e da doutrina. Conflitos entre as diversas fontes. Natureza das normas do DIP. Regras unilaterais e bilaterais.
- 3 — Divergência espacial de normas do DIP, teorias da renúncia e da devolução e divergência temporal das normas do DIP.
- 4 — Conflitos de qualificação. Dos elementos de conexão. Conflitos sobre sua determinação.
- 5 — Nacionalidade. Princípios gerais. Nacionalidade, cidadania e naturalidade. Espécies de nacionalidade. Pessoas naturais. Nacionalidade de origem. Aquisição. Lugar do nascimento. Filiação combinada com serviço público, residência e opção. Opção inconstitucional — Direito intertemporal — Irrelevância do casamento. Prova da nacionalidade de origem. Ação declaratória.
- 6 — Naturalização. Espécies. Condições. Processo. Efeitos. Revogação.
- 7 — Perda da nacionalidade. Reaquisição da nacionalidade. Pluralidade e ausência de nacionalidade.
- 8 — Nacionalidade e Serviço Militar no direito brasileiro. Serviço Militar dos brasileiros residentes no Brasil e no estrangeiro. Casos de conflitos da nacionalidade. Fraude à lei. Nacionais no serviço estrangeiro e estrangeiro no serviço nacional.

- 9 — Domicílio. Aquisição. Domicílio necessário. Domicílio de origem. Domicílio voluntário. Domicílio especial. Prova de domicílio. Mudança de domicílio. Perda e reaquisição do domicílio. Pluralidade e falta de domicílio. Residência.
- 10 — Autonomia da vontade. Outros elementos de conexão: território, fóro, religião, raça, etc. Efeitos da mudança dos elementos de conexão.
- 11 — Condição dos estrangeiros no Brasil. Entrada no território nacional. Imigração. Facilidades e restrições. Recusos administrativos e judiciários. Expulsão. Casos. Processos. Recursos. Efeitos.
- 12 — Direitos e deveres dos estrangeiros em geral. Direitos políticos, direitos públicos não políticos e direitos privados.
- 13 — Regime especial das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Nacionalidade. Domicílio. Reconhecimento. Funcionamento.
- 14 — Aplicação da lei estrangeira. Conhecimento e prova da lei estrangeira. A ordem pública. A fraude à lei. A teoria dos direitos adquiridos.
- 15 — Direito Civil internacional. Personalidade. Capacidade de direito. Capacidade de fato. Luta entre os princípios da nacionalidade e do domicílio. Solução do direito brasileiro.
- 16 — Atos jurídicos. Vícios de consentimento. Forma. Prescrição.
- 17 — Direito de Família. Conflitos de leis pessoais. Do casamento. Impedimentos. Forma.
- 18 — Do casamento consular.
- 19 — Efeitos pessoais e patrimoniais do casamento.
- 20 — Desquite, divórcio e anulação do casamento.
- 21 — Relações jurídicas entre pais e filhos. Constituição, efeitos e extinção ou suspensão. Alimentos. Tutela e Curatela. Proteção social dos incapazes.
- 22 — Direito das Coisas. Direito das Obrigações. Substância e efeitos. Modalidades da execução. Da cláusula ouro. Das dívidas em moeda estrangeira simples e «aparentes». Dívidas em moedas estrangeiras e taxa de conversão.
- 23 — Direito das sucessões. Testamentos. Do testamento consular.
- 24 — Direito marítimo e aéreo internacional.
- 25 — Direito Penal Internacional. Territorialidade e extraterritorialidade das leis penais.
- 26 — Direito processual civil internacional. Competência. Forma do Processo. Rogatórias. Homologação de sentenças estrangeiras.

27 — Da cooperação internacional nos processos criminais.
Da extradição internacional.

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

I — Administração Pública

- A. Organização administrativa federal.
- B. O Decreto-lei nº 200/67 e suas alterações.

II — Ministério das Relações Exteriores

A. Organização.

- 1. Secretaria do Estado: estrutura, competência dos diversos órgãos.
- 2. Missões Diplomáticas: categorias, competência.
- 3. Repartições Consulares: categorias, competência.

B. Pessoal

- 1. Diplomata: legislação, deveres e funções; informações gerais.
- 2. Oficial de Chancelaria: legislação; deveres e funções.
- 3. Funcionários administrativos. Auxiliares locais; legislação; deveres e funções.
- 4. Cônsules Privativos e Honorários: legislação; deveres e funções.

C. Comunicações

- 1. Regras gerais de correspondência oficial.
- 2. Andamento e trânsito de correspondência oficial.
- 3. Normas específicas de redação oficial.
- 4. Correspondência postal, telegráfica e serviço telex:

- a. Memorando.
- b. Ofício.
- c. Despacho.
- d. Aviso.
- e. Nota.
- f. Exposição de Motivos.
- g. Carta de Chancelaria.
- h. Carta de Gabinete.
- i. Carta.
- j. Telegrama e telex.
- l. Circulares.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

PRÁTICA DIPLOMÁTICA E CONSULAR

C. P.

ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CHANCELARIAS

(*Programa analítico*)

1.0 — Introdução. Noções gerais.

1.1 — Composição da Missão diplomática.

1.1.1 — Pessoal diplomático.

Chefe da Missão. Encarregado de Negócio.
Chefe de Chancelaria.
Chefe ou Encarregado de Setores. Ministro para Assuntos Comerciais.

1.1.2 — Pessoal administrativo.

Oficial de Chancelaria.
Assistente de Chancelaria.
Oficial de Administração.
Outros quadros administrativos.
Auxiliar local.

1.1.3 — Pessoal subalterno.

Porteiros.
Serventes. Mensageiros. Faxineiros.
Motoristas.
Guardiães.
Pessoal doméstico da Sede.

1.1.4 — Adidos.

Adidos militares. Adjuntos e Auxiliares dos Adidos.

Adidos civis. Adido Cultural. Adido Científico.
Relações dos Adidos com o chefe da Missão diplomática. Assistente técnico.

1.1.5 — Colaboradores temporários. (Contratos específicos).
Pessoal de outros órgãos brasileiros no exterior.

1.2 — Estrutura de Missão diplomática.

1.2.1 — Chefia da Missão. Encarregatura de Negócios.

1.2.2 — Chefia da Chancelaria.

1.2.3 — Setores da Chancelaria.

Político.

Econômico.

Promoção Comercial.

Cultural. Instituto ou Centro Cultural.

Administrativo.

(Consular)

Imprensa. Cerimonial. Setores *ad hoc*.

1.3 — Mecânica de trabalho de Missão diplomática (Organograma) (Fluxograma).

Coleta e recebimento.

Distribuição.

Processamento.

Produção.

2.0 — O Setor Administrativo.

2.1 — Finalidades. Atribuições. Estrutura.

2.2 — Instalações. Sede e Chancelaria.

2.2.1 — Sede. Prédio próprio ou alugado.

2.2.2 — Chancelaria. Prédio próprio ou alugado.

2.2.3 — Outras instalações.

2.3 — Acervo. Inventário.

2.3.1 — Material permanente.

2.3.2 — Documentação.

2.3.3 — Material de consumo.

2.3.4 — Inventário.

2.4 — Contabilidade.

2.4.1 — Verbas. Dotação. Refêrço. Aplicação.

2.4.2 — Prestação de contas.

2.4.3 — Auditoria pelo Inspetor Geral de Finanças.

2.5 — Pessoal.

2.5.1 — Disciplina. Horário de trabalho.

2.5.2 — Contrôlo. Avaliação de trabalho. Boletim de merecimento.

2.5.3 — Contrato de pessoal.

2.6 — Expediente. Arquivos.

2.6.1 — Livros de protocolo.

2.6.2 — Arquivo de originais. Arquivo de referência. Arquivo da correspondência especial. Classificação de documentos. Cópia de documentos. Proibição de guarda de documentos oficiais.

2.6.3 — Mecanografia. Multiplicação de documentos. Serviços gráficos.

2.6.4 — Expedição. Malas diplomáticas.

2.7 — Comunicações.

Meios de comunicações. Correio diplomático.

2.8 — Biblioteca. Documentação.

Organização e funcionamento.

3.0 — *Segurança de Missão diplomática.*

3.1 — Segurança de instalações.

3.2 — Segurança de material.

3.3 — Segurança de comunicações.

3.4 — Segurança de pessoal.

3.5 — Segurança da ação diplomática.

4.0 — *Casos especiais.*

4.1 — Chancelaria de Delegação junto a Organismos Internacionais.

- 4.2 — Chancelaria de Repartição consular.
- 4.3 — Abertura de Missão diplomática (aspecto administrativo).
- 4.4 — Passagem de direção (aspecto administrativo).
- 4.5 — Encerramento de Missão diplomática.
- 4.6 — Proteção de interesses (aspecto administrativo).
- 4.6.1 — Proteção de interesses por terceiro país.
- 4.6.2 — Proteção de interesses de terceiro país.
- 5.0 — *Responsabilidades dos funcionários.*
- 5.1 — Responsabilidade individual e coletiva.
- 5.2 — Disciplina. Regulamentos. Praxe. Hierarquia.
- 5.3 — Relações humanas. Peculiaridades da vida no exterior.
- 5.4 — A importância profissional da versatilidade.

COMUNICAÇÕES

(Programa sintético)

- 1.0 — Transmissão de informações: escolha de meios.
- 2.0 — Segurança das comunicações: os meios de cifração.
- 3.0 — Malas diplomáticas e correspondência postal.
- 4.0 — Correspondência telegráfica.

PRÁTICA DIPLOMÁTICA I

REPRESENTAÇÃO E USOS DIPLOMÁTICOS

(Programa analítico)

- 1.1.0 — *Diplomacia e a profissão de diplomata.*
- 1.1.1 — Encargos de diplomata.
- 1.1.2 — Qualidades requeridas pela profissão.
- 1.1.3 — Importância das regras protocolares.
- 1.2.0 — *Corpo diplomático e seus membros.*
- 1.2.1 — Composição de uma Missão diplomática.
- 1.2.2 — Diferentes tipos de Chefe de Missão.
- 1.2.3 — Reuniões do Corpo Diplomático convocadas pelo Decano ou pelo Ministro das Relações Exteriores.
- 1.3.0 — *Embaixador. Designação e assunção.*
- 1.3.1 — «Agréement».
- 1.3.2 — Exposição de motivos, mensagem ao Senado, decreto.

- 1.3.3 — Cartas credenciais e cartas revocatórias. Cópias figuradas.
- 1.3.4 — Chegada do Chefe de Missão: providências práticas.
- 1.3.5 — Primeiras visitas do Chefe de Missão.
- 1.3.6 — Apresentação de credenciais.
- 1.3.7 — Visitas do Embaixador a outros Chefes de Missão.
- 1.3.8 — Visitas e convites ao Embaixador por membros da Missão.
- 1.4.0 — *Encarregado de Negócios. Designação e assunção.*
- 1.4.1 — Encarregado de Negócios «ad hoc».
- 1.4.2 — Encarregado de Negócios «ad interim».
- 1.4.3 — Obrigações protocolares e de representação do Encarregado de Negócios e de sua mulher.
- 1.4.4 — Residência do Encarregado de Negócios.
- 1.5.0 — *Secretário de Embaixada. Remoção e apresentação.*
- 1.5.1 — Problemas e providências.
- 1.6.0 — *Missões temporárias.*
- 1.6.1 — Cartas de plenos poderes.
- 1.6.2 — Instruções.
- 1.7.0 — *Missões cumulativas.*
- 1.8.0 — *Regras gerais de precedência.*
- 1.8.1 — Precedência da República do Brasil.
- 1.8.2 — Precedência do Corpo diplomático.
- 1.8.3 — Precedência entre as Missões diplomáticas.
- 1.8.4 — Precedência entre os Chefes de Missão.
- 1.8.5 — Precedência dos membros de uma Missão diplomática.
- 1.8.6 — Lista Diplomática.
- 1.8.7 — Precedência do Corpo Consular.
- 1.8.8 — Precedência entre instituições de uma colônia de nacionais no exterior.
- 1.8.9 — Equivalência de cargos civis e militares.
- 1.8.10 — Precedências especiais: Senhoras viúvas e desquitadas; maridos de funcionárias diplomáticas.
- 1.8.11 — Precedência «de cortesia».

- 1.8.12 — Conflitos entre as precedências oficial e de cortesia.
 1.8.13 — Precedência em mesas de conferências.

1.9.0 — Usos diplomáticos.

- 1.9.1 — Importância dos detalhes protocolares.
 1.9.2 — Modelos de convites.
 1.9.3 — Respostas a convites.
 1.9.4 — Agradecimentos a convites.
 1.9.5 — Envio de flores.
 1.9.6 — Sobrescritos de envelopes.
 1.9.7 — Vestuário.
 1.9.8 — Diferentes tipos de mesas de jantar e respectivas cabeceiras.
 1.9.9 — Planos de mesa.
 1.9.10 — Pontualidade.
 1.9.11 — Cartões de visita.
 1.9.12 — Bandeiras.
 1.9.13 — Pronunciamento de alocações.
 1.9.14 — Filas de recebimento em recepções.
 1.9.15 — Cortejo para salas de refeições.
 1.9.16 — Cortejo de automóveis.
 1.9.17 — Obrigações das mulheres dos diplomatas.

1.10.0 — Atividades sociais em uma Missão diplomática.

- 1.10.1 — Almoços, jantares e recepções usuais.
 1.10.2 — Recebimento do Presidente da República do Brasil.
 1.10.3 — Recebimento do Ministro das Relações Exteriores.
 1.10.4 — Recebimento de Chefe de Estado estrangeiro.
 1.10.5 — Recebimento de Príncipe ou Cardeal.
 1.10.6 — Recebimento de tripulação de navio de guerra ou navio-escola brasileiro.

1.11.0 — Visitas oficiais.

- 1.11.1 — Organização da visita. Providências práticas.
 1.11.2 — Visita de Chefe de Estado estrangeiro.
 1.11.3 — Visita de Chefe de Governo estrangeiro.
 1.11.4 — Visita de Ministro de Estado estrangeiro.
 1.11.5 — Visita de outras personalidades.

- 1.11.6 — Visita em caráter privado de personalidades estrangeiras.

1.12.0 — Festas nacionais.

- 1.12.1 — Comemorações em uma Missão diplomática.
 1.12.2 — Cortesias de Governo a Governo.

1.13.0 — Luto oficial ou calamidades públicas.

- 1.13.1 — Decretação de luto oficial.
 1.13.2 — Cortesias: assinatura de livro, telegramas.
 1.13.3 — Cerimônias religiosas.

1.14.0 — Condecorações e medalhas

- 1.14.1 — Principais ordens honoríficas brasileiras e estrangeiras.
 1.14.2 — Concessão e aceitação de condecorações.
 Regulamentos.
 1.14.3 — Uso de condecorações.

1.15.0 — Privilégios e imunidades.

- 1.15.1 — Convenção de Viena sobre relações diplomáticas.
 1.15.2 — Inviolabilidade.
 1.15.3 — Imunidade de jurisdição.
 1.15.4 — Isenção de impostos e taxas.
 1.15.5 — Isenção de obrigações de caráter público.
 1.15.6 — Renúncia de imunidades.
 1.15.7 — Privilégios aduaneiros.
 1.15.8 — Privilégios dos familiares.
 1.15.9 — Privilégios relativos ao automóvel.
 1.15.10 — Lisura na utilização de privilégios.

PRÁTICA DIPLOMÁTICA II

OS SETORES POLÍTICO, ECONÔMICO E CULTURAL DE UMA EMBAXADA

(Programa analítico)

2.1.0 — As funções de observar e informar.

2.1.1 — A coleta de informações:

- i — imprensa
 ii — autoridades
 iii — Corpo Diplomático
 iv — meios locais

2.1.2 — A avaliação e seleção das informações.

2.1.3 — A concatenação das informações:

- i — fichário de personalidades
- ii — fichário de assuntos

2.1.4 — A transmissão das informações:

i — meios:

- telegrama
- CT
- ofício
- relatório mensal
- ii — linguagem

2.1.5 — Troca de informações entre as Missões diplomáticas brasileiras.

2.2.1 — A divulgação do país.

2.2.1 — A divulgação política:

- i — imprensa
- ii — autoridades
- iii — meios locais

2.2.2 — A divulgação cultural:

- i — imprensa
- ii — estabelecimentos de ensino:

- primário
- secundário
- universitário

iii — meios culturais

iv — organização de atividades culturais:

- exposições
- conferências
- concertos

v — elaboração de publicações

vi — cinema

vii — uso da televisão

2.2.3 — A divulgação econômica:

- i — imprensa
- ii — autoridades
- iii — câmaras e associações empresariais
- iv — sindicatos

2.3.0 — A negociação.

2.3.1 — A gestão diplomática:

- i — meio:
 - verbal
 - *memorandum*
 - nota

ii — processo e apoio

2.3.2 — A negociação de acordos:

- i — preparação
- ii — projeto de acordo
- iii — processo de negociação
- iv — redação final
- v — processamento dos documentos

2.4.0 — A proteção de interesses.

2.4.1 — A proteção dos interesses nacionais.

2.4.2 — A proteção de brasileiros.

2.4.3 — A proteção de interesses de terceiro país:

- i — recebimento, transmissão e aceitação do pedido
- ii — guarda dos arquivos e dos bens
- iii — intercessão política
- iv — proteção dos nacionais
- ii — guarda dos arquivos e dos bens

2.4.4 — A proteção de interesse por terceiro país.

2.4.5 — O protesto e a reclamação diplomática.

2.5.0 — O asilo diplomático.

- i — pedido de asilo
- ii — interrogatório e obtenção de informações
- iii — concessão do asilo
- iv — comportamento do asilado
- v — obtenção do salvo-conduto
- vi — partida do asilado

2.6.0 — A interrupção e o reatamento de relações diplomáticas

2.7.0 — A coordenação das Repartições consulares e de outros órgãos do Governo brasileiro.

2.8.0 — Relações com o Ministério das Relações Exteriores e outras autoridades locais.

2.9.0 — Relações com a Imprensa.

PRÁTICA CONSULAR

- 1.0 — O Serviço Consular.
 - 1.1 — O Serviço Consular Brasileiro:
 - 1.1.1 — Consulados de carreira.
 - 1.1.2 — Serviço Consular nas Missões Diplomáticas.
 - 1.1.3 — Consulados Privativos.
 - 1.1.4 — Consulados Honorários.
 - 1.2 — Corpo Consular:
 - 1.2.1 — Características locais. Decanato. Reuniões.
 - 1.2.2 — Relações entre os membros do Corpo Consular.
- 2.0 — Os Cônsules.
 - 2.1 — Carta-Patente.
 - 2.2 — Reconhecimento provisório.
 - 2.3 — Exequatur.
 - 2.4 — Privilégios e imunidades.
 - 2.5 — Chegada ao posto. Providências e visitas.
 - 2.6 — Relações com as autoridades locais.
 - 2.7 — Relações com a Missão Diplomática e demais Repartições brasileiras.
 - 2.8 — Passagem de direção (características particulares das Repartições consulares).
- 3.0 — Contrôlo consular.
 - 3.1 — Legalização de faturas comerciais.
 - 3.2 — Licenças ou guias de importação.
 - 3.3 — Legalização de listas de bens e importação de automóveis.
 - 3.4 — O Cônsul Capitão-do-Pôrto. Atribuições. Mudança de bandeira.
- 4.0 — Atos notariais e do Registro Civil.
 - 4.1 — Registro de nascimento. Casamento. Óbito.
 - 4.2 — Procurações. Reconhecimento de firmas. Contratos.
 - 4.3 — Testamento e inventário.

5.0 — Proteção de interesses de brasileiros.

- 5.1 — Matrícula e expedição de título de nacionalidade.
 - 5.2 — Auxílio e Repatriação.
 - 5.3 — Serviço Militar.
 - 5.4 — Reclamações de dividas.
- 6.0 — Passaportes.
- 6.1 — Passaportes brasileiros. Expedição e prorrogação.
 - 6.2 — Passaportes estrangeiros. Vistos.
- 7.0 — Renda Consular.
- 7.1 — Emolumentos consulares. Isenções.
 - 7.2 — Estampilhas. Escrituração. Conta bancária especial. Recolhimento à Delegacia do Tesouro.

PROMOÇÃO COMERCIAL

- 1.0 — O sistema de promoção comercial.
 - 1.1 — O comércio exterior e a promoção comercial.
 - 1.2 — O Ministério das Relações Exteriores e a Promoção Comercial: o que promover, como promover, onde promover.
 - 1.3 — A função da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, da rede consular e das Missões diplomáticas.
 - 1.4 — A Comissão Coordenadora de Promoção Comercial. Órgãos componentes. Atribuições.
 - 1.5 — A Secretaria Geral Adjunta para a Promoção Comercial.
 - 1.6 — O papel da CACEX.
 - 1.7 — A COLESTE.
- 2.0 — A promoção comercial na Secretaria de Estado.
 - 2.1 — Coordenação dos Setores de Promoção Comercial no Exterior.
 - 2.2 — Planejamento e organização da participação brasileira em feiras e exposições internacionais.
 - 2.3 — A programação da promoção comercial.
 - 2.4 — A divulgação no Brasil dos resultados obtidos como meio de formação de uma mentalidade de exportação.
 - 2.5 — A organização de viagens de homens de Governo e de exportadores brasileiros a mercados potenciais.

3.0 — O papel da CACEX na promoção comercial.

- 3.1 — Assistência ao exportador já existente.
- 3.2 — Divulgação no Brasil de oportunidades comerciais.
- 3.3 — Assistência ao exportador potencial.
- 3.4 — Documentação e publicações.

4.0 — Os setores de promoção comercial no exterior.

- 4.1 — Infra-estrutura dos Setores.
- 4.2 — Contactos com o importador estrangeiro.
- 4.3 — Estudos de mercado.
- 4.4 — Assistência ao exportador brasileiro.
- 4.5 — Divulgação no exterior de oportunidades comerciais. Concorrências públicas.
- 4.6 — Participação em feiras e exposições internacionais.
- 4.7 — Organização de viagens de importadores estrangeiros ao Brasil.

CONCURSO PARA A CARREIRA DE OFICIAL
DE CHANCELARIA

PROVAS BÁSICAS

PORTUGUÊS

A prova de Português constará de duas partes:

- a) redação de ofício ou memorando;
- b) resolução de questões objetivas dentro do seguinte programa:

1. Ortografia oficial. Regras gerais de acentuação gráfica. Pontuação.
2. Formação das palavras. Derivação e composição.
3. Classificação das palavras. Flexões. Vozes verbais.
4. Concordância nominal e verbal; casos gerais e particulares.
5. Regência verbal e nominal. Crase.
6. Colocação dos pronomes oblíquos átonos.
7. Oração, sujeito, predicado e predicativo. Predicação verbal. Vocativo. Classificação das orações.
8. Significado das palavras: antônimo, sinônimo, sentido figurado.

FRANCÊS E INGLÊS

A prova de Francês e Inglês consistirá na tradução, sem auxílio de dicionário, de:

- a) texto em francês corrente, com cerca de 300 palavras;
- b) texto em inglês corrente, com cerca de 300 palavras.

DATILOGRAFIA

A prova de Datalografia consistirá em cópia de texto corrido, datilografado ou impresso, no espaço de 10 (dez) minutos, à base mínima de 100 batidas líquidas por minuto. A cada erro corresponderá um desconto de 10 batidas.

PROVAS COMPLEMENTARES DE CLASSIFICAÇÃO

NOÇÕES DE GEOGRAFIA GERAL E DE HISTÓRIA DO BRASIL

Esta prova consistirá em questões objetivas sobre a matéria — em nível colegial — contida nos programas abaixo:

GEOGRAFIA GERAL

1. *A Anglo-América*: Estados Unidos e Canadá. População: áreas de maior densidade demográfica. Cidades principais. Recursos minerais. Produção agrícola e industrial. Principais exportações. Divisão política.
2. *A América Latina*: População: áreas de maior densidade demográfica. Cidades principais. Recursos minerais. Produção agrícola e industrial. Principais exportações. Divisão política.
3. *A Europa*: População: áreas de maior densidade demográfica. Cidades principais. Recursos minerais. Produção agrícola e industrial. Principais exportações. Divisão política.
4. *A Ásia e a Oceania*: População: áreas de maior densidade demográfica. Cidades principais. Recursos minerais. Produção agrícola e industrial. Principais exportações. Divisão política.
5. *A África*: População: áreas de maior densidade demográfica. Cidades principais. Recursos minerais. Produção agrícola e industrial. Principais exportações. Divisão política.

Observações: O objetivo da prova é aferir conhecimentos globais sobre cada uma das cinco grandes regiões indicadas no programa, não se pretendendo medir conhecimentos específicos de cada país, isoladamente.

Bibliografia:

Aroldo de Azevedo — Os Continentes
Renato Stempniewski e Eli Piccolo — Geografia Geral.

HISTÓRIA DO BRASIL

A República

1. *A política brasileira de 1889 a 1930*. A proclamação da República e o Governo Provisório; A Constituição de 1891 e o regime federativo. Floriano Peixoto e a consolidação da República. Campos Sales e a política dos governadores. O Barão do Rio-Branco e a política exterior do Brasil; questões de fronteiras. O Brasil na primeira Guerra Mundial e na Sociedade das Nações.

2. *A economia brasileira de 1889 a 1930*. O encilhamento, o café e a borracha. A imigração estrangeira. O início da industrialização.

3. *A política brasileira de 1930 a 1950*. A Revolução de 1930 e o Governo Provisório. A Revolução de 1932 e a Constituição de 1934. A Constituição de 1937 e o Estado Novo. A redemocratização e a Constituição de 1946. O Brasil na Segunda Guerra Mundial; sua participação nas Nações Unidas (ONU) e na Organização dos Estados Americanos (OEA).
4. *A economia brasileira de 1930 a 1950*. A política econômica e financeira. A legislação trabalhista. A industrialização e o desenvolvimento urbano.

Bibliografia:

Armando Souto Maior — História do Brasil (para o curso colegial)
Vicente Tapajós — História do Brasil.

TAQUIGRAFIA

Esta prova consistirá de:

- a) apanhamento taquigráfico, durante 10 (dez) minutos, ditado feito à velocidade crescente de 75 a 95 palavras por minuto;
- b) decifração à máquina das notas taquigráficas (em duas horas).

No julgamento da prova serão levadas em conta a fidelidade da decifração e a correção da linguagem.

1. 147 a 148.

ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA

ARQUIVOLOGIA

1. Classificação dos diversos tipos de correspondência oficial.
2. Arquivos horizontais e arquivos verticais. Vantagens, preferências e aplicações.
3. Sistemas de arquivamento: direto, semi-direto e indireto.
4. Métodos numéricos de arquivamento. Decimal e Duplex. Vantagens da elaboração de classificadores ou códigos.
5. O sistema de classificação decimal de Dewey.
6. Métodos alfabético-numéricos de arquivamento: automático, numeral-faroneo e soundex.
7. Métodos alfabéticos de arquivamento: mneumônico, geográfico, topográfico e variedades.

8. Métodos imediatos (follow up).

9. Fichários: cronológico, didascálico, geográfico, onomástico, sistemático, topográfico e de seguimento ou lembretes. Técnica dos lançamentos em fichas. Preenchimento de fichas, fornecidos os dados.

Bibliografia:

- Arquivo Nacional* — Manual de Arquivos (por T. R. Schellenberg)
Alvaro Tavares — Manual Prático e Teórico do Arquivo vista.

BIBLIOTECONOMIA

1. *Serviço de Biblioteca*: Marcha do livro dentro da Biblioteca. Arrumação dos livros; principais normas a observar. Coleção. Duplicatas. Baixas. Permutas. Serviço de empréstimo.
 2. *Classificação*: Principais sistemas de classificação: decimal de Dewey e decimal universal — CDU. Enquadramento.
 3. *Catálogo*: Definição e função. Código de catalogação usado nas Bibliotecas brasileiras: «Normas para catalogação de impressos» (Biblioteca Apostólica Vaticana). Tipos de catálogos. Arrumação dos catálogos.
 4. *Bibliografia e Referência*: Trabalhos de referência, sua finalidade e posição na Biblioteca. Principais enciclopédias e dicionários em língua portuguesa. Atlas, anuários e estatísticas.
- Observação*: Para efeito de enquadramento, constará da prova uma relação de 50 obras juntamente com uma lista de especificações.

Bibliografia:

- Wanda Ferraz* — A Biblioteca
Heloísa Almeida Prado — Como se organiza uma Biblioteca.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONTABILIDADE PÚBLICA

Esta prova constará da resolução de questões objetivas sobre assunto do seguinte programa:

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Governo e Administração. Administração geral e administração específica.

2. Organização da Administração Pública Federal. Presidência da República, órgãos subordinados à Presidência da República. Ministérios. Departamento Administrativo do Pessoal Civil: organização e atribuições.
3. Sistema de Orçamento: elaboração, execução e controle. Programação financeira e orçamento-programa.
4. Sistema de Pessoal: funcionamento e órgãos que participam do Sistema do Pessoal.
5. Sistema de Material; funcionamento e órgãos que participam do Sistema do Material.
6. Normas relativas a licitações para compras, obras, serviços e alienações.

Observação: Esta parte da prova visa principalmente a aferir o conhecimento das disposições do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, em especial dos Títulos II, III e XII.

CONTABILIDADE PÚBLICA

1. *Noções de Contabilidade*. Patrimônio: ativo, passivo e situação líquida; o patrimônio das empresas e o patrimônio das instituições. Custo, ingressos e réditos; receita e despesa. Subveniências e insubsistências. Contas: conceito; contas integrais e contas diferenciais, contas estáveis e instáveis; contas de compensação. Digrafia ou método das partidas dobradas; fórmulas. Escrituração cronológica e sistemática de operações necessárias ao funcionamento de empresas e instituições. Balancetes. Inventário. Balanços e apuração de resultados.
2. *Normas de contabilidade e administração financeira*: Organização contábil da Fazenda Pública Federal: órgãos de execução e órgãos de controle; a sistemática imposta pela Reforma Administrativa. Plano de contas: sistemática e disposições sobre sua elaboração; escrituração financeira e patrimonial; acompanhamento da execução orçamentária. Tomadas de contas. Prestações de contas.

Observação: Esta segunda parte da prova objetiva aferir conhecimentos básicos do sistema de contabilidade e de administração financeira da Fazenda Pública Federal. Será exigida, principalmente, a matéria específica da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967 (Capítulo V e Capítulo VI, Seções VI e VII), da Lei nº 4.320, de 16 de março de 1964, e do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 (Títulos III, V, X e XIII).

Será permitida a consulta, durante a execução da prova, aos textos legais citados, desde que não comentados.

IDIOMA ESTRANGEIRO

A prova de idioma estrangeiro (Espanhol, Alemão ou Russo) consistirá de três partes:

- versão de um texto em português corrente, com extensão aproximada de 300 palavras;
- tradução de um texto no idioma estrangeiro, com a extensão de 400 palavras;
- exame oral — com duração de 10 minutos — constante de:
 - leitura e tradução de texto em idioma estrangeiro e
 - conversação no idioma estrangeiro, sobre o tema do texto traduzido.

MODELO DAS PROVAS BÁSICAS

PORTUGUÊS

Duração: 3 horas
Valor: Questões objetivas: 50
Redação: 50

1ª Parte — Questões Objetivas

- Acentue, quando necessário, as palavras abaixo:

cedo (advérbio)	perdoa
interim	recem
rubrica	ibero
novel	apoio (substantivo)
fluido	caiu
- Complete as palavras abaixo, usando, conforme o caso, *c, i, o, u, g, j, ç, c, ch, s, ss, sc, sç, x, xc, z*:

tab-leta	e-pontâneo
ma-estade	fle-a
d-storcido	su-itar
ti-ela	ab-esso
mi-to	fa-ina

- Assinale o único exemplo em que há erro no emprego de *a* (ou *as*) ou de *à* (ou *às*):
 - () Dormir à sexta.
 - () Esperei-os até às seis horas.
 - () O jovem vivia a expensas dos pais.
 - () O Ministro apresentou o relatório a Sua Santidade.
 - () Continuou a escrever, não obstante as críticas.

- Anteponha aos substantivos abaixo o artigo indefinido adequado:
 - milhar
 - análise
 - hipérbole
 - champanha
 - anátema

- Mude da voz ativa para a passiva ou *vice-versa* todos os verbos grifados nas frases abaixo, mantendo-se, obrigatoriamente, no mesmo modo e tempo.
 - Os alunos que me recomendastes obtiveram as melhores classificações no concurso.

- Serão nomeados, imediatamente, pelo órgão competente, os candidatos que o Instituto *houver habilitado* nos concursos.

3 — Se se criarem novos cargos de Escriturário, o Diretor te proporá como contratado a um dêles.

-

6. Assinale com um x dentro do parêntese o exemplo em que há erro na forma verbal:

- a) () As novas oportunidades só aparecerão quando se refizerem os estatutos.
 b) () Os policiais esforçam-se para que não se consumam tais crimes.
 c) () Os faltosos haverão de se haver com a lei.
 d) () Precavei-vos contra as possíveis injustiças.
 e) () O jovem reouve todos os objetos que considerava perdidos.

7. Complete com os verbos dados, nos tempos simples convenientes:

1. Daquela transação-lhe hoje, para espanto de todos, inúmeras vantagens. (admir)

2. Assim que nos o negócio, dir-lhes-emos com franqueza que não nos interessa. (propor)

3. Se a vossa decisão, muito vos agradeceremos. (rever)

4. Só ontem foi que o diretor em aceitar a nossa sugestão. (convir)

5. Nas horas difíceis de nossa vida, sempre a nossa calma ! (manter)

8. Complete o trecho abaixo com a pontuação necessária:

De súbito porém ondula um frêmito sulcando num estremeção repentino aqueles centenares de dorsos luzidios. Há uma parada instantânea. Entrebatem-se enredam-se trançam-se e alteiam-se misgando vivamente o espaço e inclinam-se e embaralham-se milhares de chifres. Vibra uma trepidação no solo e a boiada estoura...

(Euclides da Cunha)

9. Assinale com um x dentro do parêntese o exemplo em que há erro de concordância verbal:

- a) () Poderá haver muitas soluções.
 b) () Tem de haver muitas soluções.
 c) () Há de haver muitas soluções.
 d) () Há de existir muitas soluções.
 e) () Têm de existir muitas soluções.

10. Realize a concordância do verbo entre parênteses sempre no tempo presente do modo indicativo e na 3ª pessoa:

1 — Duas semanas já fazer que não vou ao cinema. (dever)

2 — Já que por bem indicar o meu nome para o cargo, muito vos agradeço. (haver)

3 — Há dez anos, pelo Natal, que estive no Norte. (fazer + os)

4 — Julho que aquilo apenas idéias apaixonadas de um adolescente. (ser)

5 — Entre os candidatos muitos papéis, aos quais por isso amplas possibilidades de progresso e desenvolvimento. (encontrar-se) (oferecer-se)

6 — Cêrca de mil economistas num artigo sensacional, uma grande crise. (prever)

7 — Quem agora os representantes da Associação dos Servidores ? (ser)

8 — Luxo, riquezas e prazeres, tudo (ser) da terra e para a terra (voltar)

11. Complete as frases abaixo com os *pronomes* *que*, *quem*, *o* *cujo*, fazendo-os preceder, quando necessário, das preposições cabíveis e usando a flexão adequada:

1. Até agora não nos foi possível justificar as razões sacrificaram tantos inocentes.
2. Felizmente, o médico o aconselharam lhe restituiu a saúde.
3. Era procedente o despacho de terminações acedemos.
4. Foram absolvidos os funcionários recaíam as mais infundadas acusações.
5. Agradecemos a todos assistência e orientação nada teríamos realizado.

12. Assinale o único exemplo em que é correto substituir o pronome o pelo pronome *lhe*:

- a) ☐ Sentimo-lo chegar.
b) ☐ Deixei-o ouvir os cânticos.
c) ☐ Fizemo-lo sair às pressas.
d) ☐ Mandamo-lo falar aos vizinhos.
e) ☐ Ouviram-no queixar-se da vida.

13. Assinale o único exemplo em que há erro de colocação de pronome átono:

- a) ☐ Eu não lhe quero escrever.
b) ☐ Eu não quero escrever-lhe.
c) ☐ Eu lhe não quero escrever.
d) ☐ Eu já tinha-lhe escrito.
e) ☐ Eu lhe tinha escrito.

14. Assinale o único exemplo em que se cometeu um erro ao se substituir o substantivo complemento verbal por um pronome pessoal:

- a) ☐ Informamos às partes / Informamos-lhes.
b) ☐ Viram os alunos / Viram-nos.
c) ☐ Assistimos ao filme / Assistimos-lhe.
d) ☐ Pagar as dívidas / Pagá-las.
e) ☐ Pagar ao armazém / Pagar-lhe.

15. Complete a conjugação dos tempos *verbais* e escreva nas linhas
cheias os respectivos *infinitivos*:

[illegible]

16. Complete as frases abaixo com os verbos dados, no *infinitivo flexionado* ou não *flexionado*, conforme as conveniências de clareza e correção de linguagem:

1. É muito recomendável (*dedicar-se*) ao estudo da proposta os responsáveis pela sua execução.
2. Talvez por isso é fácil aos objetos a (*trocar-se*), numa confusão estonteante.
3. Ainda não se podem, contudo, (*averiguar*) as denúncias apresentadas.
4. Nunca se pôde saber donde saíra aquela criança; como chegara até o terreiro sem (*dar*) por ela.

17. As frases abaixo estão redigidas de maneira obscura, pres-tando-se, por isso, a mais de uma interpretação. Sem alterar a estrutura dos textos, escolha uma das interpretações e faça a modificação que elimine a causa da obscuridade:

1. Paulo perguntou a Maria se a sua palavra não valia nada.
.....
2. Era ainda jovem a dona do sítio que conhecemos ontem.
.....

18. Nas frases abaixo, substitua o tratamento usado pelo *de-Vossa Senhoria*.

- a) Não te atendas à letra da lei.
.....
- b) Cumprir os teus deveres.
.....
- c) Não proponhas coisas inexequíveis.
.....
- d) Sugere esta idéia ao Presidente.
.....
- e) Não te desavenhas contigo.
.....

19. Numere convenientemente os parênteses da coluna A de acôrdo com a relação contida na coluna B, tendo em vista a classe da palavra sublinhada:

Coluna A

- a) () Há três anos que não o via.
- b) () Que estou triste não crês?
- c) () Que belo dia!
- d) () Tens muito que fazer?
- e) () Era feio que metia medo.

Coluna B

- 1 — pronome interrogativo
- 2 — pronome relativo
- 3 — conjunção integrante
- 4 — conjunção temporal
- 5 — conjunção consecutiva
- 6 — advérbio de intensidade
- 7 — interjeição
- 8 — conjunção conclusiva
- 9 — adjetivo
- 10 — palavra denotativa de dúvida

20. Numere convenientemente os parênteses da coluna A de acôrdo com a relação contida na coluna B, tendo em vista a classe da palavra sublinhada:

Coluna A

- a) () Mais amor e menos confiança.
- b) () Hoje à noite não sairei mais de casa.
- c) () Os convidados não estariam sós.
- d) () Continua sendo o mais estudioso.
- e) () Sabia quando c mais e o que eram advérbios.

Coluna B

- 1 — substantivo
- 2 — adjetivo
- 3 — pronome indefinido
- 4 — advérbio de intensidade
- 5 — advérbio de tempo
- 6 — numeral
- 7 — advérbio de modo
- 8 — preposição
- 9 — conjunção adversativa
- 10 — conjunção aditiva

21. Preencha os parênteses abaixo, de acôrdo com a função sintática exercida pelas expressões numeradas no seguinte trecho. Dada uma das respostas, a título de exemplificação.

«De súbito solta ¹ *el-rei* um grito e recolhe-se para dentro da ² tribuna. O velho aparava a *peito descoberto* a marrada do touro, e quase todos ajoelharam para rezarem ³ *por alma* do último marquês de Marialva. A *afitiva* pausa apenas durou ⁴ *momentos*. Por entre as névoas, de *que* a pupila trêmula se embaciava, viu-se o ⁵ *homem* crescer para a fera, a espada fuzilar nos ares e logo após ⁶ *sumir-se* até aos copos entre a nuca do animal. Um bramido, que

atroou o circo, e o baque do corpo agigantado na arena encerraram o extremo ato do funesto drama».

- a) () sujeito
- b) () objeto direto
- c) () objeto indireto
- d) () adjunto adnominal
- e) () adjunto adverbial
- f) (5) agente da passiva
- g) () predicativo

22. Numere convenientemente os parênteses da coluna A de acôrdo com a coluna B, sempre que haja correspondência com a significação dos elementos dados:

Coluna A

- () — hemistiquio () — metátese
- () — hipótese () — apócrifo
- () — parataxe () — periélio
- () — euforia () — endógeno
- () — hemácia () — sintonia

Coluna B

- 1. ab 4. semi
- 2. bene 5. circum
- 3. trans

23. Numere convenientemente os parênteses da coluna A de acôrdo com a relação contida na coluna B, tendo em vista os processos de formação de palavras:

Coluna A

- a) () embarque
- b) () descobrimento
- c) () pernalta
- d) () girassol
- e) () entreter

Coluna B

- 1 — derivação prefixal
- 2 — derivação sufixal
- 3 — composição por justaposição
- 4 — composição por aglutinação
- 5 — derivação regressiva
- 6 — parassíntese (formação com prefixo e sufixo concomitantemente)
- 7 — derivação imprópria

24. Dê, nas linhas abaixo, um sinônimo de cada uma das palavras sublinhadas:

1. «Em toda polêmica êle se coloca insuladamente numa posição antipática, assumindo atitudes antagônicas.

2. Chegavam ao adro da nave os convivas do paço imperial.

3. Com o corpo lasso e o espírito alquebrado, o ancião recordava o passado pleno de lutas incruentas e inglórias, em busca das verdes esmeraldas.

25. Substitua as palavras sublinhadas por sinônimos, escrevendo-os na coluna à direita de cada expressão:

- Hábitos canhestros
- Atitude extática
- Cessão territorial
- Lutadores indefessos
- Professor insipiente

2ª Parte — Redação

Redija ofício ao Reitor da Universidade de Brasília em que se manifeste o interesse e se justifique a necessidade de o Ministério das Relações Exteriores firmar convênio com essa entidade, objetivando aperfeiçoar, no campos de administração, linguas estrangeiras e economia, os Oficiais de Chancelaria selecionados no presente concurso.

(extensão: 25 a 30 linhas)

Observações:

1. O rascunho deve ser feito na folha de papel almaço fornecida à parte, a qual será rasgada ao final da prova, à vista do fiscal.
2. A folha de papel almaço grampeada com a prova deve ser usada para passar a limpo e não pode ser destacada.
3. Não assine nem ponha qualquer sinal na redação. O desrespeito a esta advertência determinará a anulação da prova.

Modelo do ofício

Rio de Janeiro, em de de 1970.
Senhor Reitor,

(25 a 30 linhas)

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha perfeita estima e distinta consideração.

a) Diretor do Instituto Rio-Branco.

FRANCÊS E INGLÊS

I — FRANCÊS

Traduza para o Português o trecho abaixo:

L'enrichissement du travail est lié au nom d'un professeur de psychologie, Frederik Hersberg, qui s'est attaqué aux motivations de l'homme dans son travail. Il distingue les motivations négatives et les positives.

La seule motivation négative qui soit déterminante est l'argent. L'argent conduit les hommes et les femmes à chercher un emploi et à le garder. Mais dans la majorité des cas, le travail en lui-

même ne suscite pas une adhésion des intéressés. Ce qui compte, ce n'est pas la besogne accomplie, c'est ce que la rémunération reçue en échange permet de se procurer en dehors des heures de travail.

Les seules motivations positives sont la réalisation de la personnalité du travailleur, la prise de conscience par la direction de cette réalisation, la responsabilité accrue qui lui est donnée en fonction de ses performances, la possibilité de s'enrichir intellectuellement, les chances de promotion.

Ces réflexions seraient restées théoriques si l'industrie ne se trouvait devant un problème redoutable. Le nouveau «mal du siècle» ne se traduit pas seulement par des grèves sauvages, des manifestations, des explosions, c'est à dire en dehors des entreprises. Il s'inscrit dans le travail même par une part impressionnante de pièces défectueuses, par un taux exceptionnel d'absences, par l'instabilité du personnel de toutes catégories.

Les entreprises viennent de prendre conscience d'un paradoxe: le travailleur ne cesse d'être valorisé, et par son niveau d'éducation et par son salaire; dans le même temps les tâches qu'on lui confie se dégradent sous l'effet d'une automatisation de plus en plus précoce. C'est là qu'intervient le Professeur Herzberg.

II — INGLÊS

Traduza para o Português o trecho abaixo

Brazil is the largest Latin American country in size and population. After winning its independence from Portugal, Brazil was ruled by emperors for many years. It was not until the late 1880's that the last emperor was forced out and a republic called the United States of Brazil was established. Brazil borders on every South American country except Chile and Ecuador. It stretches from the vast hot basin of the mighty Amazon River in the north to the cool grasslands of the south.

Brazil has a wealth of natural resources, with its fertile soil, plentiful rainfall, rushing rivers, dense tropical forests, and enormous mineral deposits. Manganese ore, used in hardening steel, is mined in large quantities for export to the United States. Brazil has vast stores of iron ore which it has only recently begun to develop. It also has the largest steel mill in South America. The coastal rivers have been harnessed to produce electric power, and manufacturing has become increasingly important. It has been said that Brazil can grow almost every crop known to man. Brazil is the world's biggest coffee producer, and its sugar crop is one of the largest in the world. Cotton and cacao are also important crops.

Brazil has several important cities. São Paulo is the leading industrial center. Everyone has heard of Rio de Janeiro, the most important port and for many years the capital of Brazil. Recently, a wholly new capital city, called Brasília, has been built hundreds of miles inland. Brazil hopes to open up its vast inland regions so that the people from overcrowded areas can make new homes and develop rich natural resources never before touched.

LEGISLAÇÃO

DECRETO Nº 66.217 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1970

Cria o Dia do Diplomata.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, resolve expedir o seguinte decreto:

Artigo único. Fica criado o Dia do Diplomata, a ser comemorado, anualmente, em 20 de abril, data de nascimento de José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio-Branco.

Brasília, 17 de fevereiro de 1970; 149ª da Independência e 82ª da República.

EMÍLIO G. MÉDICI.

Mário Gibson Barboza.

Publicado no *Diário Oficial* de 18 de fevereiro de 1970.

DECRETO Nº 66.218 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1970

Dispõe sobre o uso e a conservação do Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, resolve:

Art. 1º O Palácio Itamaraty, com todas as suas dependências, patrimônio da diplomacia brasileira e da cidade do Rio de Janeiro, não poderá ser, em caso algum, utilizado por órgãos ou serviços não dependentes diretamente do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 2º O Ministério das Relações Exteriores restaurará em sua dignidade histórica a antiga residência do Conde de Itamaraty, onde deverão funcionar tão-somente o Gabinete do Ministro de Estado e o do Secretário-Geral.

Art. 3º O Ministério das Relações Exteriores restaurará igualmente os prédios de interesse histórico que se construíram junto

Publicado no *Diário Oficial* de 18 de fevereiro de 1970.

à antiga casa do Conde de Itamaraty e está autorizado a demolir o que não possua significação especial para ampliação dos jardins do Palácio.

Parágrafo único. Nos prédios preservados ficarão instalados o Instituto Rio-Branco, a Mapoteca, o Arquivo Histórico, a Biblioteca, o Museu Histórico e Diplomático e, enquanto fôr necessário, a delegação do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, bem como qualquer outro serviço que o Ministro de Estado das Relações Exteriores julgue conveniente.

Brasília, 17 de fevereiro de 1970; 149ª da Independência e 82ª da República.

EMÍLIO G. MÉDICI.

Mário Gibson Barboza.

DECRETO Nº 66.260 — DE 25 DE FEVEREIRO DE 1970

Institui a Delegação do Ministério das Relações Exteriores no Estado da Guanabara e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 198 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no art. 1º da Lei nº 5.363, de 30 de novembro de 1967, decreta:

Art. 1º Fica instituída, a partir de 20 de abril de 1970, a Delegação do Ministério das Relações Exteriores no Estado da Guanabara (D.R.E.), como órgão integrante da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, sediada em Brasília.

Art. 2º A D.R.E. destina-se a representar temporariamente o Ministério das Relações Exteriores perante as Missões diplomáticas estrangeiras e representações de Organismos internacionais, bem como junto aos órgãos da Administração Federal ainda em funcionamento na Guanabara.

Art. 3º O Chefe da Delegação será indicado pelo Ministro de Estado e designado pelo Presidente da República, dentre os Ministros de Primeira e de Segunda Classe da Carreira de Diplomata.

Art. 4º A Delegação do Ministério das Relações Exteriores no Estado da Guanabara compreenderá os seguintes órgãos:

- I — Serviço de Política Exterior;
- II — Serviço de Administração;

Publicado no *Diário Oficial* de 25 de fevereiro de 1970.

- III — Serviço de Assuntos Consulares e Jurídicos;
- IV — Serviço de Assuntos Culturais;
- V — Museu Histórico e Diplomático.

Art. 5º Os Chefes de Serviço serão designados pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Art. 6º O Arquivo Histórico, a Biblioteca, a Mapoteca, a Seção de Publicações, o Depósito de Impressos e a Seção de Microfilmagem, da Divisão de Documentação, e o Museu Histórico e Diplomático permanecerão no Estado da Guanabara, sob a supervisão do Chefe da Delegação do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 7º O Instituto Rio-Branco e o Consultor Jurídico, que continuam subordinados diretamente ao Ministro de Estado, permanecerão sediados no Estado da Guanabara.

Art. 8º O Ministro de Estado das Relações Exteriores baixará as instruções necessárias à complementação deste Decreto.

Art. 9º As despesas com o funcionamento da Delegação da Guanabara correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 10. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de fevereiro de 1970; 149ª da Independência e 82ª da República.

EMÍLIO G. MÉDICI.

Mário Gibson Barboza.

PORTARIA Nº 284, DE 3 DE MARÇO DE 1970

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 43 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto nº 60.355, de 10 de março de 1967;

tendo em vista as funções especificamente inerentes ao exercício do cargo de Oficial de Chancelaria; e de conformidade com a expressa autorização no § 2º do art. 1º do Decreto nº 64.715, de 18 de junho de 1969,

Resolve baixar as seguintes normas:

Art. 1º O Instituto Rio-Branco realizará em maio de 1970, concurso público de provas para o provimento de cem (100) cargos

(Publicada no *Diário Oficial* de 10 de março de 1970).

da classe A da Série de classes de Oficial de Chancelaria, do Quadro de Pessoal (Parte Permanente — Serviço Exterior Brasileiro) do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 2º Só poderão ser aceitas as inscrições de candidatos que, além de satisfazerem os requisitos gerais para posse em cargo público, tenham idade mínima de 18 anos e máxima de 35, aplicando-se, quanto aos servidores públicos, o disposto no § 2º do art. 19 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.

Art. 3º O concurso compreenderá provas básicas; entrevista por banca oficial e exame de capacidade física e psíquica — tôdas eliminatórias — e provas de classificação.

Art. 4º As provas básicas serão em número de três, a saber:

- 1) Português;
- 2) Francês — Inglês; e
- 3) Datilografia.

Art. 5º Antes de prestarem a terceira prova básica, os candidatos serão submetidos a exames de capacidade física e psíquica e a uma rigorosa apuração acerca dos costumes e do conceito de cada candidato, realizados por bancas designadas pelo Diretor do Instituto Rio-Branco.

Art. 6º As provas de classificação serão em número de duas: uma de Noções de Geografia Geral e de História do Brasil e outra escolhida pelo candidato, dentre as seguintes:

- 1) Arquivologia e Biblioteconomia;
- 2) Taquigrafia;
- 3) Noções de Direito Administrativo e Contabilidade Pública; e
- 4) Idioma estrangeiro.

Art. 7º Dos exames de capacidade física e psíquica e da entrevista, previstos pelo art. 3º da presente Portaria, não caberá recurso.

Art. 8º Considerar-se-ão aprovados os candidatos que obtiverem a nota mínima de cinquenta (50) pontos em cada prova básica, a média global mínima de sessenta (60) pontos nas provas básicas e se habilitarem nos exames de capacidade física e psíquica e na entrevista.

Art. 9º Os candidatos aprovados serão nomeados de acordo com o número de vagas fixado nesta Portaria e a ordem de classificação final será estabelecida pela média ponderada da média arit-

mética das provas básicas e das notas das provas de classificação, atribuindo-se peso 2 (dois) à primeira e peso 1 (um) à segunda.

Art. 10. Os nomeados serão inicialmente lotados no Distrito Federal, por um prazo mínimo de três (3) anos.

Art. 11. O Diretor do Instituto Rio-Branco baixará instruções complementares, fixará os programas e publicará edital de abertura de inscrições para o concurso a que se refere esta Portaria.

Brasília, em 3 de março de 1970.

Mário Gibson Barboza.

CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE OFICIAL DE CHANCELARIA

EDITAL

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 30 de março ao dia 20 de maio de 1970, as inscrições para o concurso destinado ao provimento de cem (100) cargos da classe inicial da carreira de Oficial de Chancelaria do Serviço Exterior Brasileiro, do Ministério das Relações Exteriores.

O referido concurso se regulará pelo disposto na Portaria Ministerial nº 284, de 3 de março de 1970, e pelas Instruções e programas que acompanham o presente Edital. A primeira prova realizar-se-á em 30 de maio de 1970.

Rio de Janeiro, em 3 de março de 1970.

CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA DE DIPLOMATA EXAME VESTIBULAR

EDITAL

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 8 de setembro ao dia 30 de outubro de 1970, na sede do Instituto na Avenida Presidente Vargas nº 62, 4º andar, Rio de Janeiro, e no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, o qual obedecerá às instruções e aos programas aprovados pelas Portarias Ministeriais ns. 268 e 269, de 14 de janeiro de 1969 (*Diários Oficiais* de 17 e 28 de janeiro de 1969) e às Instruções que acompanham o presente Edital.

É fixado em 15 (quinze) o número de vagas no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata a serem providas pelos candidatos aprovados no Exame Vestibular, os quais serão aproveitados de acordo com a ordem de classificação.

Rio de Janeiro, em 3 de agosto de 1970.

CIRCULAR Nº 8.625

Aperfeiçoamento profissional no exterior

Tendo em vista melhor distribuição da verba própria e a necessidade de empenho antecipado das quantias a serem despendidas, prevalecerão doravante, além das diretrizes traçadas na Circular nº 6.681, de 26 de abril de 1967, os seguintes critérios para concessão de auxílio financeiro, mediante reembolso, a diplomatas que pretendam realizar cursos universitários no exterior nos campos de estudos mencionados na referida Circular e na Circular nº 7.065, de 17 de novembro de 1967:

- a) Antes de matricular-se em qualquer curso, o candidato a receber auxílio — preferentemente Segundo e Terceiro Secretário — deverá informar, através de expediente oficial, a quantia total que irá despendar no ano da matrícula, bem como o tempo de duração do curso;
- b) No caso de a despesa anual vir a ser superior a US\$ 500,00 (quinhentos dólares), o candidato a auxílio deverá justificar o pedido prévio com «*curriculum*» de estudos anteriores no campo escolhido;
- c) Somente depois de aprovado o pedido prévio, poderá o candidato solicitar o pagamento das despesas, contra a apresentação de comprovantes de matrícula.

Rio de Janeiro, em 24 de março de 1970.

PESSOAL

PESSOAL DO INSTITUTO RIO BRANCO DE 1945 A 1970

N O M E S	C A R G O	E X E R C Í C I O
DIRETORES		
Hildebrando Pompeu Pinto Accioly.....	Embaixador.....	28- 4-1945 a 13- 1-1947
Hélio Lôbo.....	Ministro.....	15- 1-1947 a 24- 4-1947
Lafayette de Carvalho e Silva.....	Embaixador.....	24- 4-1947 a 26- 1-1956
Antonio Camillo de Oliveira.....	Embaixador.....	28- 1-1956 a 21- 6-1966
Antonio Corrêa do Lago.....	Embaixador.....	21- 6-1966 a 17-11-1969
Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva.....	Embaixador.....	17-11-1969 a
COORDENADOR DE CURSOS		
Jorge Alberto de Seixas Corrêa.....	Ministro.....	15- 5-1969 a
CHIEFES DA SECRETARIA		
Labieno Salgado dos Santos.....	Ministro.....	1- 9-1945 a 3- 6-1946
Jacome Baggi de Berenguer César.....	Ministro.....	3- 6-1946 a 7- 1-1947
João Guimarães Rosa.....	Secretário.....	24- 1-1947 a 7- 8-1948
Vera Regina Amaral Sauer(*).....	Cônsul.....	1- 8-1947 a 31- 8-1947
Raul Bopp.....	Ministro.....	17- 9-1948 a 17-11-1951
Beata Vettori.....	Conselheiro.....	17-11-1951 a 30- 5-1953
Jayme de Azevedo Rodrigues.....	Conselheiro.....	30- 5-1953 a 11-11-1953
Antônio Corrêa do Lago.....	Ministro.....	11-11-1953 a 11-10-1954
Luiz Almeida Nogueira Porto.....	Cônsul.....	6-10-1954 a 26- 5-1955
Vera Regina Amaral Sauer.....	Ministro.....	26- 5-1955 a 22- 8-1962
Arnaldo Rigueira (*).....	Secretário.....	24- 9-1960 a 20-12-1960
Hélio Antônio Scarabótollo.....	Conselheiro.....	22- 8-1962 a 1- 8-1964
Arthur Pimenta Valente.....	Secretário.....	12- 8-1964 a 1- 4-1965
Isócrates de Oliveira.....	Secretário.....	25- 6-1965 a 1- 7-1966
Fernando Paulo Simas Magalhães.....	Ministro.....	1- 7-1966 a 23-12-1966
Othon do Amaral Henriques Filho.....	Conselheiro.....	28-12-1966 a 31- 5-1967
Oswaldo Barreto e Silva (*).....	Conselheiro.....	1- 6-1967 a 31- 7-1967
Othon do Amaral Henriques Filho.....	Conselheiro.....	1- 8-1967 a 12- 9-1969
Othon Guimarães.....	Conselheiro.....	12-9-1969 a
COORDENADOR DE CURSOS E DOS CICLOS DE CONFERÊNCIAS EM BRASÍLIA		
Arnaldo Rigueira.....	Conselheiro.....	24- 3-1970 a

(*) Em caráter interino.

CHEFES DA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

N O M E S	C A R G O	E X E R C Í C I O
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga..	Cônsul.....	12- 5-1948 a 18-11-1949
Ayrton Diniz (*).....	Cônsul.....	18-11-1949 a 23- 6-1950
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga..	Cônsul.....	23- 6-1950 a 9- 2-1951
Cláudio Garcia de Souza.....	Cônsul.....	9- 2-1951 a 26-5-1952
Luiz Benjamin de Almeida Cunha (*).....	Cônsul.....	2- 4-1951 a 28- 5-1951
Marcos Antônio de Salvo Coimbra (*).....	Cônsul.....	28- 5-1951 a 27- 3-1953
Manoel Maria Fernandes Alcázar.....	Cônsul.....	8- 6-1953 a 7- 4-1954
Osires Carneiro Leão (*).....	Aux. Administrativo...	11-1-1954 a 10- 5-1954
José Maria Vilar de Queiroz.....	Cônsul.....	7- 4-1954 a 10- 1-1955
Martha Freire Pereira Pinto.....	Escriturário.....	13- 1-1955 a 20- 1-1959
Arnaldo Rigueira.....	Secretário.....	21- 1-1959 a 8- 3-1961
Naura Teixeira Lopes da Cruz.....	Oficial Chancelaria...	23- 3-1961 a

CHEFES DA SEÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA

Alvaro Moitinho Neiva (*).....	Técnico de Educação..	19- 5-1948 a 31-12-1949
Marina de Barros Vasconcelos (*).....	Professora.....	9-10-1951 a 13- 1-1955
Rachel Biasotto Mano.....	Professora.....	13- 1-1955 a 1- 4-1965
Ilhah de Figueiredo Lobo.....	Professora.....	1- 4-1965 a 20- 8-1968
Martha Freire Pereira Pinto.....	Oficial de Chancelaria.	1- 3-1969 a

CHEFES DA SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

José Honório Rodrigues.....	Professor.....	2- 9-1948 a 24- 7-1950
Raul José de Sá Barbosa.....	Cônsul.....	21- 8-1950 a 26- 5-1951
Luiz Benjamin de Almeida Cunha (*).....	Cônsul.....	11- 6-1951 a 24- 9-1951
Cláudio Garcia de Souza (*).....	Cônsul.....	24- 9-1951 a 19- 1-1952
Flávio Garcia de Souza.....	Auxiliar.....	19- 1-1952 a 7- 1-1955
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo.....	Oficial de Chancelaria.	7- 1-1955 a

SECRETÁRIOS DO DIRETOR

Mello Moreira de Mello.....	Cônsul.....	22- 5-1946 a 3-12-1946
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga..	Cônsul.....	23-12-1946 a 12- 5-1948
Vera Regina Amaral Sauer (*).....	Cônsul.....	1- 8-1947 a 31- 1-1948
Ayrton Diniz.....	Cônsul.....	12- 5-1948 a 23- 6-1950
Luiz Benjamin de Almeida Cunha.....	Cônsul.....	13- 2-1951 a 24- 9-1951
Cláudio Garcia de Souza (*).....	Cônsul.....	24- 9-1951 a 5-10-1951
Marcos Antônio de Salvo Coimbra.....	Cônsul.....	5-10-1951 a 27- 3-1953
Manoel Maria Fernandes Alcázar.....	Cônsul.....	8- 7-1953 a 7- 4-1954
José Maria Vilar de Queiroz.....	Cônsul.....	7- 4-1954 a 25- 1-1955
Elza Gomes (*).....	Aux. Administrativo...	9- 2-1956 a 15- 5-1957
Naura Teixeira Lopes da Cruz.....	Escriturário.....	16- 5-1957 a 24- 3-1961
Martha Freire Pereira Pinto.....	Oficial de Chancelaria	25- 3-1961 a
Lucy Soares Carneiro.....	Taquigrafo.....	30- 3-1970 a

(*) Em caráter interino.

AUXILIARES DA SECRETARIA E SUA DISTRIBUIÇÃO
PELAS DIVERSAS SEÇÕES

SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

N O M E S	C A R G O	E X E R C Í C I O
Maria Virginia Dantas Cavalcanti.....	Auxiliar.....	1- 9-1945 a 31-12-1945
Ladislau Colapo.....	Auxiliar.....	10-11-1945 a 14-11-1945
Jorge Malheiros dos Santos.....	Auxiliar.....	5-10-1945 a 13-11-1945
Estevão Botelho.....	Contador.....	1- 1-1946 a 9-12-1958
Martha Freire Pereira Pinto.....	Escriturário.....	6- 3-1946 a 12- 2-1949
Vera Pereira Correia Costa.....	Auxiliar.....	8- 7-1946 a 20-12-1946
Manoel Moreira de Barros.....	Auxiliar.....	8- 3-1946 a 18-10-1946
Ida Lobo de Brito.....	Arquivista.....	8- 3-1946 a 1- 2-1947
Naura Teixeira Lopes da Cruz.....	Oficial de Chancelaria.	28-11-1946 a
Maria Paletta de Alencar.....	Oficial de Chancelaria.	6- 5-1947 a 12-12-1947
Dulce Soares de Oliveira.....	Datilógrafo.....	7- 3-1957 a
Clotilde Paletta de Alencar.....	Auxiliar.....	3- 9-1947 a 31-12-1947
Washington Muller dos Reis.....	Auxiliar.....	7-11-1947 a 31- 5-1951
Iolanda Lúcia Vettori.....	Arquivologista.....	21-11-1947 a 5- 5-1948
Cecília Leite Carneiro Monteiro.....	Datilógrafo.....	12- 1-1948 a 30- 8-1948
Regina Lima de Abreu.....	Datilógrafo.....	1- 1-1949 a 9-12-1952
Lygia Lima de Abreu.....	Escriturário.....	23- 3-1949 a 23- 8-1951
Vera de Pimentel Brandão Corrêa Pinto...	Auxiliar.....	25-10-1951 a 16-11-1956
Iris Coelho.....	Taquigrafo.....	1-11-1951 a 31-12-1953
Silvia Ribeiro Póvoas.....	Auxiliar Administrativo	1- 1-1953 a 31- 8-1955
Zoeh Ivone da Veiga Ferreira Pontes.....	Auxiliar Administrativo	15- 7-1954 a 26- 8-1954
Maria Aparecida de Carvalho Sá.....	Auxiliar Técnico Finan- ceiro.....	26-11-1951 a 1- 8-1952
Rachel Biasotto Mano.....	Escrevente Datilógrafo	1-12-1953 a
Maria Sylvia de Noronha.....	Auxiliar Administrativo	1-10-1954 a 13- 1-1955
Anna Maria Teixeira Nunes.....	Auxiliar.....	1-10-1954 a 2- 9-1955
Luciola Junqueira.....	Auxiliar.....	22- 8-1955 a 7- 3-1960
Laura Moura Aquino.....	Datilógrafo.....	22- 8-1955 a 7- 3-1957
Ilma Drinkwater de Oliveira Gomes.....	Auxiliar de Escritório...	10- 5-1962 a 2- 5-1967
Therézinha Castro Lima.....	Contadora.....	5-11-1962 a
Margarida do Nascimento Brito.....	Oficial de Chancelaria.	20- 4-1970 a

SEÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA

Marina de Barros Vasconcelos.....	Assistente.....	21- 9-1946 a 19-10-1951
Maria Paletta de Alencar.....	Encarregado de Seção.	9-10-1951 a 3- 1-1955
Rachel Biasotto Mano.....	Auxiliar.....	12-12-1947 a 7- 3-1957
Zina Arcary.....	Oficial de Chancelaria.	3- 1-1955 a 12- 1-1965
Ilka Vianna de Moura.....	Datilógrafo.....	1-10-1954 a 31-12-1959
Luciola Junqueira.....	Oficial de Chancelaria.	1-11-1956 a 6- 8-1965
Ana Maria Teixeira Nunes.....	Assistente Comercial...	8- 3-1957 a
Juracema Marciano de Amorim.....	Técnico Contabilidade.	7- 3-1960 a
Martha Freire Pereira Pinto.....	Auxiliar de Escritório...	26- 7-1965 a 19- 8-1968
	Oficial de Chancelaria.	1- 3-1969 a

SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

N O M E S	C A R G O	E X E R C Í C I O
Astréia Dutra dos Santos.....	Pesquisador.....	26-11-1945 a 31-12-1949
Jacy Lobato Alvares.....	Bibliotecário.....	10- 9-1948 a 10- 6-1951
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo.....	Oficial de Chancelaria	31-11-1948 a
Osires Carneiro Leão.....	Auxiliar Administrativo	19- 6-1951 a 26- 1-1955
Luiz Antônio Serrano Pinto.....	Assessor para Assuntos Legislativos.....	14-10-1970 a

BIBLIOTECA

Heloisa Behring Tonello.....	Oficial de Chancelaria.	15- 3-1955 a
Laura Moura de Aquino.....	Datilógrafa.....	2- 5-1967 a

PORTARIA

Wilson Teixeira.....	Impressor.....	1-11-1945 a
Ivan Teixeira.....	Porteiro.....	1-4-1947 a 22-12-1969
Antonio Jorge dos Santos.....	Servente.....	(até 15-12-1961)
Rubens Pereira de Souza e Silva.....	Porteiro.....	(até 12- 4-1963)
Adilson de Miranda Miguel.....	Servente.....	(até 2-12-1963)
Joaquim Francisco da Costa.....	Servente.....	De 1-4-1965 a 4-10-1965
Gilberto de Jesus.....	Servente.....	(até 2- 9-1963)
	Servente.....	(até 1- 4-1965)
Jorge Melo da Costa.....	Servente.....	De 17-11-1966 a
Luiz Carlos da Gama.....	Servente.....	5- 9-1963 a 30-11-1967
Leonidas Rosa de Oliveira.....	Servente.....	5-10-1965 a 15-11-1966
Rogério Lourenço Pereira.....	Servente.....	2- 5-1967 a
Jorge Ivo Marcelo.....	Servente.....	9- 5-1967 a
Waldir Teixeira.....	Porteiro.....	1-12-1967 a
		2-12-1969 a

COORDENADORES E PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

1970

ABRANCHES, Carlos Alberto Dunshee de

(C.P.C.D.) — Direito Internacional Público — 1965 a 1970)
(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1968)

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (1935). *Atividades Profissionais*: Professor universitário, advogado, e jornalista. *Principais Funções Públicas*: a) Membro da Comissão de Reparções de Guerra, 1945; b) Consultor Especial da Comissão Nacional de Energia Nuclear desde 1961; c) Delegado do Brasil ao Comitê Intergovernamental sobre Responsabilidade Civil da Agência Internacional de Energia Atômica (Viena, 1962); d) Delegado do Brasil e Presidente do Comitê Jurídico da Comissão Interamericana de Energia Nuclear da OEA (Washington, 1962; Viena, 1963; Washington, 1963; Buenos Aires, 1964; México, 1967 e Rio de Janeiro, 1969); e) Delegado do Brasil e «Rapporteur» à Conferência Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares (Viena, 1963); f) Delegado do Brasil à 5ª Reunião da Comissão Interamericana de Energia Nuclear da OEA (Valparaíso, 1964; g) Membro da Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, eleito em 1964 e reeleito por mais 4 anos em 1968; h) Delegado do Brasil à II Conferência Interamericana Extraordinária (Rio de Janeiro, 1965); i) Delegado do Brasil na Comissão de Peritos sobre Assistência de Emergência em caso de Acidente Nuclear da AIEA (Viena, 1965); j) Representante do Brasil no Seminário das Nações Unidas sobre o Apartheid (Brasília, 1966); k) Membro do Tribunal de Arbitragem do Consortium Internacional de Telecomunicações por Satélites (Washington, 1967); l) Delegado do Brasil à Comissão das Nações Unidas sobre Satélites de Comunicação Direta (Nova York, 1969); m) Delegado do Brasil à Con-

ferência do INTELSAT (Washington, 1969 a 1970); n) Chefe da Delegação do Brasil à Conferência Especializada da OEA sobre Direitos Humanos (San José, 1969). *Exercício de Magistério*: a) Professor contratado de Direito Penal na Faculdade Nacional de Direito (1940); b) Professor livre-docente de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da UFG (1965); c) Catedrático interino de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da UFG (1969 e 1970); d) Catedrático interino de Direito Constitucional da mesma Faculdade (1967/68); e) Conferencista nas Universidades de Coimbra, Lisboa, Brasília, Pernambuco, São Paulo e Juiz de Fora, na Pontifícia Universidade Católica e outras universidades; f) Conferencista da Escola Superior de Guerra, da Escola de Guerra Naval e da ADESG. *Outras atividades internacionais*: a) Tesoureiro da «Inter-American Bar Association»; b) Diretor Geral da Comissão Interamericana de Arbitragem Comercial (1968-70 e 1971-73); c) Presidente da Comissão Brasileira do XXV Aniversário das Nações Unidas.

ALMEIDA, 2º Secretário Márcio Fortes de

(C.P.C.D. — Português — 1966 a 1970)

(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1967, 1968)

(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Orientação Profissional — 1968)

(C.P.C.D. — Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E. — 1969, 1970)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (1965). Curso de Doutorado, Direito Público, da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco. Prêmio «Rio-Branco», medalha de *vermelho* — 1º lugar, 1963. Prêmio «Lafayette de Carvalho e Silva» (vestibular ao Instituto Rio-Branco, 1962). Assessor das Delegações do Brasil às II Reuniões Anuais do Comitê Interamericano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos (1963). Assessor do Exame de Seleção Prévia e do Exame Vestibular do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco (julho de 1964 e julho-novembro de 1965). Assessor da Delegação do Brasil à XIX Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (dezembro de 1964, março de 1965). Membro do Conselho da Comissão Nacional de

Atividades Espaciais (G.O.), como representante do Ministério das Relações Exteriores (maio de 1965-fevereiro de 1967). Auxiliar do Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores (agosto de 1965-fevereiro de 1966). Examinador de Português dos Exames de Seleção Prévia de 1966 a 1970 e do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1966 a 1970. Examinador de Português da 1ª Fase (Seleção Prévia), do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata (1967) e do Concurso para Oficial de Chancelaria (1970). Orientador do 1º ano do C.P.C.D. em 1967 e do 2º ano em 1968. Membro do Grupo de Estudos sobre Direito Internacional Público e Política Internacional na Escola de Comando e Estado Maior do Exército, representando o Ministério das Relações Exteriores (setembro de 1966 e março de 1967). Assessor da Assessoria Especial do Presidente da República (1966 a dezembro de 1969). Adjunto da Assessoria Especial do Presidente da República (dezembro de 1969...).

ALVES, Ministro Dário Moreira de Castro

(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1968)

(C.A.D. — C.P. — Organização e Administração de Chancelarias — 1969, 1970)

Chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — 1951. Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata — 1951. Serviu na Embaixada em Buenos Aires, na Missão junto à ONU, na Embaixada em Moscou e no Consulado em Roma. *Congressos e Conferências a que compareceu*: XIII XIV, XVIII e XX Sessões da Assembleia Geral da ONU; VI, VII, VIII e IX Reuniões de Consulta de Chanceleres das Repúblicas Americanas; X Conferência Interamericana da OEA (Caracas); Comissão de Desarmamento (Genebra); Comitê do Espaço Cósmico (Nova York); Conferência para constituir o Banco Interamericano de Desenvolvimento; I Assembleia Geral Extraordinária da OEA.

AUGER, Jacques

(C.P.C.D. — Francês — 1969, 1970)

Diretor-adjunto dos Cursos Exteriores da Aliança Francesa do Rio de Janeiro; Professor de Letras (Académie de Paris

— (1958-1961); Professor de Francês no Instituto Universitário de Mogadiscio (Somália) — (1962-1967); Criador e Diretor do centro cultural da Embaixada Francesa na Somália — (1965-1967); Diretor do centro áudio-visual da Aliança Francesa do Rio de Janeiro (1967-1969). Diplomado pelo Centro de pesquisas e estudos para a difusão do francês língua estrangeira (Faculté des Lettres et Sciences Humaines — Montpellier — 1955).

BATH, 1º Secretário Sérgio Fernando Guarisch

(C.P.C.D. — Departamento de Economia — Coordenador — 1970)

Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco em 1954. Serviu nas Embaixadas em Tóquio, La Paz, Washington e México, especializando-se em assuntos econômicos e financeiros. Estudou Filosofia na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, e Economia na *Georgetown University*, Washington. Numerosas missões no exterior a serviço do Itamaraty. Foi Diretor Suplente, pelo Brasil, no Banco Interamericano de Desenvolvimento e no Fundo Monetário Internacional (1962-1965). Desde outubro de 1968 ocupa o cargo de Subsecretário de Cooperação Internacional do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

BECKER, Bertha Koiffmann

(C.P.C.D. — Geografia — 1966 a 1970)

(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Geografia Política — 1968)

Licenciada e Bacharel em Geografia e História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil. Livre-Docente em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Chefe de Pesquisas, Conselho Nacional de Pesquisas. Representante da Seção Regional do Rio de Janeiro no Conselho Diretor da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Secretária da Comissão sobre Aspectos Regionais do Desenvolvimento, União Geográfica Internacional. Sócio fundador da Sociedade Brasileira de Planejamento. Membros da Delegação Brasileira a vários Congressos Internacionais: Rio de Janeiro (1956), Londres (1964), México (1966) e Nova Delhi (1968). Presidente de Sessão no «Population Symposium, XXI International Geographical Congress, New Delhi, 1968».

BENTES, João Ferreira

(C.P.C.D. — Economia — 1970)

Oficial da Marinha de Guerra do Corpo de Intendentes, formado pela Escola Naval (1954). Diploma de Economista pela Faculdade de Ciências Econômicas do Estado da Guanabara (1962). Diploma de Conclusão do Curso de Pós-Graduação de Economistas da Fundação Getúlio Vargas (1963). Diploma de «Master in Economics» pela Universidade de Virgínia (1965). Professor Interino de Economia da Escola Naval (1962). Professor Auxiliar da Cadeira de Conjuntura Econômica da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ (1967). Economista do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) do Ministério do Planejamento (1965/69). Conferencista da ECEMAR, na Cadeira de Moeda e Comércio Internacional (1968/69). Integran-te da Banca de Economia do Concurso para Professor Efetivo da Escola Naval (1968). Representante do Ministério do Planejamento na Comissão de Comércio com a Europa Oriental — COLESTE. Representante do Ministério do Planejamento no Conselho Nacional de Comércio Exterior. Representante do MINIPLAN na Comissão Mista Brasil-Urss, no Grupo de Trabalho sobre Assistência Técnica e no Grupo de Trabalho para estudar a instalação, em São Paulo, do Escritório Regional do Conselho Interamericano de Promoção às Exportações.

CASTRO, Conselheiro Raymundo Nonnato Loyola de

(C.A.D. — C.P. — Prática Consular — 1970)

Chefe da Divisão de Passaportes. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1948. Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no C.P.C.D. em 1947 e no C.A.D. em 1948. Estagiário e membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra em 1958 e 1959. Serviu em Quito, Estocolmo e Buenos Aires. Membro da Comissão Mista Brasileiro-Argentina em 1961. Representante do Itamaraty na Comissão Interministerial que elaborou o Estatuto do Estrangeiro em 1969.

CORRÊA, Ministro Jorge Alberto de Seixas

(C.P.C.D. — Departamento de Política — Coordenador — 1969, 1970)

(C.P.C.D. — Departamento de Orientação Profissional — Coordenador — 1969, 1970)

Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Cônsul de 3ª classe, por concurso,

dezembro de 1945. Serviu em Genebra, Montevideu, Washington, Buenos Aires e Roma.

DURÁN, Túlio Hostílio Frederico Arvelo

(C.P.C.D. — Economia — 1970)

Diplomas e Cursos: Economista formado pela Faculdade de Economia e Administração da U.F.R.J. Curso de Análise Econômica, promovido pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral através do CENDEC (Centro de Treinamento e Pesquisa para o Desenvolvimento Econômico) — 1968. Curso de Planejamento Econômico, Análise de Projetos e Reforma Administrativa — CENDEC — 1969. *Atividades Docentes*: Professor de Economia III do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da U.F.R.J. — 1970. Assistente de Pesquisas do Professor Antônio C. Meirelles — 1969.

JENNINGS, Ralph Edward

(C.P.C.D. — Inglês — 1970)

Bristol University; B. A. Special Honours degree in Spanish (Class IIA) — 1962-1965. Pesquisador em assuntos brasileiros pela Universidade de Bristol — 1965-1967. Bolsa de Estudos conferida pelo Governo do Brasil para pesquisas sobre autores brasileiros — 1967. Manchester University: Diploma in Teaching English Overseas — 1967-1968. Conferencista na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa — julho, 1968. Nomeado Professor-Chefe da Filial Centro daquela Sociedade — julho, 1969. Nomeado Secretário Local para o «Local Examinations Syndicate» da Universidade de Cambridge — março, 1970.

LACOMBE, Américo Lourenço Jacobina

(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1949, 1957, 1958)

(C.P.C.D. — História das Relações Exteriores do Brasil — Coordenador — 1967 a 1970)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Catedrático de História do Brasil na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (fundador). Professor Catedrático de História do Brasil na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Ursula (Rio). Examinador de História do Brasil nos Exames Vestibulares ao Curso de Preparação à Carreira

de Diplomata em 1961, 1964 e 1967, e de História Mundial Moderna em 1955, 1956 e 1963. Examinador de História da 1ª fase do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata — 1967. Diretor da Casa de Rui Barbosa — 1939/1966. Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa — 1966. Diretor da Casa do Brasil (Cidade Universitária de Paris) — 1962-1963. Diretor da Coleção Brasileira, São Paulo. Antigo Secretário do Conselho Nacional de Educação. Membro do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Membro da Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil do M.R.E. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Nacional da História, de Lisboa, dos Institutos Históricos de São Paulo, Minas Gerais, Petrópolis, Bahia, do Instituto Arqueológico de Pernambuco, da Sociedade Capistrano de Abreu e do Instituto de Coimbra.

LOPES, 2º Secretário José Ferreira

(C.A.D. — C.P. — Promoção Comercial — 1970)

MANTOVANELLI NETO, Obertal

(C.E. — Análise Macroeconômica — 1969, 1970)

MESQUITA, Embaixador André Teixeira de

(C.A.D. — C.P. — Prática Diplomática I — 1970)

Chefe do Cerimonial. Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil — 1945. Serviu nas Embaixadas em Madri, Cairo, Bogotá e Viena e nas Missões em Genebra e Nova York. Embaixador em Honduras — 1968/69. Congressos e Conferências a que compareceu: III Conferência Interamericana de Rádio Comunicações (Rio de Janeiro — 1945); VI Sessão da Comissão de Indústrias Têxteis (Genebra — 1956); VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos (Punta del Este — 1962); Reunião do Comitê de Desarmamento das Nações Unidas (Genebra — 1962); XVIII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (Nova York — 1963); Comitê do Ano Internacional e Comitês de Programas, do Orçamento Administrativo e da Junta Executiva do Fisi (Nova York — 1964); I Conferência da UNIDO (Viena — 1966).

MOREIRA, 1º Secretário Marcílio Marques

(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1965)

(C.P.C.D. — Economia II — 1966)

(C.P.C.D. — Política Internacional — 1966 a 1968)
(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Política Internacional I — 1968)
(C.P.C.D. — Pensamento Político Contemporâneo — 1969, 1970)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Escola de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco. Prêmio Rio-Branco, medalha de ouro, 1954. Professor, substituto, de Direito Internacional Público, da Faculdade de Direito Cândido Mendes, de abril a junho de 1956. Diplomado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1956). Diplomado no Curso de Estudos do Sistema Interamericano, da Organização dos Estados Americanos, em 1956. Serviu na Embaixada em Washington, de 1957 a 1963. Assistente do Secretariado da Reunião dos Países Participantes do Sistema de Pagamentos Multilaterais, (Rio de Janeiro, 1956). Assessor da Delegação do Brasil à XXV Sessão do Conselho Econômico e Social (Ecosoc) das Nações Unidas (Nova York, 1958). Membro da Delegação do Brasil à Conferência sobre o Mercado Comum Europeu (1958). Assessor da Delegação do Brasil à Junta Diretora do Governo Internacional do Café (Washington, 1959). Participou do seminário sobre a América Latina (Bloomfield Hills, 1961). M.A. em Ciência Política pela Universidade de Georgetown, Washington D.C. (1963). Diretor-Substituto temporário do Brasil no Fundo Monetário Internacional e no Banco Interamericano de Desenvolvimento (1961-1963). Assessor-Geral do Departamento de Operações Internacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1963-1965). Delegado-Substituto do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Genebra, 1964). Assessor do Chefe da Delegação do Brasil à 2ª Conferência Interamericana Extraordinária (Rio de Janeiro, 1965). Professor de Aspectos Sociais e Políticos do Desenvolvimento nos cursos de Bacharelato, Mestrado e Doutorado no Instituto de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1965. Diretor do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos da Universidade do Estado da Guanabara, a partir de maio de 1968. Diretor-Tesoureiro do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1968). Membro da Comissão Consultiva do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERPHAU, do Ministério do Interior (1968).

MURPHY, Alan James

(C.P.C.D. — Inglês — 1970)

NASCIMENTO E SILVA, Embaixador Geraldo Eulálio do
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1946 a 1948, 1956 a 1958, 1961)

(C.P.C.D. — Política Internacional — 1970)

Diretor do Instituto Rio-Branco. Formado em Direito pela Faculdade Nacional de Direito (1941). Diplomado pelo Instituto Rio-Branco nos Cursos de Prática Consular (1945), de História Diplomática do Brasil (1947), de Prática Diplomática (1947) e de História da Formação Territorial do Brasil (1948). Diplomado pela Escola Superior de Guerra (1955). Professor de Direito Consular da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1948). Professor do Instituto de Altos Estudos Internacionais da Universidade de Paris «Sorbonne» (1954), Professor de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito «Cândido Mendes» (1956). Professor da Universidade *Pro Deo* de Roma (1958 a 1960). Presidente do Grupo de Trabalho encarregado de proceder aos estudos relativos à ampliação dos cursos do Instituto Rio-Branco (1961). Secretário-Geral da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, membro da «International Law Association» (1950), da Comissão Brasileira de Direito Comparado, do Instituto de «Derecho Internacional» da Universidade del Litoral (Rosario-Argentina), do «London Institute of World Affairs» (1962), da «Commission Internationale de Juristes», representante do Brasil no *Praesidium* da «Grotius Foundation» (Munique), associado do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional (1969), Secretário da Comissão Nacional de Codificação do Direito Internacional (desde 1944), Diretor do Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional (desde 1945). Representou o Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas (1946); no Conselho e na Conferência da F.A.O. (Roma, 1958-1960); no Conselho Internacional do Açúcar (Londres, 1963-1964); na Conferência das Nações Unidas sobre Relações e Imunidades Diplomáticas (Viena, 1961); na Conferência Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Óleo (Londres, 1962); na Assembleia da Organização Marítima Consulativa Intergovernamental (Londres, 1963); na Conferência sobre Relações Consulares (Viena, 1963); na Conferência Internacional sobre Facilidades de Viagens e Transportes Marítimos (Londres, 1964), quando foi eleito Presidente da

Conferência; na IIª Conferência Interamericana Extraordinária (Rio de Janeiro, 1965); na Conferência sobre o Direito dos Tratados (Viena, 1969); na Conferência sobre as Consequências Legais da Poluição do Mar por Óleo (Bruxelas, 1969) e na Conferência sobre apoderamento ilícito de aeronaves (Haia, 1970). Como diplomata, serviu em Rosário, Tel Aviv, Roma, Vaticano, Londres e São Domingos.

NORONHA, 1º Secretário Sérgio Seabra de

(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1970)

Chefe da Divisão de Comunicações. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — 1952. Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata — 1958. Serviu em Nápoles, Roma, Marselha, Baltimore, Porto Príncipe e Washington. Observador do Brasil ao I Congresso Internacional de Literatura Católica — Nápoles — 1962.

ONIGA, Teodoro

(C.E. — Análise Estatística — 1969, 1970)

(C.E. — Pesquisa Operacional e Teoria de Jogos — 1969, 1970)

Engenheiro pela Escola Politécnica de Bucarest (1942). Especialização em Aeronáutica pela Escola Superior de Aeronáutica de Paris. Engenheiro-Tecnologista do Instituto Nacional de Tecnologia. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Coordenador Técnico do STAP (1959). Professor de Pesquisa Operacional na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, na PUC, na Escola de Guerra Naval, na Escola de Engenharia de São Carlos. Integrou a Delegação do Brasil à Conferência de Punta del Este (1961). Participou da II Reunião do Comitê Preparatório da I UNCTAD (Genebra, 1963). Representante brasileiro no Grupo de Peritos convocados pelo Ecosoc para examinar e propor a reestruturação dos organismos internacionais de Comércio. Participou do Seminário da CEPAL (Brasília, 1964). Assessor da Delegação do Brasil à I UNCTAD (Genebra, 1964). Assistente-Técnico para promoção Comercial junto ao Consulado Geral do Brasil em Hong-Kong (1967 a 1969). Integrante da Delegação Brasileira do Grupo para examinar o Plano Indicativo Mundial da Fao para a América Latina (Santiago do Chile, 1969). Delegado do Brasil à 44ª Sessão do Comitê de Produtos de Base da Fao (Roma, 1969).

Rios, Hilton Carlos da Silva

(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1969, 1970) Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Ex-Assistente Jurídico do Estado de Pernambuco. Curso de Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Curso de Preparação a Pesquisas Sócio-Jurídicas da Divisão de Ciência do Direito do Instituto de Ciências do Homem da Universidade Federal de Pernambuco. Antigo Professor Assistente de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito de Caruaru (Pernambuco). Antigo Professor Titular de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco. Professor Auxiliar de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor Auxiliar de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SANTOS, Theophilo de Azeredo

(C.P.C.D. — Direto Comercial — 1963 a 1970)

Diplomado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Curso de Doutorado da «Faculté de Droit et de Sciences Economiques de Paris». Diplomado no Curso Superior de Guerra, pela Escola Superior de Guerra — Diretor da Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra — ADESG. Professor de Direito Comercial da Faculdade Nacional de Direito e da Faculdade de Direito do Estado da Guanabara. Examinador no concurso para juiz substituto da Justiça do Estado. Examinador no concurso para defensor público no Estado da Guanabara. Vice-Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros. Secretário da «Inter-American Bar Association» (Washington). Membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Coordenador dos Cursos de Extensão Universitária da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Diretor do Comitê Nacional de Direito Comparado. Diretor da «International Law Association», seção brasileira. Presidente do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara. Presidente da Comissão Consultiva Bancária do Conselho Monetário Nacional. Diretor do Banco Comercial de Minas Gerais, S/A. Diretor do Banco Nacional de Investimentos S/A. Vice-Presidente da ADECF — Associação dos Diretores de Empresas de Crédito, Inves-

timentos e Financiamento. Vice-Presidente da Federação Latino-Americana de Bancos. Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Diretor da Rio de Janeiro — Companhia de Seguros Gerais. Presidente do Conselho Interamericano de Comércio e Produção — seção brasileira — CICYP. Membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. Membro da «Society for International Development», seção brasileira. Consultor Jurídico da Companhia Docas da Bahia. Membro da Associação de Direito Marítimo, da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico e da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Membro da Delegação Brasileira à Reunião do Fundo Monetário Internacional.

SELON, André

(C.P.C.D. — Francês — 1961 a 1970)

Licence-ès-lettres — Sorbonne. Licence en Droit — Sorbonne. Tradutor Juramentado e Intérprete Comercial (1º colocado em Concurso — 1958). Dirigiu o Serviço de Tradução dos seguintes congressos: Conferência dos Ministros de Economia e Finanças (1954 — Rio), Congresso Internacional da União Interparlamentar; Congresso Internacional das Organizações Superiores de Controle de Finanças Públicas (1959 — Rio); Congresso Internacional do Pen Club (1960 — Rio). Participou, como tradutor, da II Conferência Extraordinária Americana — Rio, 1965, das Quartas Reuniões Anuais do Conselho Econômico e Social Interamericano — (Buenos Aires, 1966); da Terceira Conferência Interamericana Extraordinária — (Buenos Aires, 1967); da Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores — OEA — (Punta del Este, 1967); da Reunião de Chefes de Estado Americanos — (Punta del Este, 1967); da Conferência do CIES — (Buenos Aires, 1967); da DEEA — Viña del Mar, 1967; da 1ª Assembléia Geral da OEA — (Washington, 1970). Professor do Centro Preparatório de Funcionários Internacionais. Ministrou o Curso «Aspectos sociais da comunidade industrial» na Federação das Indústrias de Salvador (Bahia, 1966).

SILVA, 1º Secretário Alberto Vasconcellos da Costa e

(C.A.D. — C.P. — Prática Diplomática II — 1968 a 1970)

Oficial de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores — 1970. Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata — 1957. Di-

plomado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas — 1958. Serviu nas Embaixadas em Lisboa, Caracas e Washington. Auxiliar do Secretário Geral de Política Exterior — 1967 a 1969. Congressos e Conferências a que compareceu: Comissão Econômica para a África (Adis Abeba, 1961); Reunião dos Principais Produtores de Cacau (Abidjan, 1962); Conferência Internacional do Café (Nova York, 1962).

Souza, Alberto Mello e

(C.E. — Análise Macroeconômica — 1969, 1970)

(C.E. — Análise Estatística — 1969, 1970)

TAPAJÓS, Vicente Costa Santos

(C.P.C.D. — História das Relações Exteriores do Brasil — 1969, 1970)

Professor de História pela Escola de Economia e Direito da Universidade do Distrito Federal. Curso Superior de Guerra da Escola Superior de Guerra (1967). Professor catedrático do Instituto de Educação da Guanabara, Professor secundário do Estado da Guanabara, Diretor do Departamento de Educação Técnico-Profissional da Secretaria de Educação da Guanabara, Diretor do Curso Normal do Instituto de Educação, Professor do Colégio Pedro II — Externato (por concurso). Professor do Curso de Formação de Professores do Ensino Normal do Instituto de Educação. Professor associado da Faculdade de Filosofia Santa Úrsula. Professor titular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Rio de Janeiro, da Universidade Gama Filho. Chefe do Departamento de História da Faculdade Santa Úrsula. Chefe do Departamento de História da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Examinador em concurso para professor catedrático de História da Universidade do Estado da Guanabara e para professor secundário do Estado da Guanabara. Professor de História e de Didática da História e Didática Geral em cursos da CADES. *Entidades culturais a que pertence:* 1) Instituto Histórico e Geográfico do Estado da Guanabara. 2) Academia Brasileira de História. 3) Associação Brasileira de Educação. 4) Sociedade Capistrano de Abreu. 5) Instituto Paranaense de Pedagogia (sócio honorário). 6) Instituto de Estudos Históricos da Universidade do Recife (sócio correspondente).

VALENTINO SOBRINHO, 2º Secretário Raphael

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1968)

(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso

de Provas — Direito Internacional Público — 1968)
(C.P.C.D. — Direito Constitucional — 1969, 1970)
(C.P.C.D. — Relações Internacionais — 1969)
(C.P.C.D. — Problemas Internacionais Contemporâneos — 1969, 1970)

Subsecretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional do Ministério do Interior (desde 1968). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Curso de Doutorado na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris. Curso do Instituto de Altos Estudos Internacionais da Universidade de Paris. Diplomado no Curso Especial correspondente à 3ª Fase do Concurso de Provas para o cargo inicial da Carreira de Diplomata, realizado no Instituto Rio-Branco, em 1963. Integrante da Comissão Interministerial de Direito do Mar (1963-1964). Assessor Adjunto do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Geral (1965-1967). Representante do Ministério do Interior na Comissão Interministerial da Bacia do Prata (a partir de 1969). Representante do Ministério do Interior no Sistema Interministerial de Cooperação Técnica (a partir de 1969).

VALLADÃO, Haroldo Teixeira

(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1959 a 1970)
(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Privado — 1968)
(C.P.C.D. — Coordenador do Departamento de Direito — 1967 a 1970)

Professor Catedrático de Direito Internacional Privado da Universidade do Brasil e da Universidade Católica do Rio de Janeiro; antigo Diretor da Faculdade Católica e Vice-Diretor da Faculdade Nacional de Direito. Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro efetivo desde 1924, e Presidente (1944 a 1946) do Instituto dos Advogados Brasileiros. Antigo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (1950-1952). Membro, atual 1º Vice-Presidente do «Institut de Droit International» e Presidente da Sessão de Nice (1967) do mesmo Instituto. Antigo Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (1955-1959). Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores (desde 1961). Procurador-Geral da República (1967). Doutor «honoris causa» da Universidade

de Aix, Marseille. Acadêmico da Pontifícia Academia Romana de Santo Tomás de Aquino e de Religião Católica, Seção Jurídico-Econômica. Membro da Corte Permanente de Arbitragem da Haia. Membro da Comissão Nacional de Codificação do Direito Internacional. Presidente da Comissão Permanente de Inquérito e Conciliação Chileno-Sueca. Membro da Academia Internacional de Direito Comparado da Haia. Presidente do Comitê Nacional (Brasil) de Direito Comparado. Membro eleito do Conselho Diretor (Comitê Internacional de Direito Comparado) da Associação Internacional das Ciências Jurídicas da UNESCO. Consultor-Geral da República (1947-1950). Chefe da Delegação do Brasil à V Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos (1965). Presidente da Seção Brasileira da «International Law Association». Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Professor da Academia Interamericana de Direito Internacional e Comparado, encarregado de cursos em Havana (1945-1959). Professor, em 1952 e em 1962, na «Académie de Droit International de La Haye». Membro Correspondente da Academia de Ciências Políticas e Sociais da Venezuela. Membro Honorário da Associação Argentina de Direito Comparado. Membro Titular do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional. Encarregado de Cursos nas Faculdades de Direito de Paris e Rennes (1936) e de Paris, Bordeaux e Toulouse (1949).

WHITFIELD, Margaret Ann

(C.P.C.D. — Inglês — 1970)
(Manchester University, B. A. (1959-1962). Professora Secundária de Francês (1962-1963). Professora de Inglês para Estrangeiros, Eastbourne (1963-1966). Professora Secundária de Francês e Espanhol; Professora de Francês para Adultos (1966-1968). Manchester University, «Diploma in Teaching English Overseas» (1968-1969). Professora do «Ford Foundation Course», para Professores Espanhóis de Inglês (Verão de 1969). Conferencista na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa (setembro, 1969). Nomeada Assessora do Departamento de Ensino daquela Sociedade (fevereiro, 1970). Professora do Curso de Didática Inglesa na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa. Examinadora de Provas Orais para o «Diploma of English Studies», da Universidade de Cambridge, realizadas no Rio de Janeiro. Examinadora de Inglês no Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (1969).

ARAÚJO, Secretário João Hermes Pereira de
(C.P.C.D. — Prática Diplomática — 1963).

ARAÚJO, Secretário Roberto Luiz Assumpção de
(C.P.C.D. — História do Brasil — 1946).

AUSTEN, Mary Veronica
(C.E. — Inglês — 1964).

ÁVILA, Padre Fernando Bastos de
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1957-58).

BACKEUSER, Everardo
(C.E.X. — Geografia Política do Brasil e da América Latina — 1945).

BAER, Werner
(C.P.C.D. — Economia II — 1966).

BALTHASAR, João da Silva
(C.E. — Taquigrafia — 1967).

BANDEIRA, Pedro Paulo Rocha
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1967-68).

BATISTA, Secretário Paulo Nogueira
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1959).

BARAT, Josef
(C.P.C.D. — Economia I — 1966).

BARROS, Julio d'Assunção
(C.E. — Direito Administrativo e Contabilidade Pública — 1967).

BATALHA, Secretário Ivan Velloso da Silveira
(C.P.C.D. — Teorias de Política Internacional — 1969)
(C.P.C.D. — Problemas Internacionais Contemporâneos — 1969).

BAUNGARTEN JÚNIOR, Alfredo Luiz
(C.P.C.D. — Economia — 1968-69).

RELAÇÃO DOS EX-PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

ACCIOLY, Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1947 a 1950, 1952-53, 1956 a 1958).

AGUIAR, Ministro Sérgio Portella de
(C.A.D. — C.P. — Promoção Comercial — 1968-69).

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1960 a 1964)

(C.P.C.D. — História das Américas — 1965-66).

ALEXANDRE, Peter
(C.P.C.D. — Inglês — 1958).

ALMEIDA, Embaixador Miguel Álvaro Ozório de
(C.P.C.D. — Economia Política — 1953-54, 1961)
(C.E. — Análise Estatística — Análise Macroeconômica — Pesquisa Operacional e Teoria de Jogos — Coordenador — 1969).

ALMEIDA, Renato Costa
(C.P.C.D. — Português — 1952).

ALVIM, Clara de Andrade
(C.P.C.D. — Português — 1966).

ANDRADE, Dyla Silvia Navarro de
(C.E. — Prática de Arquivo — 1947-48).

ARANTES, Tarcísio Barbosa
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1964, 1965).

- BECKER, Martha Ellen
(C.E. — Alemão — 1952-53).
- BERARDINELLI, Cleonice Serêa da Motta
(C.P.C.D. — Português — 1961 a 1963).
- BIRCHALL, Stephen
(C.E. — Inglês — 1966).
- BIER, Secretário Amaury
(C.P.C.D. — Economia II — 1966)
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1966).
- BORJA, Célio de Oliveira
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1961 a 1963).
- BRAGA, Ministro Pedro de Souza Ferreira Gonçalves
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1949-50, 1959).
- BRITO, Aldemar Hora Dantas de
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1954).
- BRITO, Dante de
(C.P.C.D. — Inglês — 1951).
- BRYTYGIER, Guy
(C.P.C.D. — Francês — 1962).
- BUESCU, Mircea
(C.P.C.D. — Economia II — 1967-68)
(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Curso de Provas — Economia — 1968)
(C.P.C.D. — Departamento de Economia — Coordenador dos Seminários e Conferências — 1969).
- BURGOS, Frederico Luiz de
(C.E. — Estenografia — 1948 — 1951-52).
- BURKITT, Sara
(C.P.C.D. — Inglês — 1968-69).

- BURNIER, Maria Cândida Penido
(C.E. — Francês — 1964 a 1967).
- CABAL, Embaixador Hélio de Burgos
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1964).
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso
(C.P.C.D. — Português — 1958 a 1960).
- CAMPOS, Pedro de Souza
(C.P.C.D. — Geografia — 1962).
- CAMPOS, Ministro Roberto de Oliveira
(C.A.D. — Sociologia Política — 1950).
- CARBONAR, Secretário Orlando Soares
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1967-68)
(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Curso de Provas — Política Internacional II — 1968).
- CARNEIRO, Ministro Octavio Augusto Dias
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1952 — Economia Política — 1952-53)
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1951-52).
- CARNEIRO JÚNIOR, David Antônio da Silva
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- CARVALHO, Carlos Delgado de
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1955-56)
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1956).
- CASTRO, Antônio Barros de
(C.P.C.D. — Economia I — 1964-1966)
(C.P.C.D. — Economia II — 1965).
- CAVAGNARI, Maria Eugênia Corrêa Lima
(C.P.C.D. — Administração Pública e Direito Administrativo — 1969).
- CHACEL, Julian Magalhães
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1960).

- CHAMOUN, Ebert Vianna
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1959 a 1969).
- COLE, Desmond
(C.P.C.D. — Inglês — 1958 a 1960).
- COLLOR, Secretário Lindolfo Leopoldo
(Curso Especial Correspondente à Terceira Fase do Curso de Provas — Política Internacional — 1963).
- CONNEL, Graham
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).
- CONRADO, Secretário Raul
(C.A.D. — Espanhol — 1946).
- CORRÊA, Roberto Alvim
(C.P.C.D. — Francês — 1947-48, 1950).
- CORRÊA JÚNIOR, Ministro Manuel Pio
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1951-52 — Política Internacional — 1959).
- (C.A.D. — Prática Diplomática — 1951).
- CORREIA, Marlene de Castro
(C.P.C.D. — Português — 1963 a 1965).
- CORTES, Secretário Marcos Henrique Camillo
(C.A.D. — C.P. — Organização e Administração de Chancelarias — 1968).
- CORTESÃO, Jaime
(C.A.D. — História da Formação Territorial do Brasil — 1946 a 1950)
C.E.X. — História da Cartografia e Geografia das Fronteiras do Brasil — 1945).
- COSTA, Edilberto
(C.P.C.D. — Economia Política — Política Econômica — 1957)
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1957).

- COSTA, Secretário João Frank da
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1961-62).
- COUCHOUD, Jean Paul
(C.P.C.D. — Francês — 1963).
- COX, Melvyn Dennis
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).
- CURY, Américo
(C.P.C.D. — Economia Política — 1948 a 1950).
- DAROS, Eduardo José
(C.P.C.D. — Economia I — 1965).
- DOURADO, Mecnas
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1954)
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1954-55).
- DRUMOND, José Eduardo Pizarro
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1958).
- DUARTE, Aluisio Capdeville
(C.P.C.D. — Geografia — 1961).
- DUARTE, Secretário Sérgio de Queiroz
(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1969).
- ELIA, Hamilton
(C.P.C.D. — Português — 1951, 1958-59).
- EMMERICH, Charlotte
(C.E. — Alemão — 1966).
- FALCON, Francisco José Calazans
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1959).
- FARIA, Ministro Milton
(C.A.D. — Prática Consular — 1950, 1957 a 1959).
- FARO JÚNIOR, Embaixador Luiz Pereira Ferreira de
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1960).

- FERNANDES, Cônsul-Geral Mário de Deus
(C.A.D. — Prática Consular — 1948, 1951).
- FERRAZ, Sérgio
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1965).
- FINN, Patrick James David Gardner
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).
- FIORAVANTE, Moacyr Antonio
(C.P.C.D. — Economia I — 1968).
- FLYN, John Gerard
(C.P.C.D. — Inglês — 1963).
- FONSECA, Roberto Piragibe
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1952).
- FORRER, Robert L. C.
(C.P.C.D. — Inglês — 1959-60).
- FOX, William Thornton Rickert
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1966).
- Foz, Alberto dos Santos
(C.P.C.D. — Economia Política — 1951).
- FRANCO, Alexandre
(C.E. — Alemão — 1964).
- FRANCO FILHO, Secretário Álvaro da Costa
(C.P.C.D. — Problemas Internacionais Contemporâneos — 1969).
- FRANÇA, Secretário Sérgio Armando
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1951).
- FREY, Alexander
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).
- GABAGLIA, Fernando Antônio Raja
(C.E.X. — Geografia Cultural do Brasil e da América Latina — 1945).

- GALVÃO, Ivan
(C.A.D. — Italiano — 1946).
- GALVÃO, Jesus Bello
(C.P.C.D. — Português — 1952 a 1957, 1960).
- GOMES, Ministro Jaime de Barros
(C.P.C.D. — História Social e Política do Brasil — 1952-1953).
- GOMES, Henrique de Carvalho
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1966)
(C.P.C.D. — Economia II — 1967).
- GONÇALVES, Embaixador Roberto Mendes
(C.P.C.D. — Português — 1963).
- GRIECO, Secretário Donatelo
(C.P.C.D. — Português — 1951).
- GRIFFIN, William James
(C.P.C.D. — Inglês — 1947).
- GUERREIRO, Embaixador Ramiro Elysio Saraiva
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1962)
(Curso Especial correspondente à 3ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1963)
(C.P.C.D. — Relações Internacionais — 1969)
(C.P.C.D. — Departamento de Política — Coordenador — 1969).
- GUILLON, Yvonne
(C.P.C.D. — Francês — 1958-59).
- GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares
(C.P.C.D. — Geografia — 1952 a 1954, 1957 a 1960)
(Curso Especial correspondente à terceira fase do Concurso de Provas — Geografia — 1963).
- GUIMARÃES, José Nunes
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1954).

HENFREY, Norman

(C.P.C.D. — Inglês — 1961).

HERMES JÚNIOR, Ministro João Severiano da Fonseca

(C.A.D. — Prática Diplomática — 1948, 1950).

HOLLANDA, Guy de

(C.P.C.D. — História das Relações Exteriores do Brasil — 1967-68)

(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — História das Relações Exteriores do Brasil — 1968).

HOLLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de

(C.P.C.D. — Português — 1952, 1957).

JACQUES, Paulino Ignacio

(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1966 a 1968).

JACQUIER, Louise

(C.P.C.D. — Francês — 1946 a 1960).

KARIDAKIS, Savas

(C.E. — Francês — 1963, 1964).

KELLER, Elza Coelho de Souza

(C.P.C.D. — Geografia — 1957).

KING, Bernard Noel

(C.P.C.D. — Inglês — 1969).

KNOX, John

(C.P.C.D. — Inglês — 1946 a 1957)

(C.E. — Inglês — 1952-53)

(C.E.X. — Inglês — 1953).

KRANC, Piotr Pawel

(C.P.C.D. — Inglês — 1963 a 1965).

KURY, Adriano da Gama

(C.P.C.D. — Português — 1961).

LACERDA, José Cândido Sampaio de

(C.P.C.D. — Direito Civil e Comercial — 1955 a 1959).

LAGE, Alfredo Martins

(C.E. — Inglês — 1948).

LAGO, Ministro Antonio Corrêa do

(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1954).

LAMY FILHO, Alfredo

(C.P.C.D. — Direito Comercial — 1960 a 1962).

LANNA, Hélio José da Costa

(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

LANTELME, Paulo

(C.P.C.D. — Português — 1957).

LATOUR, Embaixador Jorge

(C.A.D. — Prática Diplomática — 1956-57).

LEAL, Hamilton

(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1946 a 1959).

LÉCUYER, Jacques

(C.P.C.D. — Francês — 1961-62).

LEITE FILHO, João Baptista Barreto

(C.P.C.D. — Política Internacional — 1955 a 1961).

LELLIS, Raul Moreira

(C.P.C.D. — Português — 1956).

LEME, Og Francisco

(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

LEMOS, Augusto Jefferson de Oliveira

(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

LIED, Helmut

(C.E. — Alemão — 1964).

LIMA, Alceu Amoroso

- (C.P.C.D. — Economia Política — 1947)
(C.A.D. — Sociologia Política — 1948).

LIMA, Carlos Henrique da Rocha

- (C.P.C.D. — Português — 1947 a 1950, 1953 a 1957).

LINHARES, Bruno Mattos

- (C.P.C.D. — Economia I — 1965)
(C.P.C.D. — Economia II — 1965)
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1965).

LINHARES, Maria Yedda Leite

- (C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1957).

LOBO, Ministro Hélio

- (C.A.D. — História Diplomática do Brasil — Prática Diplomática — 1946).

LODGE, Ian Dennis

- (C.P.C.D. — Inglês — 1967).

LOPES, Desembargador Miguel Maria de Serpa

- (C.P.C.D. — Direito Civil — 1960).

MADEIRA, Marcos Almir

- (C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1952).

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida

- (C.P.C.D. — Política Econômica — 1958)
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1958).

MANGABEIRA, Francisco

- (C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1953)
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1956).

MARINHO, Secretário Ilmar Penna

- (C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1946).

MARTINS, Marco Antônio Campos

- (C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1969)
(C.P.C.D. — Desenvolvimento Econômico — 1969).

MELLO, José de Campos

- (C.P.C.D. — Economia Política — 1949).

MELLO, Embaixador Rubens Ferreira de

- (C.A.D. — Prática Diplomática — 1958).

MELLO FRANCO, Afonso Arinos de

- (C.P.C.D. — História do Brasil — 1946).

MENDONÇA, Mário Alexandre Campos

- (C.P.C.D. — Direito Civil — 1969).

MÉRIGOUX, Pierre

- (C.P.C.D. — Francês — 1967).

MIRANDA, José Luiz Silveira

- (C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1966).

MONTEIRO, Clovis do Rêgo

- (C.P.C.D. — Português — 1947 a 1949).

MONTEIRO, Secretário Márcio Rêgo

- (C.P.C.D.) — Economia I — 1963)
(Curso Especial correspondente à terceira fase do Concurso de Provas — Economia — 1963 — Política Internacional — 1963).

MOREIRA, Laura de Barros

- (C.E.X. — Praxes Sociais e Diplomáticas — 1951).

MORTARA, Marcella

- (C.A.D. — Italiano — 1948, 1950).

MOTA, Secretário Benedito Rocque da

- (C.A.D. — Prática Diplomática — 1955).

- MOTTA, Petrônio
(C.P.C.D. — Português — 1946).
- MOURA, Secretário Heitor Pinto de
(C.P.C.D. — Português — 1962-63).
- MULHOLLAND, John
(C.P.C.D. — Inglês — 1952, 1954 a 1957).
- NABUCO, Gustavo Schmidt
(C.E. — Leitura Dinâmica — 1968).
- NASCENTES, Antenor
(C.P.C.D. — Português — 1946).
- NEVES, Ministro Adolpho de Camargo
(C.E.X. — Prática Consular — 1945).
- NÓGUEIRA, Júlio
(C.E. — Português — 1947-48).
- NOVELLI, Flávio Bauer
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1964, 1965).
- NUNES, Amaro Ventura
(C.E. — Português — 1967).
- OUCHKOFF, Oleg
(C.E. — Russo — 1964 a 1966).
- PACHÁ, Sérgio de Carvalho
(C.E. — Português — 1964).
- PAIVA NETTO, Jacintho Francisco
(C.P.C.D. — Administração Pública e Direito Administrativo — 1969).
- PARAÍSO, Hamilton Prisco
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1960).

- PAULA, Tacariju Tomé de
(C.P.C.D. — Geografia — 1962).
- PAYNE, Kenneth James
(C.P.C.D. — Inglês — 1961, 1964 a 1968).
- PEARSON, Christopher
(C.P.C.D. — Inglês — 1961-62).
- PEDROSA, Mário
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1955).
- PEREZ, David José
(C.A.D. — Espanhol — 1948, 1950).
- PIMENTEL, Maria de Lourdes
(C.E. — Criptografia — 1947).
- PINHEIRO, Conselheiro João Baptista
(C.P.C.D. — Economia Política — 1953 — Política Econômica — 1952 a 1954)
(C.E.X. — Conceitos Básicos de Economia Política e Renda Nacional — 1952).
- PINHO, José Wanderley de Araújo
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1957).
- PINTO, Luiz Fernando da Silva
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- POLZIN, Cônsul-Geral Alfredo
(C.A.D. — Prática Consular — 1954 a 1957).
- PÔRTO, Conselheiro Luiz de Almeida Nogueira
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1953)
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1954).
- PÓVOAS, Sílvia Ribeiro
(C.E. — Datilografia — 1948).
- PRADO, Eugênia Damasceno Vieira
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1958).

- QUEIROZ, Secretário José Maria Vilar de
(C.P.C.D. — Português — 1964).
- RAILLARD, Georges Léopold
(C.P.C.D. — Francês — 1960).
- RENAULT, Adrien
(C.P.C.D. — Francês — 1963 a 1969).
- REZENDE, Omar Vieira de
(C.E. — Prática de Correspondência e Comunicação — 1947).
- RIBEIRO, Darcy Rodrigues Lopes
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1958).
- RIBEIRO, Pedro Freire
(C.P.C.D. — Política Mundial Contemporânea — 1947 a 1953).
- Rios, José Arthur
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1951).
- RODRIGUES, Embaixador Jaime Azevedo
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1961)
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1961)
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1953)
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1960).
- RODRIGUES, José Antônio Gonçalves Amaral de Figueiredo
(C.P.C.D. — Economia — 1967).
- RODRIGUES, José Honório
(C.P.C.D. — História do Brasil — 1946 a 1949, 1956).
- RODRIGUEZ, Ministro Carlos Calero
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1954-55, 1963-64).
- ROUANET, Secretário Sérgio Paulo
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1967).

- SÁ, Hernane Tavares de
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1951).
- SÁ, Jayme Magrassi de
(C.P.C.D. — Economia Política — 1955 a 1957 — Política Econômica — 1954 a 1957).
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1954 a 1957).
- SANTOS, Ezio Távora dos
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1964, 1965).
- SANTOS JÚNIOR, Carlos
(C.P.C.D. — Economia II — 1963).
- SCARABÓTOLO, Ministro Hélio Antônio
(C.P.C.D. — Prática Diplomática — 1963 a 1966).
- SETTE, Secretário Luiz Paulo Lindenberg
(C.P.C.D. — Economia Política — 1961).
- SILVA, Fernando Antônio Rezende da
(C.P.C.D. — Desenvolvimento Econômico — 1969).
- SILVA, Hélio Schlittler
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1958 a 1964).
- SILVA, Jacyr Heronville da
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1969).
- SILVA, Embaixador Joaquim Eulálio do Nascimento e
(C.A.D. — História Diplomática do Brasil — 1948).
- SILVA, José Luiz Werneck da
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1965-66).
- SILVA, Paulo Cesar Machado da
(C.P.C.D. — Inglês — 1948-49).

- SILVA, Conselheiro Rinaldo de Carvalho e
(C.A.D. — C.P. — Prática Consular — 1968-69).
- SILVA, Roberto Barbosa da
(C.P.C.D. — Português — 1953).
- SILVA, Ministro Ruy Barbosa de Miranda e
(C.P.C.D. — Prática Consular — 1963 a 1966).
- SIMONSEN, Mário Henrique
(C.P.C.D. — Economia Política — 1961)
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1962)
(C.P.C.D. — Departamento de Economia — Coordenador — 1967 a 1969).
- SOARES, Secretário João Clemente Baena
(C.P.C.D. — Português — 1964-65).
- SOARES, Pedro Paulo Martins
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- SOUSA, Senador José Ferreira de
(C.P.C.D. — Direito Civil e Comercial — 1951).
- STERNBERG, Hilgard O'Reilly
(C.P.C.D. — Geografia — 1946 a 1958).
- TEIXEIRA FILHO, Henrique Carneiro Leão
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1959).
- TENÓRIO, Desembargador Oscar Accioly
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1946 a 1958).
- THIELEN, Maila Karen
(C.E. — Alemão — 1966).
- TRIGUEIRO, Embaixador Oswaldo
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1960).
- TURTUR, Hermann
(C.E. — Alemão — 1963-64).

- VÁRZEA, Afonso
(C.E.X. — Geografia Econômica do Brasil e da América Latina — 1945).
- VASCONCELLOS, Côsul Dora Alencar de
(C.A.D. — Prática Consular — 1952).
- VASCONCELLOS, Marina de Barros e
(C.P.C.D. — Francês — 1951 a 1954)
(C.E. — Francês — 1948).
- VIANA, Hélio
(C.A.D. — História Diplomática — 1950).
- VIEIRA, José Maria Gouveia
(C.P.C.D. — Economia I — 1963).
(Curso Especial correspondente à terceira fase do Concurso de Provas — Economia — 1963).
- WEINSCHECK, Conselheiro Guilherme
(C.A.D. — C.P. — Prática Diplomática I — 1968-69).
- WEISS, Arthur Bernardes
(C.P.C.D. — Geografia — 1963 a 1965).
- WOOD, F. G.
(C.P.C.D. — Inglês — 1961 a 1963).

ÍNDICE

	Págs.
DIREÇÃO	5
HISTÓRICO	7
ORGANIZAÇÃO ATUAL	9
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	10
Exame Vestibular	10
Organização do Curso	12
Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas	16
Curso de Altos Estudos	16
Cursos Especiais e de Extensão	16
Concursos	17
Brasília	17
Dia do Diplomata	17
Discurso do Senhor Presidente da República	21
Aula inaugural do C.P.C.D. pelo Secretário-Geral de Política Exterior	26
ANEXOS	33
Atividades em 1970	35
Exame Vestibular para o ano de 1970	37
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	40
Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas	48
Exame Vestibular para o ano de 1971	51
Concurso para a Carreira de Oficial de Chancelaria	53
Cursos Especiais	59
Pesquisas e Publicações	64
Biblioteca	66
Turma de 1970	67
Programas e Modelos de Provas	73
Legislação	163
Pessoal	171
Pessoal do Instituto Rio-Branco de 1945 a 1970	173
Coordenadores e Professores do Instituto Rio-Branco	177
Relação dos ex-professores do Instituto Rio-Branco	192